Curdistão em mudança pág. 22 • **Deus, Nação e cabeças cortadas** pág. 23 • **A vida de outro modo** págs. 30 e 31

mapa: Jornal de Informação Crítica

ASSINA O JORNAL MAPA
descobre como em
jornalmapa.pt/assinatura-do-jornal

NÚMERO 46
JULHO-SETEMBRO 2025
TRIMESTRAL / ANO XIII
3000 EXEMPLARES
PVP: 2€
WWW.JORNALMAPA.PT

DIRECTORA: ANA GUERRA

Dissidências e Resistências

Num mundo e num país em que o autoritarismo ganha força, a luta queer é um dos exemplos da importância de reclamar a origem utópica, radical e dissidente das resistências.

O Europride enquanto pinkwashing
págs. 13 a 15

Electricidade transfeminista
págs. 10 e 11

Apontamentos queer
págs. 16, 17 e 36

Palestina Livre
págs. 3, 35, 37

Olhó Facho! Crónicas duma derrota anunciada
págs. 7 a 9 e 40

Agroecologia em movimento
pág. 2, 20 e 21, 24 e 25

irmão Lúcia

Tecendo redes para a transição: II Confluência pela Agroecologia junta uma centena na Golegã

Cerca de cem pessoas convergiram na II Confluência pela Agroecologia, na Golegã, neste solstício de verão: agricultoras, investigadoras, ativistas, técnicas e consumidoras unidas em torno da transformação do sistema agroalimentar.

SARA MOREIRA, RITA QUEIROGA, INÊS COSTA PEREIRA, CRISTINA AMARO DA COSTA

A proposta era «tecer redes para a transição em Portugal». Juntaram-se entidades para organizar o encontro (ver caixa). Integraram-se propostas feitas no encontro anterior e em diversos momentos de escuta prévia. Desenhou-se um programa fértil em visitas de campo, oficinas, mercado, troca de sementes, apresentações de iniciativas, exibição de filmes, conversas, cantigas em roda e sessões de trabalho para cultivar a mudança que se quer fazer acontecer nos territórios. E assim nasceu a segunda edição da Confluência pela Agroecologia, entre os dias 20 e 22 de Junho de 2025, na Golegã.

A terra por quem a trabalha

Sexta-feira. Depois da Oficina de Pastoreio Dirigido terminar, as participantes continuaram por três rotas que passaram por iniciativas inspiradoras em territórios próximos da Golegã. Quem esteve, assistiu à demonstração prática dos conceitos da agricultura de paisagem e de agrofloresta de sucessão, colheu hortícolas para o mercado, fez biofertilizantes ou conheceu a tradição e o saber da moagem, em mós de pedra, e da produção de variedades crioulas como o trigo Barbela.

À noite, no jardim Equuspolis, o documentário "O Rendeiro" (1975), de Luís Gaspar, com um retrato da lei do Arrendamento Rural, deu o mote para a conversa com João Vieira — agricultor, guardião de sementes com amplo conhecimento sobre a terra e a política agrícola, membro da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e, também, anfitrião numa das visitas anteriores. Rapidamente, a conversa se tornou numa profunda lição sobre a globalização do sistema agroalimentar, o desmembramento da produção nacional, a dignidade do campesinato, a soberania alimentar e outras ameaças que pairam no ar após 50 anos da Reforma Agrária. «Hoje há que inventar um novo tipo de MARN» diz João Vieira em referência ao Movimento de Agricultores e Rendeiros do Norte, retratado no documentário. A plateia inspirou-se com a imagem de pequenas vagas que se vão multiplicando até formarem uma grande onda capaz de tudo mudar.

Nutrir a «sociobiodiversidade»

Sábado. O Mercadinho ficou repleto de iguarias de vários pontos do sul e centro do país: abacates, laranjas e alfarroba do Algarve, azeite alentejano, mudas de Palmela, hortícolas, ovos e vinho do Ribatejo, livros e outras publicações alternativas… Enquanto isso, a mesa que antes servia para ultimar a sinalética do evento, transformou-se num banco de sementes colorido e começaram as trocas.

Seguiu-se o Rodízio de Iniciativas, com apresentações curtas de cerca de 30 iniciativas, onde se incluíram quintas de produção, hortas comunitárias, cooperativas integrais, AMAPS, projetos de investigação, ONGS, revistas, editoras e várias prospecções. Cada uma das iniciativas descritas foi integrada numa exposição-estendal, entre o verde e castanho das árvores, que ficou patente ao longo do encontro e permitiu a visita de outros cidadãos de passagem.

Depois do almoço, as participantes dividiram-se por diferentes temas de trabalho que resultaram de propostas anteriormente assinaladas, e que incluíram preocupações sociais, técnicas, políticas, construção de rede, e intergeracionalidade. A partilha da conversa co-construída por cada grupo serviu como etapa para a construção de novos diálogos que continuariam no dia seguinte.

Enxadas ao alto!
Agricultoras/es no centro

Um dos momentos altos da II Confluência foi o Plenário de Agricultores/as. Bem perto de uma monocultura de milho, na clareira de um bosquete de choupos, montou-se o «aquário». A metodologia convidou ao diálogo num círculo interno, cerca de uma dúzia de agricultores/as, que abordaram dilemas e motivações para a criação de rede, necessidade de apoio para o fortalecimento da produção e dos sistemas de comercialização e de consumo agroecológico. Em seu redor, no círculo externo, dezenas de pessoas escutaram e acolheram as preocupações partilhadas. Ouviram-se críticas e sugestões aos processos de investigação académica, apelos à articulação entre agricultores, odes às comunidades que apoiam a agricultura, desabafos e relatos de ligações viscerais à terra… Para celebrar as colheitas do dia, nessa noite, o cante ecoou em roda comunitária.

Tecendo redes…

Domingo. Ao despertar com conversas dois-a-dois em espaço livre para forjar colaborações, seguiu-se o jogo do *pac-man*: uma dinâmica colectiva para agir-reflectir sobre estratégias de defesa, ataque ou neutralização de ameaças de apropriação, *greenwashing* ou co-optação da agroecologia. Logo após, voltaram a formar-se grupos para continuar os trabalhos da véspera, com foco em seis temas: rede nacional, rede ibérica, políticas públicas, redes de distribuição, comunicação e morte.

Daqui resultaram possibilidades concretas de articulação, nomeadamente: criação de dinâmicas de trabalho e encontro para a construção das redes nacional e ibérica, pontes com outros coletivos europeus, sistematização de informação para o estabelecimento de grupos de contactos diversos, convites para visitas interpares, definição de etapas para avaliação de políticas públicas e sua adequação à transição agroecológica…

Todo o evento foi acompanhado pelo olhar atento de organizações do outro lado da Ibéria ou sediadas na Europa Central, que vieram conhecer melhor a dinâmica portuguesa.

Em jeito de final performativo, as gentes juntaram-se num teatro vivo da «paisagem agroecológica», habitada e a habitar colectivamente o espaço com o corpo e propósito.

Orgânica da Confluência

Dois anos depois da I Confluência pela Agroecologia, que aconteceu em Torres Vedras, em 2023, esta segunda edição foi co-organizada pela Al-Bio Associação Agroecológica do Algarve, Associação para a Manutenção da Agricultura de Proximidade (AMAP), Centro de Competências para a Agricultura Familiar e Agroecologia (CeCAFA), Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viseu (ESAV | IPV) e GAIA - Grupo de Ação e Intervenção Ambiental, e foi acolhida pelo Município da Golegã. Todo o processo foi co-construído num diálogo interativo entre a equipa organizadora e os diferentes tipos de atores que responderam aos chamamentos à participação. A facilitação no evento ficou a cargo do Centro Co.Re, que manteve em altas a energia e o foco do grupo. Várias pessoas/iniciativas presentes demonstraram interesse em dar seguimento à organização da rede e confluências futuras. Mas, por enquanto, ainda se lavam os cestos: à data de fecho desta edição, a vindima da Confluência ainda está por acabar. Os detalhes de todo o evento e dos seus resultados são publicados em https://agroecologia.coletivos.org.

Rearmar a Europa apoiando Israel

TEÓFILO FAGUNDES

Uma investigação conjunta[1] da Reporters United e da Investigate Europe descobriu que há milhões de euros do Fundo de Defesa Europeu (FDE) que, em última análise, vão beneficiar uma empresa detida pelo Estado de Israel directamente envolvida no conflito em Gaza: a Israel Aerospace Industries (IAI). Ou seja, uma empresa na órbita do exército israelita está a ajudar a construir os futuros sistemas europeus de defesa.

Em Maio de 2023, a IAI comprou a empresa grega Intracom Defense. Desde essa altura, esta empresa esteve envolvida em 15 projectos relacionados com o FDE. Sete deles foram-lhe concedidos já depois do início da invasão militar de Gaza em Outubro de 2023, altura em que os *drones* de vigilância da IAI foram utilizados para as operações israelitas no território.

Apesar de a Intracom Defense estar registada e ter sede na Grécia, os seus registos financeiros de 2024 revelam que 94,54% das suas acções são detidas pela IAI. Os 15 projectos equivalem a cerca de 15 milhões de euros. «Não é uma quantia enorme, claro, para a dimensão da indústria ou de um país. É uma forma de apoio, é uma forma de apoio extremamente dramática e problemática», nas palavras de Laetitia Sedou, da European Network Against Arms Trade.

O envolvimento de Israel em projectos financiados pela UE tem sido objeto de escrutínio desde o início do último conflito em Gaza. De acordo uma investigação recente[2] conduzida pelo jornal belga De Tijd e pelo canal holandês Follow the Money, mais de 1,1 mil milhões de euros em bolsas de investigação foram atribuídos a empresas e instituições israelitas no âmbito do programa de investigação Horizonte da UE.

NOTAS

1 https://tinyurl.com/y4k34hf3
2 https://tinyurl.com/45r9hzce

Todos os caminhos vão dar a Gaza

De barco, a pé ou de autocarro, três iniciativas internacionais de solidariedade com a Palestina marcaram o mês de junho: a Flotilha da Liberdade, a Marcha Global e a Caravana da Resistência, todas rumo a Gaza.

CATARINA LEAL

A Flotilha da Liberdade, encabeçada pelo navio Madleen, partiu da cidade da Catânia, na costa este da Sicília, a 1 de junho de 2025. A bordo do Madleen seguiam 12 pessoas de várias nacionalidades, incluindo a jovem Greta Thunberg, e uma carga de alimentos, fraldas, medicamentos e muletas.

O objetivo da tripulação era entregar estes bens em Gaza, quebrar o bloqueio israelita e alertar para a crise humanitária que se vive naquele território, após mais de um ano e meio de ataques mortíferos e mais de 11 semanas de cerco total imposto pelo Estado de Israel, com severas restrições à entrada de alimentos

Na madrugada de 9 de junho, as forças da Marinha Israelita intercetaram o navio a cerca de 185 quilómetros de Gaza, em águas internacionais, e rebocaram-no para o porto da cidade de Ashdod, em Israel. As 12 tripulantes foram raptadas e detidas à força pelas forças israelitas. Durante horas, estas pessoas permaneceram incontactáveis. A 16 de junho, a Coligação da Flotilha da Liberdade confirmou que estas pessoas já estariam de regresso a casa, tendo sido deportadas e banidas de Israel por 100 anos.

O navio Madleen foi batizado em homenagem à pescadora palestiniana Madleen Kulab, de 31 anos. De acordo com Madleen Kulab, os pescadores de Gaza já viviam sob restrições severas de acesso ao mar, falta de equipamento e ataques de Israel na costa palestina. No entanto, mais recentemente, os barcos e as redes das comunidades piscatórias foram destruídos, piorando as suas condições de vida, já precárias. A pescadora saudou esta iniciativa de solidariedade e de companheirismo para com a Palestina.

Marcha Global para Gaza

A Marcha Global para Gaza reuniu cerca de quatro mil pessoas de mais de 80 países para caminhar 50 kms no Egito. Os participantes começaram a reunir-se no Cairo no dia 12 de junho, como planeado, dirigindo-se para Al-Arish, para marchar durante alguns dias até à fronteira de Rafah com a faixa de Gaza, onde pretendiam realizar um acampamento de protesto, no lado egípcio, a partir de 15 de junho.

Esta iniciativa tinha três objetivos: exigir a abertura da fronteira de Rafah, para permitir a entrada de ajuda humanitária em Gaza; apelar a um cessar-fogo definitivo; e exigir o fim da ocupação israelita nos territórios palestinianos.

Dados divulgados pelo Ministério da Saúde de Gaza indicam que, desde outubro de 2023 até junho de 2025, mais de 65000 palestinianos foram mortos e mais de 115000 ficaram feridos.

Uma delegação luso-galega de cerca de 50 pessoas integrava esta Marcha. No entanto, à chegada ao Egito, o primeiro desafio foi sair do aeroporto do Cairo. Muitas pessoas viram os seus passaportes retidos e algumas foram deportadas.

O Governo egípcio opôs-se à realização deste protesto e ordenou que as autoridades egípcias reprimissem a Marcha Global para Gaza. No dia 13 de junho, os organizadores relataram a deportação de cerca de 170 participantes. O grupo relatou que muitos foram interrogados, assediados, detidos, agredidos fisicamente e, por fim, deportados.

A 16 de junho, a repressão egípcia forçou a organização da Marcha Global para Gaza a suspender as suas atividades.

Caravana da Resistência Al Soumoud

A Caravana *Al Soumoud* («firmeza», em árabe) representava a delegação tunisina e líbia da Marcha Global para Gaza. Partiu a 9 de junho de Tunes, contando com aproximadamente 1500 pessoas oriundas de países como a Argélia, Líbia, Marrocos, Mauritânia e Tunísia, que viajavam em cerca de 300 veículos.

Esta Caravana da Resistência atravessou a fronteira entre a Tunísia e a Líbia e chegou a Trípoli. No entanto, a 14 de junho, o protesto foi interrompido na cidade de Sirte, no leste da Líbia, e posteriormente, no dia 15 de junho, bloqueado militarmente pelas forças do Exército Nacional Líbio.

A 16 de junho, os organizadores desta delegação anunciaram o cancelamento da viagem para Rafah, após a detenção de mais de uma dezena de participantes.

A organização da Marcha Global para Gaza declarou, a 19 de junho: «Podemos não ter chegado a Rafah, mas tal como a Flotilha da Liberdade e a Caravana da Resistência, fizemos história.» E concluem: «Marchámos pelos mais de 2 milhões de palestinianos em Gaza que sofrem com a fome, a deslocação e uma violência inimaginável. A sua coragem é a nossa bússola. A sua sobrevivência é a nossa urgência. A sua liberdade é o nosso propósito. (...) Juntos, travaremos o genocídio.»

Ações em Portugal

Nas páginas das redes sociais do Coletivo pela Libertação da Palestina ou da Plataforma Unitária de Solidariedade com a Palestina (PUSP) é possível encontrar as próximas iniciativas de solidariedade com a Palestina em Portugal.

O Movimento Armilar Lusitano mostra que a extrema-direita está a falar a sério

O grupo de extrema-direita recrutou militares e polícias, criou células autónomas, adquiriu diversas armas e explosivos e chegou a fazer treino tático para invadir o parlamento. A Polícia Judiciária avançou sobre o grupo e deteve os seus principais líderes. Mas que significa este fenómeno num país em que a extrema-direita é a segunda maior força política?

RICARDO CABRAL FERNANDES

Era uma mera página de Facebook que não se diferenciava de tantas outras: promovia discurso de ódio, tentava descredibilizar o regime democrático-liberal, atacava figuras de esquerda, incitava ao ódio contra imigrantes e refugiados e elogiava a extrema-direita internacional. Nada fora do comum no ecossistema digital neste quadrante político, era mais uma página que se afirmava como movimento. Poderia ser uma única pessoa solitária à frente do ecrã ou poderia ser algo mais. Soube-se recentemente, resultado de uma investigação da Polícia Judiciária (PJ), que era mesmo algo mais, potencialmente mais violento do que se imaginava: era a fachada pública de um «movimento político apoiado numa milícia armada» que desejava «derrubar violentamente» o regime democrático-liberal.

Os seus fundadores, dois homens (um agente da PSP e um motorista) e uma mulher (vigilante), chamaram-lhe Movimento Armilar Lusitano (MAL) em 2018, quando criaram a página. O objetivo era claro, lê-se na indiciação do Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) do Ministério Público (MP) a que tivemos acesso: formar um «movimento nacionalista extremista dedicado a uma propaganda anti-imigração, demonstrando uma estratégia de instigação à acção violenta para derrube do regime democrático, apelando à mobilização da sociedade civil e dos sectores das forças de segurança e militares, sectores profissionais com elementos insatisfeitos perante o poder político».

Naquela altura, em 2018, a atenção mediática e, porventura judicial, estava focada no Escudo Identitário, entretanto defunto, e no neonazi Nova Ordem Social (NOS), mais um movimento falhado promovido e liderado por Mário Machado. Os primeiros, focados na juventude e no combate cultural identitário, organizavam momentos simbólicos com tochas e torneios de artes marciais, os segundos conferências neonazis internacionais e manifestações em apoio ao ditador António de Oliveira Salazar. Os dois movimentos não comunicavam entre si, bem pelo contrário, mas eram sintomas da mesma doença: a ascensão da extrema-direita a nível internacional e a crescente radicalização de franjas da direita dita democrática em Portugal. Algo estava a mudar.

O próprio Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2019 deixou isso claro ao afirmar que a «conjuntura internacional favoreceu a expansão da extrema-direita violenta, tornando-a uma ameaça relevante na Europa e também noutras latitudes», salientando que o terrorismo de extrema-direita tinha uma «dimensão transnacional cada vez mais significativa e relevante». Mas, no que aos extremistas portugueses dizia respeito, manteve-se o «foco na luta pela "reconquista" da Europa», os nossos extremistas deram «primazia ao combate cultural e ideológico, para alargarem a sua base social de apoio». Assistiu-se, por isso, à sua reorganização, «reciclando o discurso, formando novas organizações e recrutando elementos junto de determinadas franjas sociais a que normalmente não acediam num passado não muito distante».

Sentia-se, então, que havia algo de diferente no ambiente político nacional, mas não se conseguia perceber o quê. Portugal ainda era visto como excepção numa Europa que se radicalizava à direita e tinha deputados de extrema-direita eleitos. Pensava-se que a memória de 48 anos de ditadura fascista nos protegia, mas não se teve de esperar muito até os extremistas passarem também a ter um representante no parlamento português em 2019, atingindo agora os 60 eleitos em 2025 e o estatuto de segunda força política. Porém, em 2018, a extrema-direita era ainda grupuscular e, sobretudo, marginal, mais conotada à criminalidade violenta e à pura violência de rua.

> A infiltração de extrema-direita nas forças de segurança é bem conhecida e praticamente um dado adquirido, mesmo que os principais partidos e o poder político optem por o desvalorizar ou mesmo negar.

O conceito de extrema-direita grupuscular, elaborado pelo historiador e cientista político britânico Roger Griffin, ajuda-nos a compreender esta extrema-direita. Ao contrário da extrema-direita tradicional, a extrema-direita grupuscular organiza-se em diversos pequenos grupos que tendem a partilhar a mesma visão tática e ideológica, não tem uma estrutura centralizada e opera através de redes informais, de contactos pessoais. Assume-se como movimento cultural (afirma-se, por exemplo, como nacionalista, um grande guarda-chuva no qual convivem diversas tendências internas) e atua à margem dos partidos tradicionais, mas é a sua tropa de choque.

Os grupos dissolvem-se por divergências internas, incapacidade de profissionalizar a militância e/ou desmobilização de alguns dos seus membros. Surgem novos com outros nomes, mas os elementos dos núcleos duros são muitas vezes os mesmos, atraindo e radicalizando depois mais pessoas – daí a página de Facebook do MAL não ter chamado especialmente à atenção. Mas cada grupo funciona como uma pequena ilha de radicalização. Estes grupos funcionam nas margens e isso impede a compreensão, pela sociedade, do fenómeno a nível macro, da sua real dimensão e, sobretudo, da ameaça que representam, com a desvalorização a ser o erro mais comum nos contextos políticos sem extrema-direita tradicional parlamentar.

No entanto, a ameaça destes grupos, salienta Griffin, um dos maiores estudiosos do fascismo, não pode ser medida da mesma forma que o sucesso dos partidos tradicionais de extrema-direita. Já não se trata de ter potencial para aglomerar uma vasta massa de eleitores e militantes, de tomar o poder subvertendo a democracia através das urnas, mas da capacidade destes grupos em forjar alianças com outros para levarem a cabo ações violentas para perseguir os seus alvos e derrubar a democracia. O MAL nasceu desta cola que une todos estes extremistas, mas também adentrou nas tendências paramilitares e terroristas de extrema-direita, o que, não sendo inédito em Portugal, não deixa de ser um salto qualitativo muito significativo.

«O MAL resultou da reconfiguração e agregação de pequenos grupos conotados com ideologias nacionalistas e de extrema-direita», lê-se na indiciação do DCIAP. Os seus membros vieram dos Gárgulas de Portugal, outro grupo obscuro e com pouco destaque no universo da extrema-direita, da efémera filial portuguesa da rede internacional extremista Soldados de Odin e, claro, do NOS de Mário Machado, uma das principais organizações de extrema-direita extra parlamentar entre 2015 e 2020.

Aliás, alguns dos membros dos Soldados de Odin participaram desde o início no NOS, ficando responsáveis por uma parte da propaganda do grupo (como as redes sociais) e organizando a conferência internacional que trouxe a italiana neonazi Francesca Rizzi a Lisboa em 2019, evento que depois deu azo a acusações internas de desfalque financeiro. Acompanharam-na por Lisboa e Cascais.

Em novembro de 2019, a polícia italiana desmantelou uma rede neonazi que se preparava para fundar um partido e dar treino militar aos seus militantes, e uma das figuras de destaque desta rede era precisamente Rizzi. No decorrer da investigação, as autoridades italianas aperceberam-se que a rede neonazi se preparava para levar a cabo um atentado terrorista, com os suspeitos a terem partilhado tutoriais para fabrico de bombas artesanais e trocado informações logísticas, inclusive da segurança do alvo: instalações da NATO. Avançaram e desmantelaram-na.

Depois da suspensão da NOS por Mário Machado, em janeiro de 2020, estes elementos reativaram a filial portuguesa dos Soldados de Odin, uma rede de extrema-direita anti-imigração fundada na Finlândia, em 2015, cujo objetivo era "patrulhar" as ruas portuguesas contra a alegada criminalidade de imigrantes e refugiados. Os Soldados de Odin voltaram a ter vida efémera e alguns dos seus membros passaram a integrar o MAL, talvez motivados pelas ideias operacionais de Rizzi.

O MAL sofreu uma evolução que acompanhou os acontecimentos políticos, sociais e económicos em Portugal e no mundo, replicando estratégias das extremas-direitas internacionais. À semelhança do então Partido Nacional Renovador (hoje o defunto Ergue-te!), o MAL tentou infiltrar-se no movimento dos coletes amarelos portugueses, mas este nunca arrancou verdadeiramente em Portugal, ao contrário do que aconteceu em França, onde se assistiu a um real movimento de massas, paralisando o país e no qual a extrema-direita se tentou consecutivamente infiltrar. Mais tarde, com a pandemia de covid-19, em 2020, os seus elementos viram outra oportunidade para alargar a sua base social de apoio e recrutamento e passaram a «defender teorias conspiratórias e negacionistas, alicerçadas nas consequências socioeconómicas decorrentes» da crise sanitária mundial, afirma o MP. As teorias da conspiração são uma porta de entrada para a radicalização política à direita.

A partir de 2021, dois dos seus líderes, um dos quais polícia da PSP, começaram a usar o Telegram e o Signal para contactar e recrutar outros extremistas, assegurando o anonimato e a segurança das suas conversas. Foi um processo de seleção entre, afirma a indiciação do DCIAP, «centenas de militantes que se haviam inscrito através de boletins onde constavam elementos biográficos, constituição física, profissão, aptidões militares, conhecimentos de medicina e primeiros socorros». «Privilegiaram candidatos com conhecimentos no manuseamento de armas», ressalva o documento. Os candidatos tinham de preencher um questionário online, para se aferir o seu nível de radicalização, e, se fossem aprovados, tinham ainda uma entrevista presencial, sendo depois adicionados a grupos de conversação fechados e a «bolsas de resistência» nos pontos estratégicos do país.

> A razão para este crescente à-vontade é óbvia: o crescimento do Chega, até se tornar a segunda força política nas últimas legislativas, e constante normalização das ideias de extrema-direita na sociedade portuguesa

Os líderes do MAL privilegiaram o recrutamento «junto das Forças de Segurança e Forças Armadas, para realizarem treinos com armas, obterem armas e equipamentos de combate» – o que conseguiram através de um fuzileiro, que lhes passou fardas – e visavam a «criação de uma organização estruturada, definindo a colocação de células autónomas, posicionadas em pontos estratégicos do país (norte, centro e sul)». Queriam adquirir, e conseguiram, «equipamentos, materiais e consumíveis para fabrico de armas em impressoras 3D, a aquisição de peças de armas, de armas para treino, de armas de fogo ou explosivos e munições». Para treinarem táticas militares, apostaram no airsoft, um jogo desportivo que simula operações policiais ou militares com armas de pressão que disparam projéteis plásticos e que são réplicas de armas reais, como noticiaram vários órgãos de comunicação social.

Além de um dos seus líderes ser agente da PSP, o que já é por si preocupante, o MAL desenvolveu, garante a PJ, uma política ativa de recrutamento de militares e polícias. É mais um sinal, também em si preocupante, de como os extremistas consideram as forças de segurança terreno fértil para o recrutamento de organizações extremistas. A infiltração de extrema-direita nas forças de segurança é bem conhecida e praticamente um dado adquirido, mesmo que os principais partidos e o poder político optem por o desvalorizar ou mesmo negar, evitando assim quaisquer políticas de relevo para resolver o problema.

Não é, no entanto, uma infiltração orgânica, organizada e estruturada, ainda que o Movimento Zero seja de extrema-direita e tenha tido ligações próximas ao Chega, mas uma infiltração cultural, apreendida e replicada pelos recém-agentes com os mais velhos nas esquadras, nas práticas de patrulhamento nas ruas das principais cidades e, sobretudo, em bairros da periferia em que se cria a imagem de um Outro racializado, explorado depois pela extrema-direita – a própria existência de zonas urbanas sensíveis (ZUS) é disso exemplo, zonas nas quais a polícia é encarada pela população como força ocupante e hostil. É uma infiltração cultural fruto do racismo estrutural da sociedade portuguesa e, também, da normalização do discurso de extrema-direita, como o da lei e ordem, na sociedade.

O aceleracionismo

Os elementos do MAL continuaram a radicalizar-se, abraçando as ideias aceleracionistas de extrema-direita. O aceleracionismo é uma corrente entre a extrema-direita violenta baseada no pressuposto de a degenerescência (racial, cultural, económica, política, social) das sociedades ocidentais ser incorrigível e, como tal, o seu colapso deve ser apressado ao semear o caos e a tensão social. O colapso das sociedades, acreditam os aceleracionistas, resultará numa guerra racial ou numa catástrofe de tal magnitude que será possível construir uma nova sociedade racialmente pura a partir dos escombros da antiga. Assim, os atos de violência, incluindo terroristas, sejam individuais ou em pequenas células, contra minorias étnicas e sexuais são uma das orientações estratégicas escolhidas para 'acelerar' os conflitos na sociedade.

É uma orientação que se integra na visão apocalíptica do MAL a partir de 2022. «Passaram a teorizar sobre as consequências socioeconómicas e energéticas da guerra na Ucrânia e na culpabilização dos governos europeus de esquerda pela crise decorrente, não só pela guerra, mas também pela inflação, pelas medidas de combate às alterações climáticas, pela escassez de bens essenciais e pela imigração descontrolada», lê-se na indiciação do DCIAP. A lógica, na visão do movimento, era clara: haveria o culminar de um «choque e guerra civilizacional para a qual os povos europeus considerados "nativos" se tinham de preparar, incluindo o acesso a armas e respetivo treino para preparação para a iminência de tempos apocalípticos».

A PJ começou a investigar o MAL em finais de 2021 e o RASI referente a esse ano, publicado em junho de 2022, já alertava para o facto de se ter continuado, em ambiente virtual, «a registar-se, em diferentes plataformas e redes sociais, uma crescente simpatia de utilizadores portugueses pelas correntes aceleracionistas (terroristas) de extrema-direita».

Os extremistas alemães do Reichsbürger (ou Cidadãos do Império) não são geralmente classificados como aceleracionistas, mas como restauracionistas e conspiracionistas, mas foram uma fonte de inspiração para o MAL, revela a indiciação, ao planearem um golpe de Estado contra as instituições democráticas da Alemanha para restaurar o império alemão de antes de 1918.

A polícia federal alemã avançou com uma operação que envolveu cerca de três mil agentes por todo o país e fizeram dezenas de detenções, com muitos dos detidos a serem antigos militares, membros da elite social e indivíduos com histórico de pertença a organizações extremistas de direita. Foi a maior operação policial contra a extrema-direita na História da Alemanha Federal e demonstrou como este campo político se tornou uma ameaça violenta para o regime democrático e de como redes de extremistas podem, aliadas a ideias conspiracionistas, evoluir para redes organizadas que pretendem usar violência política para atingir os seus objetivos, especialmente quando têm elementos com formação militar e de segurança.

Inspirados nos Reichsbürgers, houve militantes do MAL a ponderarem, num grupo de Telegram com 900 membros, invadir o Palácio de Belém, mas desistiram dessa ideia quando outros membros, com experiência militar e policial, alertaram para o desconhecimento que todos tinham do local e para a proximidade da residência do Presidente da República com diversas instalações policiais, noticiou o Jornal de Notícias. Abortaram o plano e escolheram um novo alvo: o parlamento, com alguns dos membros do MAL a realizarem treinos tácticos com airsoft e a obterem armas 3D, para passarem pelos detectores de armas das instalações do órgão de soberania. «Investiram muitas horas, e a qualidade das armas era tanta que os carregadores, originais, adaptavam-se perfeitamente», disse uma fonte ligada ao processo ao jornal sediado no Porto.

Apesar destes planos e preparação para os levar a cabo, não se consegue, com as informações que vieram a público, retirar ainda muitas ilações sobre a estrutura do MAL. Sabe-se através da PJ que se pretendia desenvolver uma «estrutura organizada» e que possuía células espalhadas pelo país, mas pouco mais. Podemos reflectir sobre

o nível de conhecimento destes elementos, sobre as estratégias de terrorismo da extrema-direita. É que as estruturas organizadas, hierárquicas, compostas por células, foram uma tendência que marcou a extrema-direita violenta norte-americana até às décadas de 1980 e 1990 – não nos referimos às milícias, que são outro fenómeno – e foram abandonadas por possuírem inúmeras fragilidades.

O colapso das sociedades, acreditam os aceleracionistas, resultará numa guerra racial ou numa catástrofe de tal magnitude que será possível construir uma nova sociedade racialmente pura a partir dos escombros da antiga.

Uma das organizações terroristas norte-americanas mais famosas, e que levou a uma reflexão entre os extremistas que desejavam fazer atentados terroristas, foi a The Order, que seguia os ensinamentos do extremista William Pierce e foi responsável por vários assaltos à mão armada e homicídios até ser finalmente travada pelo FBI. A Justiça federal acusou 14 pessoas por homicídio e assalto à mão armada, mas 13 delas acabaram absolvidas, o que representou um enorme falhanço para as autoridades.

O caso despertou a atenção dos extremistas de direita norte-americanos, com um deles, Louis Beam Jr. a desenvolver uma nova teoria de organização terrorista: as organizações extremistas de direita hierárquicas tornaram-se demasiado vulneráveis a infiltrações e a acusações judiciais pelas autoridades e, portanto, os extremistas deveriam passar a ações individuais, ou no máximo dos máximos com pequenas células, sempre de forma descentralizada e independente uns dos outros. Os objetivos seriam definidos a nível macro, de forma difusa, e cada elemento decidiria como os alcançar por meios violentos, sem existirem quaisquer ordens, evitando assim comprometer outros extremistas.

Para isso, defendeu Beam, os extremistas deveriam partilhar o mesmo ecossistema, os mesmos meios (na altura em que ele desenvolveu a teoria ainda não existiam plataformas e redes sociais) para analisarem em conjunto o contexto político-social, trocar ideias e ensinamentos, contagiarem-se mutuamente com o seu extremismo. Estes espaços de partilha teriam tantos indivíduos a participar que, argumentava, as autoridades deixariam de ter capacidade para os vigiar a todos, criando-se brechas na atuação das forças e serviços de segurança. Os descendentes desta teoria são os atores solitários (que não o são devido a todo este ecossistema) aceleracionistas e as plataformas e redes sociais, que promovem o extremismo em troca de avultados lucros, são os novos espaços de colaboração entre si.

De qualquer das formas, e mesmo que o panorama português não esteja felizmente tão desenvolvido como o norte-americano ou o de outros países europeus, como a Alemanha, onde já se registaram vários casos de terrorismo praticado por atores solitários, a verdade é que a existência e estruturação de uma organização como a do MAL não deixa de ser praticamente inédita, no caso da extrema-direita, em Portugal.

No que diz respeito à criação de uma organização com métodos paramilitares, práticas clandestinas, de criação de células autónomas e vocacionada para a violência política, é necessário recuar à década de 1980, até ao Movimento de Ação Nacional (MAN) – as filiais portuguesas dos Blood & Honour e Portugal Hammerskins são outros fenómenos, mais relacionados com criminalidade organizada e violência política de rua. Em 1989, a direção política do MAN encetou esforços «de descentralização dos poderes, acreditando mais na formação de células autónomas, distribuídas pelo país, embora sempre vinculada à política determinada pela direção nacional», para se criar uma «estrutura paramilitar e estanque» capaz de «absorver todos os elementos skins dando-lhes aquilo que até agora lhes faltava, a aglutinação de esforços em redor de uma "super estrutura"», de acordo com um relatório de 20 páginas, datado de 28 de novembro de 1989, a que tivemos acesso sobre o MAN.

Mas os seus esforços falharam. Houve divergências internas entre militantes de linha "suave" e linha dura e a investigação da Polícia Judiciária aumentou demasiado os riscos, mesmo a nível individual, para os elementos da direção política do MAN, culminando na auto dissolução do movimento em 1992, para se evitar que o seu fim fosse decretado pelo Supremo Tribunal de Justiça. Foi mais uma vitória das autoridades portuguesas no combate ao extremismo de direita em Portugal.

Tudo indica que o MAL terminou com a investigação da Polícia Judiciária, a cargo da Unidade Nacional de Contra Terrorismo e revelada ao país a 17 de junho, quase três anos depois de ter começado. Foram cumpridos 15 mandados de busca e apreensão e detidas seis pessoas, as principais do movimento e das quais quatro ficaram em prisão preventiva. Essas quatro estavam «fortemente indiciadas pela prática dos crimes de infrações com grupo e atividades terroristas, discriminação e incitamento ao ódio e à violência e detenção de arma proibida», lê-se no comunicado de imprensa da PJ. «Foi possível proceder às detenções em flagrante delito e à apreensão de material explosivo de vários tipos, de várias armas de fogo, algumas das quais produzidas através de tecnologia 3D, várias impressoras 3D, várias dezenas de munições, várias armas brancas, material informático, entre outros elementos de prova.» Outro elemento inédito deste grupo foi a sua aposta em armas 3D, de difícil controlo por parte das autoridades e que exige um esforço significativo (de conhecimentos, meios e materiais) para serem produzidas.

Mas há ainda pontas soltas aos olhos da opinião pública. Sabe-se que a PJ possui uma lista de dezenas de outros militantes e apoiantes do MAL identificados, com um desses apoiantes, noticiou o Correio da Manhã, a ser Manuel Matias, ex-assessor do Chega e pai da deputada de extrema-direita Rita Matias. Manuel Matias rejeitou publicamente ter conhecimento do grupo ou simpatizar com ele, mas o mesmo jornal afirmou ter confirmado que o ex-assessor chegou mesmo a publicar conteúdos no fórum do MAL, no qual só se entra por convite.

A operação da PJ contra o MAL foi desencadeada uma semana depois de um jovem de extrema-direita ter, a 10 de junho, violentamente agredido o ator Adérito Lopes à frente do teatro A Barraca. Independentemente de ter sido ou não um ataque organizado, a verdade é que a agressão foi mais um sinal do crescente à-vontade da extrema-direita violenta e marginal nas ruas portuguesas. E, no Porto, também no 10 de junho, duas voluntárias que apoiavam pessoas em situação de sem-abrigo foram ameaçadas e agredidas por dois extremistas. A estas agressões devem-se ainda acrescentar as agressões a antifascistas no 25 de Abril deste ano, a escassos metros de um forte dispositivo da PSP e do local onde a tradicional manifestação deveria terminar, no Rossio, em Lisboa.

A razão para este crescente à-vontade é óbvia: o crescimento do Chega, até se tornar a segunda força política nas últimas legislativas, e constante normalização das ideias de extrema-direita na sociedade portuguesa. A extrema-direita está a vencer a guerra cultural, está a criar e a explorar medos, desigualdades e sentimentos de injustiça acumulados por mais de uma década de austeridade permanente, degradação do Estado Social e das condições de vida. Os extremistas violentos e marginais alimentam-se desta normalização para alargar o seu apoio social e a sua base de recrutamento – e os jovens são um dos seus principais alvos. A função da extrema-direita violenta e marginal é ser a tropa de choque da extrema-direita parlamentar. Tem sido assim lá fora e Portugal não será uma excepção.

«Somos todos iguais, somos todos pessoas»

F.N.

A 17 de mai, no dia anterior à ida às urnas para a eleição do novo governo português, teve lugar em Faro uma concentração anti-racista, que juntou dezenas de pessoas, das quais a maioria ciganas. Como informou ao Jornal MAPA o grupo Algarve Antirracista, a iniciativa partiu da própria comunidade cigana, em particular das mulheres. Para a maioria foi o primeiro momento de participação política.
A manifestação foi organizada por toda a comunidade, desde as crianças aos mais velhos. Rúben, de 44 anos, diz que veio «pelas crianças que estão aqui a manifestar-se». Considera que a data marca um início na luta política pelos direitos da comunidade. Já Nádia refere ter-se mobilizado devido à discriminação que ela e os filhos enfrentam «na escola, nos hospitais, nos hipermercados…». Lembra que «somos todos iguais, somos todos pessoas». José, trabalhador nos correios, enfrenta o racismo diariamente. Considera que «temos de ter amor uns pelos outros, e ajudar-nos uns aos outros». Paula, de 50 anos, reclama pelo direito ao trabalho que lhes é constantemente negado.
O sentimento geral foi de orgulho e união, com as vozes das crianças a gritar palavras de ordem e os carros que passavam a fazer gestos de solidariedade. Mas todos destacaram a necessidade de continuar a luta. Este foi apenas o início.

O terramoto eleitoral e o mistério de Pitões das Júnias

Foto: Frederico Lobo

Algumas vezes, acontece que outro candidato interrompa para dizer: «Não é exacto, os passarinhos cairão bem cozidinhos do céu para a tua boca». E o gado eleitoral segue, atento, o debate apaixonante: Cozidos ou fritos, como serão preparados esses pássaros que não comerá? [...] Digamo-lo bem alto: que o gado eleitoral seja tosquiado, comido, temperado com todos os molhos, que mossa nos pode isso fazer? Nenhuma.

O Gado Eleitoral (1906)
Albert Libertad

M. RICARDO DE SOUSA

As eleições não deixam de me surpreender, a minha racionalidade nem sequer abarca os elementos esotéricos e mágicos que lhes estão associados. Começo por dizer que sou daqueles que comeu e não gostou, o que me deixa na condição do apóstata muçulmano, ou judeu, que comeu carne de porco e ainda por cima da pior. Hoje sou abstencionista.

Parece que a plebe se rebelou contra os senadores. Ninguém queria estas eleições, o Governo tomou todo o tipo de medidas eleitoralistas esperando o cenário de eleições, isto num contexto em que o Chega estava em ascensão; o PS caiu na armadilha e o resultado está à vista, esvaziou-se e está agora na condição de terceiro partido. Os outros chegaram ao segundo… Para quem teve, como o PS, ainda há pouco tempo, uma maioria absoluta, é a derrocada. Também o BE, um partido de eleitores, se esvaiu, ficou com uma deputada solitária. O PCP, ou o seu heterónimo CDU, quase se manteve, mas perdeu mais um deputado e votos; como vai longe o tempo dos 19% e mais de um milhão de votos. Já o Livre bem-falante cresceu entre a juventude estudada que se reconhece nesta social-democracia pós-moderna, como anteriormente se identificava com o BE. Quanto aos jovens da «geração mais preparada de sempre» que usam fato e gravata, esses encostaram-se, a bem do empreendedorismo, à Iniciativa Liberal. Estas são as matemáticas eleitorais que se resumem a uma maioria de direita no Parlamento. Resta acrescentar que a abstenção ficou nos 41%. Parece inexplicável que um número significativo de cidadãos tenha resistido, mais uma vez, aos apelos dos partidos, das autoridades, dos média. Escaparam ao determinismo da psicologia de massas mostrando ser refractários ao espírito de rebanho de que falava o anarquista Albert Libertad. Obviamente existem os acamados, os paralíticos e os tetraplégicos, mas serão uma minoria entre os mais de três milhões de abstencionistas...

> «25 de Abril foi o grande cagaço da burguesia portuguesa no século XX»

No seu cinquentenário, a nossa (quase) revolução ficou definitivamente para trás. Como aconteceu com todas as outras, sobram as memórias, para quem as tem, e os rituais de depositar flores nas campas dos cemitérios como fazem ainda com o soldado desconhecido da Grande Guerra ou nas comemorações do 5 de Outubro... O franco-atirador capitão Varela Gomes dizia naquele seu tom inimitável que o «25 de Abril foi o grande cagaço da burguesia portuguesa no século XX». Quando se completam 50 anos do PREC, podemos confirmar que já passou.

O Chega ganhou em quase todo o Alentejo e Algarve e nas periferias populares das grandes cidades, principalmente na Grande Lisboa! Até em Baleizão, terra de Catarina, empatou com a CDU. E ganhou em Setúbal, que no passado os anarquistas diziam ser a Barcelona portuguesa e os comunistas chamavam de vermelha! Ou seja, está a levar os antigos votos da esquerda comunista e socialista. Ou dos seus filhos e netos. Independentemente da chamada transferência eleitoral de votos, é um facto que os trabalhadores das periferias urbanas se deslocaram da esquerda para a direita reaccionária e autoritária. Dizem alguns analistas que os piores resultados do Chega foram nas freguesias de Lisboa com mais escolaridade... Mas também em Coimbra e em Bragança teve piores resultados! O certo é que em Lisboa onde o Chega teve os melhores resultados foi em Marvila, que sabemos ter os seus problemas, mas teve maus resultados numa freguesia popular, a Ajuda, onde residem inúmeras famílias ciganas em bairro social. Também os resultados nas áreas operárias do Grande Porto, e de Braga, mostram como a análise sociológica sobre essa empresa unipessoal pode ser complexa. E acrescentamos a irrelevância do Chega nessa bela aldeia de Pitões das Júnias, nas calmas serras de Montalegre, na fronteira com a Galiza. Aí o Ventura teve 9 votos, menos um que no ano passado, ficou pelos 8%. Um mistério nas montanhas.

Dito isto, o dia seguinte às eleições foi igual ao da véspera. A maioria dos portugueses foi trabalhar e os reformados ligaram as suas televisões logo pela manhã. Quem não tem casa continua sem ter, quem tem um salário miserável e trabalho precário vai continuar na mesma situação. Ou seja, tudo como dantes no quartel de Abrantes… Embora não consiga compreender os caminhos trilhados pelo rebanho eleitoral, não tenho dúvidas de duas coisas: muitas pessoas comuns estão com raiva das elites políticas e querem virar a mesa e a esquerda política há muito que deixou de entender a raiva das classes subalternas. Ao contrário do que dizia o outro, não são tempos interessantes, são tempos de peste. Mas não sejamos pessimistas, em breve vamos ter eleições na freguesia e, pouco depois, para o Almirantado.

É preciso enterrar a democracia e celebrar o seu enterro

HORÁCIO BOAVIDA

Agora que a democracia se revela no seu total falhanço é que a malta que nos rodeia se lembra que devia ter passado os últimos anos nos movimentos sociais e de base, a pensar e a fortalecer mecanismos de resistência, a ocupar espaços sociais e de encontro, a criar redes de apoio e a desenhar comunidades.

O apelo ao voto é uma inutilidade porque a democracia é um sistema estruturalmente opressivo e bem mais próximo do fascismo do que gostaríamos de pensar. De facto, não é só o capitalismo que desemboca no fascismo porque, como escreve Rancière, ambos partilham entre si uma «economia da desigualdade». A questão será, porventura, mais complexa. É que a «economia da igualdade» defendida pela democracia é tão má ou pior que a desigualdade capitalista e neoliberal. Esta igualdade meramente abstracta, formal e uniforme está na base da despolitização actual que teve como consequência ao longo das últimas décadas o progressivo abandono popular das urnas (curiosamente, foi preciso o «ressurgimento» do fascismo para fazer descer as gigantescas taxas de abstenção). Mas esse abandono generalizado da «política» é apenas lógico, porque as pessoas sabem – e bem – que foram reduzidas pelo sistema a meros números equivalentes entre si, expressão irrelevante das massas impessoais e homogéneas das democracias do estado-nação (logo, como é possível censurar-se alguém por preferir ir à praia do que ir votar?). Justamente, o que achar de uma sociedade que concebe a apoteose do «fazer-política» como esse momento absurdo e impotente do voto, em que cada umx se encontra sozinhx, escondidx atrás de uma chapa de metal e rabiscando em segredo uma cruzinha – para que ninguém consiga ver em quem votámos – que será então cuidadosamente guardada numa caixinha junto dos outros votos anónimos que irão ser contados sabe-se lá por quem (vê-se já aqui – e perfeitamente – a antipoética burocrática deste intrincado sistema de mediações e separações sociais) – tudo isto, claro, nos cinco minutos que arranjámos livres no dias das eleições (entre ir ao supermercado ou correr para o trabalho), depois de termos gramado com horas a fio de debates televisivos em que a política é reduzida a um *reality show* e, no fim de contas, com o derradeiro e embaraçoso propósito de meter uns merdas quaisquer no parlamento que depois se especializarão em tomar as decisões por nós – apenas para que uns anos depois possamos dizer, bem segurxs da nossa própria indignação, que fizeram tudo mal, que foram gananciosxs, cínicxs e corruptxs?

A sério que é esta a nossa concepção actual da política, um termo que antes quis dizer algo como a partilha de uma cidade, logo, de um espaço comum?

O fascismo é apenas uma reacção lógica a este estado de coisas: o fascismo cria comunidade num sistema que a devora através do individualismo – anónimo ou singularizado, pouco importa – das massas (claro, é uma comunidade assente em princípios de exclusão, de hierarquização ontológica e de pureza racial e moral); o fascismo cria identidade numa sociedade em que esta é sistematicamente alienada (claro, através de um apelo quase operático – e certamente pindérico – ao patriotismo, ao nacionalismo e aos mitos heróicos do passado); o fascismo dá um sentido à existência (de pertença, de integridade, de relevância pessoal – num mundo em que a abstracção igualitária da democracia e a abstracção desigualitária do capitalismo concorrem para uma mesma aniquilação da diferença).

No fundo, seria possível dizer que a democracia ocidental e o seu projecto igualitário, racional e iluminista tiveram como objectivo essencial anular do espectro social toda a negatividade e estranheza dx *outrx*, elegendo como modelo epistemológico um sujeito universal e abstracto que seria posteriormente exportado, através do colonialismo e da globalização, para todo o mundo. Por outro lado, o capitalismo especializou-se na produção de diferenças e de desníveis, é certo, mas apenas do ponto de vista da desigualdade e da hierarquia estatutária e económica – é, pois, uma diferença neutralizada porque submetida a um padrão, a uma medida, a uma equivalência e a um cálculo (a diferença que tende para a alteridade mais radical não é nunca quantificável, muito menos abstracta ou uniforme e, por isso, não é passível de ser reduzida à lógica mercantil do valor).

Em nenhum lado, portanto, se encontra uma verdadeira política da *diferença* e da *«alteridade»*, uma verdadeira *«comunização»* dos saberes, dos afectos e das experiências (e que assim evitaria a padronização característica das sociedades de massas), uma verdadeira exploração da identidade como *«desidentidade»*, isto é, pondo em jogo a possibilidade de se ser *«outrx»* a cada instante, sem coacção, normatividade ou conformismo.

> Esse abandono generalizado da «política» é apenas lógico, porque as pessoas sabem – e bem – que foram reduzidas pelo sistema a meros números.

Anulação da diferença pela igualdade, neutralização da diferença pela desigualdade são, pois, os dois lados da mesma moeda: capitalismo e democracia caminham de mãos dadas e o seu filho é o fascismo – ao mesmo tempo reacção visceral contra o *status quo* e aceleração vertiginosa dos seus mecanismos – porque o fascismo, como bem sabemos, representa o estádio final da «*aniquilação dx outrx*».

Contra aquelxs que ainda pretendem salvar a democracia do capitalismo (ou, por outras palavras, o estado do capital, a cidadania do mercado, a propriedade pública da privada), é preciso dizer bem alto: a democracia acabou – e não é altura de vir salvá-la, mas de acelerar o seu enterro.

Todo o discurso que ambicione resgatar as instituições democráticas deve ser considerado não apenas reaccionário, mas também como retórica de controlo e de dominação, de preservação do mesmo estado de coisas e da mesma ordem de poder que nos conduziram até à situação actual, da mesma incapacidade crítica de transformar o imaginário e de pensar além do presente e da sua reprodução eterna pelos mecanismos de pacificação, neutralização e assimilação do sistema. É preciso recusar e atacar toda a retórica do voto, da manifestação pacífica, da indignação e do protesto, da esperança e da paz, da liberdade, da tolerância, da igualdade, da expressão individual e da singularidade, toda a retórica do «vai ficar tudo bem» e do «estamos todxs no mesmo barco», da salvação pela arte, pela educação e pela cultura, toda a retórica que vê nas instituições culturais e políticas uma hipótese de renovação e até mesmo de aperfeiçoamento, toda a retórica do sistema nacional de saúde, da taxação dxs ricxs, de mais impostos e de menos corrupção, de um estado todo poderoso e protector, toda a retórica de uma alternativa real nos confins do próprio sistema, de um fetichismo da marginalidade, do *underground*, do independente e do alternativo – porque a revolução não se faz com o que se tem, mas com o que ainda está por vir.

É preciso enterrar a democracia e celebrar o seu enterro. E depois do luto e da festa procurar o que realmente importa: a comunização da sociedade, a autonomia da existência, a partilha das diferenças – e, claro, a paixão quente e insaciável da nossa vingança contra o poder.

Racismo de massas

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORMALMAPA.PT

Ouvimos dizer que a viragem à extrema-direita notória nos resultados eleitorais é «complexa»: tem a ver com o ressentimento que uma parte da sociedade sente por achar que teria sido possível pô-la a viver melhor do que o que vive e que culpa por isso os partidos tradicionais; mas também tem a ver com a pertença a territórios «esquecidos» pelas elites políticas. Ouvimos dizer que as pessoas estão preocupadas com a segurança e que esse sentimento, não tendo relação com a realidade, deve, ainda assim, ser incorporado nas decisões a tomar e, como tal, alimentado. A análise de resultados eleitorais é sempre impossível, no sentido em que teria de se falar com todos os votantes para se perceber os porquês de cada um, até se poder definir uma linha estatística que explicasse psico-socialmente os resultados. Mas as profundíssimas generalidades que nos são dadas por quem comenta profissionalmente estas coisas são, ainda assim, propositadamente «complexas» demais.

O partido de extrema-direita que «ganhou» as eleições é um partido informal que existe há décadas, que desenvolveu o seu programa político nos balcões dos cafés, das tabernas, e que esperava apenas por uma fragilização do sistema imunitário da democracia representativa para se impor quase como epidemia. Aí, o corpo teórico deixou de ser sussurrado quase com vergonha, explicado com adversativas, e passou a ser assumido, gritado sem necessitar de explicações, transformado em orgulho ruidoso.

No entanto, e creio que isto é fundamental repetir, a pústula já existia. Num país que ainda chama «saga marítima» ou «descobertas» à sua expansão colonial, que a ensina como prova da superioridade europeia sobre povos «atrasados», que ainda acredita que, durante 500 anos, promoveu algum tipo de desenvolvimento em África, que sempre tratou as pessoas não brancas como escravas, inferiores ou terroristas, é impossível não ser racista. E, se há uma linha bem notória nos racistas assumidos, ela dilui-se sem se dissipar também em algum anti-racismo, baseado mais na condescendência e no paternalismo, do que na igualdade real. Não ser racista é um combate interno sempre inacabado com algumas das raízes mais profundas que nos foram inculcadas. E pouca gente gosta de se combater a si próprio. Mais fácil é deixar as coisas medrar sem lhes bulir.

O partido de extrema-direita que «ganhou» as eleições é um partido informal que existe há décadas, que desenvolveu o seu programa político nos balcões dos cafés, das tabernas, e que esperava apenas por uma fragilização do sistema imunitário da democracia representativa para se impor quase como epidemia.

De repente, as pessoas começaram a reparar que a comunidade vinda do agora chamado Industão, com os seus costumes, as suas vestes e a sua tez muito própria, estava a expandir-se. Milhares de pessoas foram chamadas pelas ofertas de emprego que os locais e os habituais imigrantes não queriam preencher. Grande parte dessas pessoas chegou do tal Industão. Foram demasiadas pessoas «estranhas» a chegarem demasiadamente depressa para as cabeças ressentidas deste pequeno país. Note-se que ninguém acha que há imigrantes a mais. Até a extrema-direita diz que são precisos. O luso-capitalismo não sobrevive sem eles. Sem mais, muitos mais. Toda a gente o sabe e toda a gente o diz. Num contexto assim, pode-se, sim, falar de «imigração desregulada», mas apenas no sentido em que o Estado não consegue dar resposta aos direitos de quem está cá, de quem é mais explorado do que os locais, trabalha, desconta, paga impostos, faz compras. A «desregulação» é do Estado, não das pessoas que migram.

Mas as massas são ocas, altamente manipuláveis, voláteis, desprovidas de cérebro. Sempre o foram, mesmo quando nos pareceram simpáticas. Tão depressa ocupam os terrenos deixados ao abandono pelos proprietários, como formam milícias para espancar ciganos ou pessoas trans. Às massas, sempre dominadas por uma sensação legítima de infelicidade e ressentimento difuso, basta-lhes a concretitude dum inimigo e uma voz de comando credível. Seja o inimigo quem for e venha a voz de onde vier. Se soar a viril, aí a coisa explode. Nesse sentido, tendo ouvido por toda a parte que havia imigração a mais, que havia mais insegurança, que uma e outra estavam ligadas, num país onde é impossível não ser racista, com um povo que tem a reacção visceral de nojo perante a visão de pessoas até então pouco vistas, não custa muito fazer com que as massas apontem para o imigrante, lhe descubram intenções inexistentes, acumulem acusações sem base real e se virem submissas para o macho alfa da matilha racista.

Sem saber quais as razões concretas para cada voto no Chega, no Ergue-te, ou no ADN, parece-me que estas eleições provaram o que o assassinato de Odair Moniz já tinha, mais uma vez, destapado: este é um país estruturalmente racista, em que a manipulação das massas é mais simples para quem tem o racismo como fundamentação primordial das suas políticas. Um país que, em Maio de 2025, me provou que tem mais de um milhão de pessoas que acham que o ódio racista é o motivo fundamental e urgente pelo qual vale a pena sair de casa para ir votar. Esse mais de um milhão de pessoas fizeram com que, por uma vez, não tenha ficado tudo igual no dia a seguir às eleições. É verdade que as alfaces continuaram a crescer, mas também é verdade que houve crianças ciganas, logo na segunda-feira, que, nos recreios das escolas, tiveram de aturar outras crianças, cheias de ódio, a gritar-lhes Chega!. Não tarda, as notícias de *bullying* ou de violência das tropas de choque nazis sobre migrantes, «esquerdalhas», anarcas, sem-abrigo, LGBTQIA+, serão apenas banais.

Há um receio enorme de colocar o dedo em certas feridas. Teria, aliás, de se perceber primeiro que é de maleitas que se trata. E ninguém parece querer ver a infecção, o pus. Umas pessoas por mera preguiça intelectual, outras porque isso desmontaria a ideia do Portugal cosmopolita e aberto ao mundo e outras ainda porque destruiria o mito do «sonho lindo» que foi o PREC e aniquilaria qualquer possibilidade sustentável de revolução, ou sequer luta, de massas. A lesão está aberta, é enorme e bafienta, mas, ao invés de ser tratada, vai sendo coberta com maquilhagens, cremes, pomadas, unguentos. Sob essa camada, as bactérias prosperam.

O Grito das Massas. Josef Váchal, 1930.

A Peçonha

M. ARAÚJO
MARAUJO.SUBSTACK.COM/

O espectro que assombra a Europa de hoje é o espectro do ressentimento. E Portugal — um país a ver crescer a porcaria — é também o espelho dessa ralé de espírito que são os instigadores do ódio, que é a populaça ululante e todo esse país comezinho, cobarde, bisbilhoteiro e mesquinho; essa canzoada que alimenta a alma com costelas de porco, redes sociais e futebol; essa casta de escravos que rasteja exultante diante dos donos.

O populismo é a vitória da turba — o tropel dos fracos a derrubar a aristocracia do espírito. É a tirania da maioria que não une, mas que, através do veneno, nivela por baixo; é a vitoria do rancor que só encontra sentido na denúncia, na mentira e no medo, aquela que exclui e aniquila tudo o que ousa distinguir-se e elevar-se acima do rebanho.

E é por causa dessa gentalha — dessa canalha ressentida e servil — que as ratazanas do fascismo estão a voltar, alastrando como peçonha, com os mesmos gritos de ódio de sempre.

Elektro-totós: um manual transfeminista de electricidade

Z e X são electricistas, Y é psicóloga. Três pessoas socializadas como mulheres que se juntaram, a partir de espaços autónomos e transfeministas, para partilhar conhecimento. Juntas produziram a fanzine «Elektro-totós Vol. I: Corrente Alternada - como fazer uma instalação eléktrica desde conhecimento 0».

SANDRA FAUSTINO
SANDRAFAUSTINO@JORNALMAPA.PT

Sandra – Em primeiro lugar, o que se se aprende a fazer com esta zine?
X – A fanzine dá-te o conhecimento fundamental para tu perceberes como funciona uma instalação. Também ensina algumas coisas – fazer uma tomada terra, ou uma puxada – mas sobretudo dá-te um conhecimento global. Depois, se queres saber como mudar uma tomada, podes procurar na net. O que não encontras na net é como dimensionar cabos, como escolher disjuntores… como saber o que procurar na net! A zine simplifica o conhecimento e torna-o acessível, para as pessoas não ficarem *overwhelmed*.

S – Como é que chegaram a esse momento de decidir fazer uma zine sobre instalações eléktricas?
X – Eu fiz um trabalho com a Z quando não tinha nenhum tipo de conhecimento. Foi por necessidade: ardeu-nos um cabo da cozinha e ligámos à Z, ela veio e fizemos um trabalho em conjunto. E eu, nesse momento, como não estava a passar um momento muito fixe, fiquei obcecada com aquilo. Então a Z e eu começámos a comunicar por áudios de 10 ou 20 minutos, a falar sobre electricidade, durante um ano. E eu comecei a transcrever essa informação e a fazer a fanzine. Depois precisava de alguém para fazer ilustrações e pedi à Y para se juntar.
Y – Isso está captado nesta ilustração – em que a X está no comando, eu estou a colorir e a dar vida à zine, e a Z está a observar à distância como um ente cibernético (risos)… Para mim foi um convite super desafiante, poder desenhar com um tema, numa zine que vai ser lida por outras pessoas. E, por outro lado, cumpriu um propósito muito fixe, porque fiz um doutoramento em aprendizagem de ciências naturais com recurso a narrativas, que foi um processo mais sofrido e teórico, mas que pude transformar numa coisa prática, com pessoas amigas.

S - «Continuamos a lutar com os nossos próprios companheiros pelo nosso espaço e por uma aprendizagem livre de *mansplaining* e paternalismo. Porque mesmo que saibam menos do que nós, vai sempre parecer que sabem mais». Porque é que o manual quis evidenciar isto e «desligar o interruptor do patriarcado»?
X – Este é um manual sobre electricidade, mas sobretudo é para encorajar as pessoas a fazer coisas que pensavam que não iam conseguir fazer. É sobre auto-estima: se quero fazer uma coisa, eu vou fazer… Pode ser mais devagar, mais rápido, mais bem feito ou menos bem feito. Conseguir desbloquear esta afirmação é uma coisa

> Vamos estar sempre uns passos atrás, porque não temos essa cena do *fake it till you make it* tão enraizada.

incrível que todas as pessoas deveriam experimentar. E pode ser com electricidade, mecânica…
Y - … sair da cama! É uma questão de confiança, e a confiança depende das estruturas de poder. Vamos estar sempre uns passos atrás, porque não temos essa cena do *fake it till you make it* tão enraizada. Há outra coisa importante, que é aumentar a consciência de que estas coisas não estão desconstruídas nos nossos meios, anti-autoritários, onde achamos que os homens cis não vão ser machistas, mas isso é mentira.

S – Muitas de nós, não-electricistas e com pouco conhecimento, não refletimos muito sobre o quanto a electricidade é um conhecimento quase exclusivamente detido por homens. Que consequências tem isto na prática?
X – Há sempre esta ideia de que as «mulheres» não deveriam fazer coisas perigosas para proteger a reprodução, não é? Eu fui educada assim, a manter-me segura fisicamente todo o tempo. Tal é o ridículo, porque muita aprendizagem fica paralisada pelo medo. Quando comecei a aprender sobre electricidade, apercebi-me que muitos dos homens cis que supostamente sabiam de electricidade à minha volta não sabiam tanto como eu pensava. E eu dei-lhes demasiado crédito.
Y – É o fenómeno chamado «cheira a macho»! Ainda há menos de uma semana ligámos uma bomba de água e tivemos de fazer uma coisa que, na zine, desaconselhamos: ligar várias extensões umas às outras, mas não tivemos outra hipótese… E não estava a funcionar. Lá percebemos que o problema vinha de uma das extensões, que tinha sido precisamente reparada por um amigo (risos).
X – Mas primeiro duvidámos de nós… Duvidámos da bomba… Porque duvidas sempre de ti própria primeiro! E na verdade, 99% das vezes foi alguém que fez as coisas às três pancadas, muito mal feito. Acontece a qualquer pessoa… mas nós tendemos a dar mais crédito a alguém que é homem. É uma insegurança que cultivamos constantemente.
Y – As pessoas que não foram socializadas como homens convencem-se que não conseguem fazer as coisas, que não têm jeito, que não têm queda para a coisa. Porque existe esta imagem tão masculinizada e técnica do que é a electricidade.

S – Então para quem é esta zine?
X – Acho que é sobretudo para pessoas que não têm acesso a este conhecimento – mas de uma forma emocional. Não é que muitas mulheres e dissidências não tenham acesso a este conhecimento, têm, mas há tantos bloqueios sociais para chegar lá. O meu pai e o meu irmão eram electricistas, e para mim isso nunca foi uma opção, até há um ano e meio! Emocionalmente, as pessoas socializadas como mulheres têm medo de fazer as coisas mal e assim fica difícil de te meteres. Então, a zine é para encorajar as pessoas e mostrar que não é tão difícil assim.

S – «Quem nunca esteve num espaço coletivo com sete extensões ligadas umas às outras?» Há muitas dicas de segurança nesta zine, algumas que eu nem conhecia.

dicas da Z

Se alguma coisa fizer faísca, deitar fumo, fizer barulho ou se perceberes que há algum problema eléktrico em casa, desliga o quadro e fica tranquila que o problema está em pausa.

Segue o código de cores, mas não confies absolutamente nele. Há muita coisa que foi (mal) feita com a cor que havia à mão...

Compra uma chave isolada e, uma vez por ano, desliga o quadro e aperta os parafusos, os disjuntores todos. Hás-de reparar que, mesmo que apertes bem, no ano seguinte terás de apertar outra vez. A electricidade cria espaço por onde passa.

A nossa ignorância eléktrica deixa-nos mais inseguras?
Y – Essa foi a parte que nós mais discutimos, a questão da segurança.
X – No momento de um acidente, as pessoas não vão pensar ativamente sobre o que fazer, vão reagir. Então, a zine dá dicas interessantes sobre as quais as pessoas têm de reflectir antes da necessidade. E há um momento em que falamos da importância de reflectir colectivamente nos nossos espaços sobre como reagir em certas situações – ou não vamos saber o que fazer.

S – Eu não conhecia, por exemplo, esta cena do pau...
Y – Deves bater com um pau de madeira numa pessoa que ficou pegada à electricidade!
X – Quando há trabalhos nas torres de alta tensão, o protocolo é haver uma pessoa com um pau, pronta para tirar alguém da corrente! Não sei se eles realmente cumprem o protocolo, mas está lá (risos). Mesmo com montes de automatismos sofisticados que existem para cortar a corrente, está lá alguém com um pau.

S – No meio da transição para a energia renovável, a puxada eléktrica continua a ser a forma mais DIY de aceder a energia?
X – A puxada é um ícone anti-sistema, sobretudo por necessidade. Porque se queres fazer uma instalação nova, tens de pagar milhares de euros para levar a electricidade até lá. As companhias eléctricas sempre ganham – por exemplo, no estado espanhol, são as empresas energéticas as que têm mais poder sobre o estado. Depois, os painéis solares ligados à rede, por exemplo, também dão muito a ganhar às empresas: compram-te a energia super barata, e tu vais comprá-la à noite super cara. Agora durante o apagão, as pessoas que tinham painéis solares ligados à rede, que poderiam ter sido independentes, não tinham nada a funcionar. E tu pagaste o equipamento também. É uma cena absurda. E Portugal até é um país onde é estupidamente fácil fazer puxadas, pelo menos nos prédios antigos, com o mínimo de conhecimento. No estado espanhol os contadores estão fora de casa, mas em Portugal estão dentro e podes fazer muita coisa sem ser vista.

S – E onde se pode encontrar a zine?
X – Ela está à venda na Tortuga, a livraria da Disgraça (Lisboa), mas podes sacá-la livremente em formato digital através do QR code. Também há exemplares para consulta na Akra (Montemor-o-Novo) e na BiblioteKa da Sirigaita (Lisboa). Não esperes perceber tudo! É para ires consultando enquanto fazes coisas práticas. E ajuda-te a fazer pesquisas na net – porque sem conhecimento nenhum, é difícil fazer pesquisas úteis.

S – Têm outras zines na manga?
X – Esta é sobre corrente alternada, que são as instalações normais das casas. Queremos fazer outra sobre corrente contínua – baterias, painéis solares, eólicas, etc. E a Z e eu queremos fazer uma de *troubleshooting*, para fazer oficinas! Seria tipo, «saltou um disjuntor: que passos seguir».

S – O bordado da capa está lindo!
X – Inspirei-me num livro que vi, de uma ilustradora, que é uma autobiografia da sua família, e a sua mãe tinha um problema de saúde mental. Então na capa estava a família bordada, super linda, super bem-feita, e nas costas estava a família toda desfigurada, como a parte de trás do bordado. E eu achei isto tão incrível. Essa ideia de uma frente arrumada, mas o processo por detrás ser um caos… Foi assim com esta zine! (risos)
Y – Tal como as costas da capa, este processo não foi nada linear. Houve percalços, conflitos, mudanças de ideias…

A candeia que vai à frente alumia duas vezes

Z – A puxada é alto momento em toda a parte da aprendizagem autodidacta, e também dentro do mundo da eléctrica profissional. É um trabalho muito específico porque trabalhas com energia viva, nunca cortas a energia de um bairro para fazer uma puxada para uma casa. Nós chamamos puxada, mas legalmente é uma baixada. Foi a primeira coisa que aprendi a fazer numa okupa onde vivi, um amigo ensinou-me. Depois disso fiz várias puxadas, principalmente quando vivi sozinha. Um dos pontos altos para mim foi quando vivi no bairro do Miradouro, um bairro popular em Setúbal, e tinha um vizinho da frente com quem me dava bem, o João, que tinha sido pescador. E houve um dia de inverno em que cheguei a casa e ele estava sentado nos degraus da sua casa minúscula, com as luzes todas apagadas. No dia a seguir aconteceu a mesma cena, e ao terceiro dia perguntei-lhe o que se passava. Ele disse-me que não tinha contrato e que pagava a electricidade à vizinha de cima – uns vinte euros, muito acima do que ele consumia. Naquele mês não tinha conseguido pagar e ela tinha-lhe cortado a luz. Aquilo fez-me muita confusão e eu disse-lhe que lhe podia fazer uma puxada. Essa foi a primeira vez que fiz uma puxada sem ser nas nossas casas, num apoio à dignidade daquela pessoa. Uns dias depois ele apareceu-me em casa com material, marcámos uma hora durante o dia, mascarei-me de «trabalhadora» (a pedido do João) e lá subi – embora toda a gente soubesse que eu era do bairro, ninguém disse nada. Essa puxada ainda está lá, mas o vizinho João já não está connosco. Mas, em geral, em bairros de auto-construção, as puxadas são uma coisa que se vende. Não fazes uma puxada para o teu *spot*; alguém tem uma puxada feita, e tu pagas-lhe a energia. Isso acontece muito.

Os lobos voltam a uivar na Serra

O Acampamento em Defesa do Barroso regressa para a sua 5ª edição, entre os dias 8 e 10 de agosto, num momento em que cresce de tom a luta contra a mina.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

A ameaça sobre as populações de Covas do Barroso intensifica-se depois de os projetos de lítio da mina do Barroso, em Boticas, e da mina do Romano, em Montalegre, terem sido incluídos no primeiro lote de projetos designados como estratégicos ao abrigo do Regulamento Europeu das Matérias-Primas Críticas (REMPC), beneficiando por isso de mecanismos de financiamento facilitado. O Estado português, depois de há mais de um ano atrás ter desvalorizado o pedido do Ministério Púbico de anulação da validade da Declaração de Impacto Ambiental (DIA) da mina do Barroso, prossegue contornando toda e qualquer ação legal, como as providências cautelares colocadas pela população à servidão administrativa, através da qual o Governo forçou os trabalhos de prospeção da empresa *Savannah Resources* em terrenos privados e comunitários.

Depois de autorizada uma primeira servidão administrativa, em dezembro de 2024, a Associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso (UDCB) veio em inícios de junho deste ano acusar a *Savannah* de «persistir no assédio» às comunidades ao solicitar uma segunda servidão administrativa para aceder aos terrenos e expandir trabalhos de sondagens em Boticas. Conforme declarou a UDCB à imprensa regional, essa nova servidão demonstra a expansão «dos trabalhos de prospeção através da instalação de novas plataformas de sondagem e de poços geotécnicos que aprofundam a agressão em curso às serras» e que «continua a não ter o consentimento da comunidade local de baldios e da grande maioria dos particulares».

A luta dos últimos sete anos contra a mina do Barroso, cuja DIA foi emitida em maio de 2023 e com anúncio de início da produção em 2027, não tem esmorecido. Ao longo deste ano, tiveram lugar em diversas localidades do país, como na Europa, múltiplas ações de solidariedade. No terreno, nos inícios de março, duas máquinas de perfuração e um trator de apoio foram danificadas. O escalar da resistência voltou a ser constatado na madrugada de dia 19 de junho quando «um grupo de pessoas solidárias com a população residente na região do Barroso entrou nas instalações da *Savannah Resources*, em Carreira da Lebre, Boticas, tendo danificado os seus veículos, pintalgado a fachada de vermelho e escrito a frase "Não à mina"». Contrapondo com a violência do projeto mineiro, refere o comunicado enviado aos meios de comunicação social que «nos últimos anos, a população tem usado todas as ferramentas ao seu dispor para lutar contra esta violência. Organizaram encontros, convocaram protestos, deram entrevistas a meios de comunicação social, falaram com representantes políticos e até recorreram aos tribunais de forma a cancelar a licença de prospeção e exploração da empresa. Todos estes esforços têm sido em vão». Razão exposta para este grupo de pessoas declarar «este ato de violência legítimo, proporcional e provocado pela falta de alternativas».

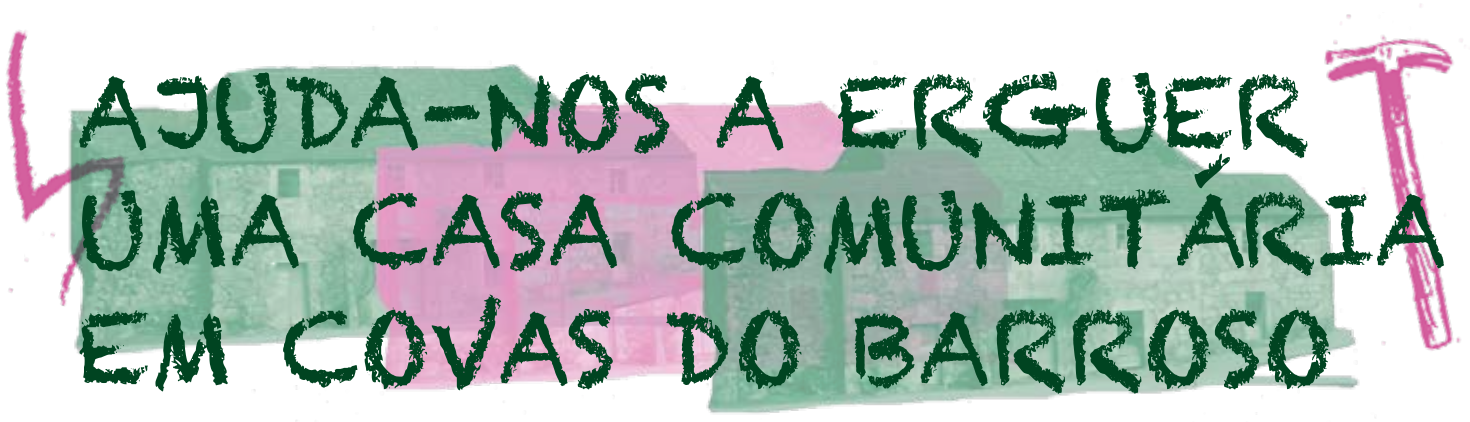
Mais referem que, perante «uma forte oposição dos residentes e de várias associações e organizações ambientais» ao projeto de mineração, a empresa britânica «adoptou uma postura autoritária de atropelo das vontades locais». «A *Savannah Resources* quer-nos convencer que o futuro verde é esburacar património mundial e transformar estas serras em zonas de sacrifício para uma indústria de automóveis elétricos que em nada resolverá a crise climática que atravessamos. Em nome do crescimento económico, querem açambarcar terras, poluir águas e destruir os montes e as serras barrosãs contra as populações locais. E o Estado, o governo e a União Europeia, que deviam proteger a sua população, pavimentam-lhes o caminho». Simultaneamente caem sobre habitantes locais processos judiciais com o objetivo de amedrontar e esgotar financeira e animicamente aquelas pessoas que são vistas como as «cabeças» da resistência.

A empresa britânica «adoptou uma postura autoritária de atropelo das vontades locais».

Em sentido contrário, de solidariedade e de apoio, irá regressar à Quinta do Cruzeiro, em Covas do Barroso, a 5ª edição do Acampamento em Defesa do Barroso, entre os dias 8 e 10 de agosto. Este acampamento, que se quer longe de um escape festivaleiro, revolucionário e urbanita, como apontado no texto "A luta Possível no País Impossível", publicado na revista Flauta de Luz, (nº 11, Junho 2025), constitui uma oportunidade e desafio em ultrapassar o distanciamento «ativista» para que «na falta de maturidade, tempo e meios materiais (…), o primeiro passo para uma resistência é, talvez, que cada um saia da sua redoma e retome os antigos processos de convívio e comunicação humanas. Que se caminhe humildemente ombro a ombro com as populações afectadas com o único e comum objectivo de parar o processo de extermínio das suas vidas».

Nesse sentido, é incontornável atender aos esforços de consolidação d'A SACHOLA. Trata-se de um «espaço de encontro entre quem habita o território barrosão e quem com ele se solidariza», que nasceu em junho de 2023 numa das salas da antiga escola primária de Covas do Barroso. «Aqui, organizámos sessões de cinema, concertos, reuniões, exposições, residências artísticas, e albergámos gente vinda de todos os cantos do mundo para lutar lado a lado com as populações barrosãs. Foi também aqui que mantivemos um centro de informação em permanência, com documentos, panfletos, zines, flyers, cartazes e jornais sobre a luta». Atualmente, um novo espaço está a ser reconstruído para, como refere o coletivo d'A SACHOLA, «possamos continuar a fazer tudo isto, de forma autónoma». Em comunicado, não escondem a urgência desse espaço: «foi o momento atual que acelerou esta necessidade de criar um espaço. A empresa britânica *Savannah Resources* está a entrar em força nas aldeias de Covas do Barroso, Romainho e Muro, ferindo as águas e as terras, e trazendo os seus trabalhadores para estas aldeias».

Tal como citado na apresentação da Jornada contra as Minas, que teve lugar em abril no Espaço Musas, no Porto, podemos concluir com as palavras da UDCB que «a única coisa normal aqui é RESISTIR. Em defesa da Serra e dos modos de vida que dela dependem. E por um combate à crise ecológica justo, que apenas sacrifique os responsáveis pelo estado a que chegámos. Não somos nem seremos meros territórios de extração. E nunca desistiremos de lutar contra uma empresa, um Estado e todos aqueles que se uniram para acabar com a nossa comunidade. Os lobos voltam a uivar na Serra».



Ponto de encontro — Acolhimento — Convergência

gofund.me/ 0e31dcd2

Orgulho crítico e Palestina livre

O EuroPride 2025 foi palco da denúncia à lavagem de imagem de Israel que apropriando-se do universo LGBTI disfarça o genocídio da população palestiniana.

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT

mó

outros ângulos

No Pride in Zionism é uma coligação de activistas e colectivos queer contra o *pinkwashing* sionista que numa serie de eventos ao longo de uma semana, no sábado 21 de Junho, invadiram a EuroPride 2025 em Lisboa para denunciar o evento como uma «fraude *pinkwasher* que não nos representa». A expressão é usada para referir-se à lavagem de imagem do Estado de Israel que promovendo a população LGBTI, disfarça a violação sistémica dos direitos humanos da população palestiniana.

De acordo com esta coligação, a EuroPride 2025 «foi liderada por uma organização sionista chamada Variações, presidida por pessoas com fortes ligações à embaixada de Israel em Portugal. Trata-se de uma apropriação do activismo *queer* ao serviço dos interesses coloniais sionistas, para justificar genocídio, limpeza étnica e *apartheid* na Palestina». No epicentro da contestação está Diogo Vieira da Silva, que exerceu funções como chefe de imprensa da Embaixada de Israel em Lisboa e que fundou a Variações (Associação de Comércio e Turismo LGBTI de Portugal) em 2018, liderando a organização até janeiro de 2024, abandonando o cargo após denúncias de corrupção. Vieira da Silva fora nomeado comissário municipal para o EuroPride pelo executivo de Carlos Moedas, através de Diogo Moura, vereador da cultura e um dos membros fundadores da ALPI (Associação Lusa Portugueses por Israel).

Já em 2023 Diogo Vieira da Silva organizara a *Israeli Pride Party* no Finalmente Clube, alvo de protestos e indignação. A Variações acabou, deste modo, por ficar isolada à frente do evento EuroPride 2025, com a saída da organização da ILGA Portugal, da AMPLOS e da Rede Ex Aequo, que denunciaram a estratégia de *pinkwashing*.

De forma a «confrontar a narrativa sionista de *pinkwashing* em todos os espaços *queer* que ocupamos» a No Pride in Zionism afirmam que «eventos como esta edição do EuroPride, além de transformar as nossas vidas num produto turístico, retiram a dimensão interligada, interseccional das lutas *queer* com outros movimentos de libertação». «A opressão do povo palestiniano faz parte dos mesmos sistemas coloniais de opressão que historicamente perseguem minorias de género e sexualidade em todo o mundo. Aliás, a Europa é o berço das hierarquias sexuais e de género como as conhecemos hoje - um sistema exportado para o resto do mundo através da colonização. Não podemos falar de "orgulho *queer* europeu" sem falar de colonialismo. Precisamos de orgulho crítico e de uma Palestina Livre».

O bloco de leques-cartazes da No Pride in Zionism que irrompeu no EuroPride pretendeu denunciar o que apelidaram de tentativa de transformar o evento num «grande *outdoor* de propaganda israelita» para o qual contaram com a realização de «festas oficiais com DJs ex-soldados das IDF até painéis sobre gastos militares numa conferência de direitos humanos».

Genocídio não é cultura

"Genocídio não é cultura" é um coletivo informal de alguns trabalhadorxs da EGEAC, a empresa municipal encarregue dos equipamentos e animação cultural de Lisboa, que se juntou ao movimento No Pride in Zionism, em solidariedade com o povo palestino e reiterando a crítica ao *pinkwashing* perante a utilização de equipamentos culturais para «agendas políticas coloniais, fascistas e genocidas».

> Não podemos falar de "orgulho queer europeu" sem falar de colonialismo.

Há um ano, mais de uma centena de trabalhadores da EGEAC assinou um manifesto exigindo que a empresa tomasse uma posição clara e pública sobre o genocídio em curso na Palestina. Até hoje, esse apelo ficou sem resposta. À data, em maio de 2024, o desconforto e a indignação teve um momento particularmente intenso com a cedência do Cinema São Jorge para a celebração dos 76 anos da criação do Estado de Israel. Uma cedência de espaço que, foi-nos referido, «nos envergonhou não só pela sua carga simbólica, mas também pelas condições a que sujeitou quem ali trabalha: revistas, pressão, recolha de dados pessoais sem consentimento».

«Enquanto pessoas que trabalham na cultura, muitas de nós LGBTQIA+ e imigrantes, recusámos pactuar com isto». Aludindo à nomeação de Vieira da Silva como comissário municipal do evento, frisam que «não é apenas um insulto à comunidade queer — é um gesto político que esvazia a luta LGBTQIA+ da sua força transformadora e solidária».

Outro momento público de contestação, resultou da "Conferencia de Direitos Humanos do EuroPride 2025" e da presença anunciada do deputado do PSD Carlos Reis, um dos proponentes da retirada de circulação do Guia "O Direito a Ser nas Escolas" do Ministério da Educação e que visava orientações destinadas a pessoal docente e não docente com vista a uma Escola mais inclusiva. Convidado num painel com um título que fala por si – "Defender a Igualdade: gastos militares e direitos LGBT+" – Carlos Reis foi fortemente contestado por via da sua participação em janeiro deste ano na comitiva de deputados da coligação governamental a Israel e aos territórios palestinianos ocupados. Carlos Reis é membro do grupo parlamentar de Amizade Portugal-Israel e da Israel Allies Foundation – Portugal. O certo é que à hora da realização do painel a organização do EuroPride 2025 anunciou sem qualquer explicação o seu cancelamento.

O coletivo da EGEAC em protesto realizou um conjunto de concentrações, primeiro em frente ao Cinema São Jorge, e posteriormente no Capitólio e no Teatro Municipal São Luiz. Nestes dias, algum do pessoal trabalhador não dispensou o uso de Keffyehs e de camisolas com a mensagem "Genocídio não é cultura" nas jornadas de trabalho ao longo do evento, assim marcando uma tomada de posição constante.

A inevitabilidade histórica de hoje lutarmos assim

Este ano, o EuroPride realizou-se em Lisboa, e com ele voltaram à superfície debates que marcam historicamente a comunidade queer. O caminho que a luta da comunidade LGBTQIA+ percorreu até aos dias de hoje faz-nos questionar: onde estamos? Como lutamos? Porque lutamos assim? Quem ficou e permanece de fora? Como sonhar com um mundo novo, se lutamos dentro de um sistema que nasceu no mundo velho, que sempre nos quis criminalizar, marginalizar e matar?

EÇA SOFIA

Como tantos outros textos, este nasce de um lugar de tensão.

Hoje, num mundo em que o autoritarismo ganha força, a resposta mais conciliadora – e menos transformadora – tem sido a defesa da democracia. Hoje, num mundo em que o neoliberalismo domina todas as esferas das nossas vidas, até a resistência política se transformou em produto. Hoje, num mundo em que o autoritarismo, financiado pelo capital, pretende exterminar as existências queer – dentro e fora da esfera institucional – a luta LGBTQIA+ continua centrada nas conquistas jurídicas e políticas, que são as únicas vias legitimadas pelo estado.

Eventos como o EuroPride, com a sua dimensão internacional, festiva e institucional, são amplamente vistos como sinais de conquistas da luta LGBTQIA+. No entanto, num mundo em que o autoritarismo ganha força, a realidade obriga-nos a questionar: será suficiente que a luta queer se remeta à legalização das nossas existências, quando governos autoritários – que podem apagar, num só dia, anos de conquistas legais – continuam a chegar ao poder?

Será suficiente que eventos como o EuroPride, entregues à lógica do mercado neoliberal– financiado por empresas e corporações que exploram e rentabilizam a sobrevivência – sejam o símbolo máximo das conquistas LGBTQIA+?

E será suficiente que, hoje, a imaginação política queer se limite a um lugar dentro da norma – branca, cisgénero, heterossexual, monogâmica; capitalista, colonialista, patriarcal, extractivista; criminalizante e punitivista – esquecendo, uma vez mais, a sua origem utópica, radical e dissidente?

Como tantos outros textos, este nasce de um lugar de tensão: entre o passado, o presente e o futuro; entre as ruas de Stonewall, o EuroPride e o novo mundo...

A centralidade do sistema jurídico nas conquistas LGBTQIA+ não é um acaso, mas o resultado de uma **inevitabilidade histórica.** A luta institucionalizou-se porque, desde o seu início, o movimento LGBTQIA+ dominante excluiu e marginalizou experiências dissidentes: pessoas trans, racializadas, migrantes, pobres – excluiu aqueles que não questionaram apenas a homofobia, mas o próprio sistema que a produz; excluiu aqueles que sonhavam com transformação radical; e hoje, estamos aqui.

> O EuroPride é um produto cultural e político: reproduz uma lógica neoliberal ao transformar a diversidade – domesticada – numa marca usada para atrair turismo, capital económico e prestígio social.

O Passado

Em 1969, os protestos nas ruas de Stonewall, protagonizados por pessoas trans e travestis migrantes, marcaram o início de um movimento LGBTQIA+ mais visível e combativo. A revolta de Stonewall foi uma resposta directa à repressão policial e à marginalização social.

Apesar da origem combativa da revolta de Stonewall, rapidamente o movimento LGBTQIA+ começou a priorizar pautas assimilacionistas que beneficiavam as pessoas brancas, burguesas e cisgénero. Um exemplo disso foi a primeira Marcha do Orgulho de Nova York, em 1970, quando activistas trans migrantes presentes na revolta de Stonewall, como Sylvia Rivera e Marsha P. Johnson, foram afastadas das organizações oficiais, evidenciando como as vozes dissidentes também sofreram exclusão dentro do próprio movimento que integravam. As organizações assimilacionistas trabalhavam para construir imagens da comunidade LGBTQIA+ como semelhantes à sociedade hétero-mono-normativa, em contraste com o movimento trans migrante, que lutava pelo rompimento total com as instituições e por uma auto-determinação que não pretendia ser legitimada nem pela sociedade normativa, nem pelo estado.

"We fought for survival on the streets — not for respectability or approval from the state."

Como o movimento trans migrante não era bem-vindo nos espaços políticos normativos da comunidade LGBTQIA+, organizou-se para responder às pessoas migrantes de género desviante esquecidas pelo

activismo assimilacionista. Street Transvestite Action Revolutionaries (STAR) foi uma organização anticapitalista radical fundada em 1970 por Sylvia Rivera e Marsha P. Johnson, e que, no seu manifesto, se identificava como «a revolutionary army opposed to the system», opondo-se fortemente ao poder estabelecido e com uma perspectiva radical de transformação social, política e económica.

Em vez de se integrar no estado para adquirir direitos e reconhecimento, o activismo da STAR era sobre amenizar o fardo da sobrevivência de jovens queer, pessoas racializadas e trabalhadoris sexuais – a STAR era composta por pessoas que viveram na rua a maior parte das suas vidas. Esta organização reconheceu a forma interseccional como a opressão estatal afectava as vidas trans e criou espaços de apoio mútuo em que competências e recursos podiam ser compartilhados. O foco da STAR era a capacitação de pessoas trans para sobreviverem sem o estado – não queriam entrar no sistema, queriam derrubá-lo.

Será suficiente que, hoje, a imaginação política queer se limite a um lugar dentro da norma, esquecendo, uma vez mais, a sua origem utópica, radical e dissidente?

Não importando para este texto questionar se a experiência de transgressão de género é, por si só, anárquica, importa compreender que pessoas trans desafiam a dependência do estado em classificações binárias de género e sexo. É por essa razão que a violência estatal contra pessoas trans acontece: o estado cria fronteiras sociais como método de disciplina e controlo, e quem as transgride é sistematicamente marginalizado. Para as pessoas trans poderem viver de acordo com o seu género têm de interagir com instituições psico-médicas e legais, pois são experiências vigiadas, controladas e puníveis.

Organizações como a STAR romperam estruturalmente com o sistema de classificação de sexo e género, porque as suas conceptualizações de identidade rompiam com os parâmetros estatais que definem legalmente quem somos. Mas também porque a sua luta era radicalmente interseccional: reconheciam que a opressão que enfrentavam era uma questão de identidade, mas também de classe – em que o estado, o capitalismo, o patriarcado, a autoridade, o heterossexismo e o racismo interagiam para conservar o poder dominante que governava o mundo. A sua insurreição era uma recusa total, não apenas da marginalização para onde eram empurradis, mas também do mundo que a possibilitava.

Ir ao passado é essencial para entender a razão como lutamos. A inevitabilidade histórica de, hoje, estarmos aqui é o resultado de um apagamento das vozes dissidentes e radicais, que foram sistematicamente expulsas do espaço político LGBTQIA+. A transfobia, a supremacia branca e as ideologias assimilacionistas marginalizaram essas vozes e apagaram da história colectiva a práxis queer insurreccionista. Hoje, lutamos dentro do sistema, porque foi esse o legado que sobreviveu – precisamente porque se aliou ao capital, ao estado e à norma. Inevitavelmente, foi esse legado que venceu sobre a vontade de transformação radical.

Manifestação na Catedral de St. Patrick com a Street Transvestites Action Revolutionaries, outono de 1970. Foto de Diana Davies, cortesia da Divisão de Manuscritos e Arquivos da Biblioteca Pública de Nova York.

POWER TO THE PEOPLE: cartaz que Marsha P. Johnson segura numa fotografia de 1970 de Diana Davies. Johnson está de pé com o seu cartaz à porta do Hospital Bellevue da Universidade de Nova Iorque para protestar contra o tratamento desumano dado pelo hospital aos homossexuais, transgéneros e sem-abrigo.

De volta ao Presente

Para quem tem estado atento, não é surpresa que o EuroPride, evento que simboliza a aparente conquista da comunidade LGBTQIA+, funcione também como moeda cultural para estados-nação competirem por uma «marca» progressista. O EuroPride é um produto cultural e político: reproduz uma lógica neoliberal ao transformar a diversidade – domesticada – numa marca usada para atrair turismo, capital económico e prestígio social. A luta LGBTQIA+ é instrumentalizada por empresas e governos que, enquanto nos rentabilizam, fazem parte da estrutura que nos quer apagar e matar.

Também não é surpresa que Diogo Vieira da Silva, fundador da Variações (Associação de Comércio e Turismo LGBTI de Portugal) e ex-chefe de imprensa da Embaixada de Israel, tenha sido nomeado comissário municipal do EuroPride2025. O Europride mantém ligações a embaixadas como a de Israel e legitima o *pinkwashing* – estratégia que usa a imagem da tolerância queer para encobrir e legitimar políticas coloniais, autoritárias e violentas. Este alinhamento político não é um erro, mas o reflexo de anos de luta entregues à norma, ao capital e à aliança com estados e mercados que continuam a assassinar vidas dissidentes.

Ao mesmo tempo que o EuroPride perpetua narrativas coloniais – por coligar-se a estados e instituições que recorrem ao *pinkwashing* – também reproduz uma imagem homogénea e celebratória da comunidade LGBTQIA+. Essa representação invisibiliza as lutas interseccionais de pessoas trans, racializadas, migrantes e reforça as estruturas de poder que historicamente marginalizam essas comunidades.

Se a luta queer tivesse mantido a radicalidade da sua origem, e o activismo de grupos como a STAR, que confrontava o sistema de poder em todas as suas dimensões, tivesse sido o caminho seguido, talvez não estivéssemos presos a um modelo mercantil de luta, dependente do reconhecimento estatal e da validação institucional.

Se a luta queer tivesse mantido a radicalidade da sua origem, talvez a revolução social, política e económica já tivesse acontecido, e não estivéssemos a viver num mundo cada vez mais fascista, violento e excludente....

Talvez, o Futuro...

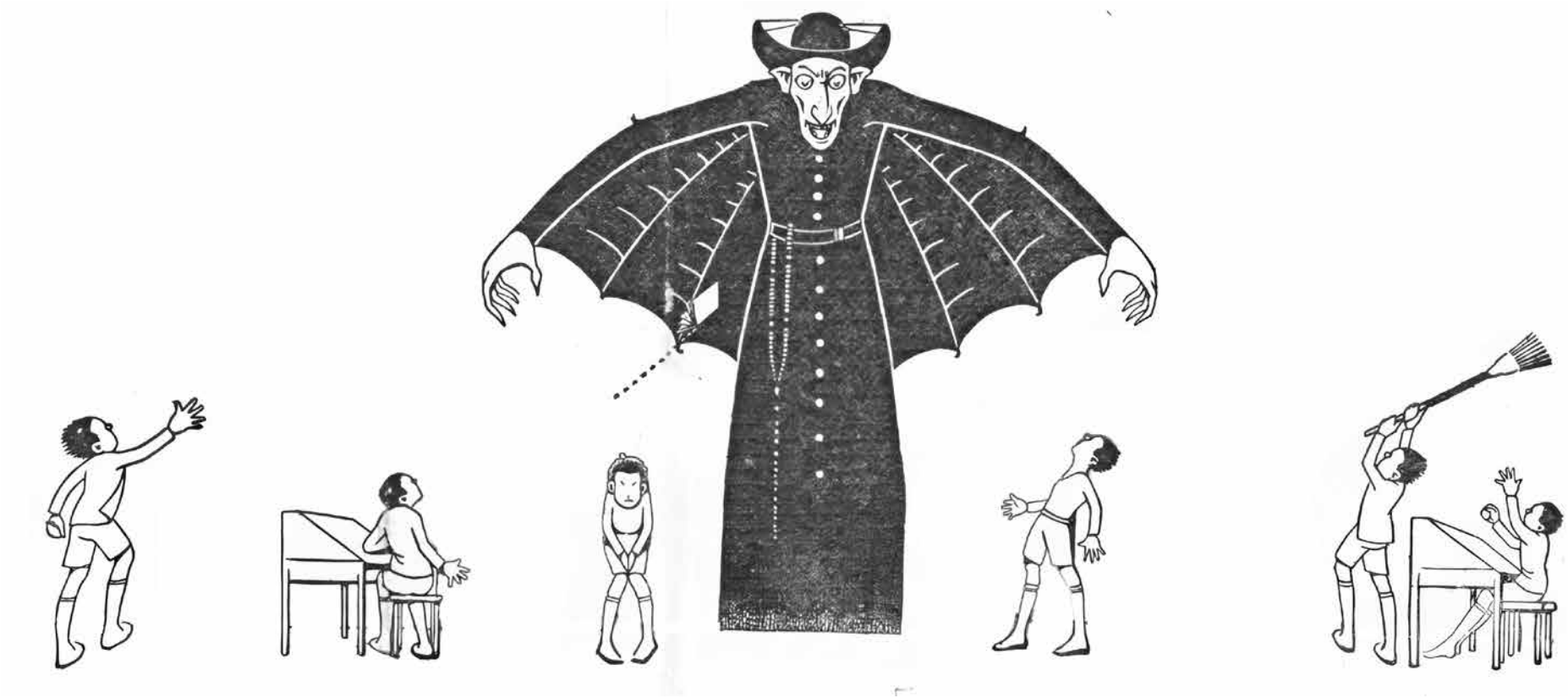
Fatalmente, o percurso recente das instituições que legitimam algumas dimensões das identidades queer revela, cada vez mais, a sua natureza fascista e autoritária – como alertaram no passado as irmãs da STAR. A democracia burguesa é violenta, tem sangue nas mãos: os estados-nação do norte global nasceram da violência colonial e, ainda hoje, hierarquizam vidas com sangue, muros e prisões. O fascismo não é um acidente democrático; o fascismo nasce no mesmo berço que a democracia burguesa.

É por isso essencial que o futuro ainda possa ser um espaço de ruptura, onde a luta LGBTQIA+ recupere a sua imaginação radical e se organize fora das estruturas estatais. A luta queer necessita de recuperar práticas de apoio mútuo e de se organizar politicamente contra o neoliberalismo, o conservadorismo e o fascismo. Precisamos de desenterrar o legado insurrecional da luta queer e construir alianças entre quem sempre foi deixado de fora.

Talvez, o futuro da luta queer seja possível se voltarmos a imaginar a liberdade como algo incompatível com a polícia, as fronteiras, o estado, a propriedade, a norma e o capital... Talvez, o futuro seja possível se voltarmos a sonhar com uma revolução que nos liberte de todas as esferas que nos oprimem.

Como tantos outros textos, este nasce de um lugar de tensão: estamos sempre entre o passado, o presente e o futuro; entre as ruas de Stonewall, o EuroPride e o novo mundo. Entre aceitar o possível e lutar pelo impossível; entre a política do reconhecimento e a política de libertação; entre o reconhecimento legal e a utopia dissidente; entre a integração e a insurreição; entre como luta a luta e onde nos pode levar a nossa imaginação – entre fogo; sonhamos; guilhotinas; lutamos; revolução; gritamos; motim; surge o novo mundo; criamos; o sonho; sem fim.

A questão da homossexualidade no anarquismo lusófono histórico



Numa altura em que as opiniões sobre o género e a diversidade sexual são tão contestadas, é útil olhar para o passado para ver como tais debates foram digeridos por movimentos que defendiam a emancipação humana. Essas explorações históricas nem sempre revelam o que esperávamos, no entanto, são úteis para situar tais debates no seu tempo e para aqueles que procuram um mundo baseado na justiça se situarem no tempo atual. Como eram as atitudes anarquistas em relação à homossexualidade em Portugal e no Brasil no início do século XX?

RICHARD CLEMINSON
R.M.CLEMINSON@LEEDS.AC.UK

Escrevendo em 1904 no periódico de orientação anarquista, "A Obra", com sede em Lisboa, o influente militante José Bacellar pretendia dissipar a noção comummente aceite de que o anarquismo era desprovido de sentido moral, como os seus detractores muitas vezes supunham[1]. Bacellar argumentou que o anarquismo era de fato guiado por um profundo sentido de ética e justiça social, e contrastou a acusação de imoralidade anarquista com as ações daqueles que professavam clareza moral enquanto praticavam precisamente o oposto. Essas pessoas «hipócritas» argumentavam a favor da abstinência sexual e, ao mesmo tempo, abusavam das crianças sob os seus cuidados. Tal foi o caso do renomado padre Frère Flamidien, em Lille, França, acusado de submeter os meninos às «mais repugnantes práticas sodomíticas»[2]. Além disso, as freiras que proclamavam o sexto mandamento tinham-se tornado ninfomaníacas furiosas, engajadas na «ignomínia do saphismo» com as suas «companheiras de *renuncia*». Enquanto os anarquistas proclamavam a liberdade sexual, eram os «sodomitas e saphicas, mascarados de abstinentes, [quem] são os primeiros a apontar-nos como destruidores da moral».

Em São Paulo, Brasil, encontramos a mesma associação. Um autor anónimo, escrevendo na publicação anticlerical de tendência libertária, "A Lanterna", sobre o caso de Lille, citava Xavier de Carvalho, correspondente parisiense de "O Paíz", e o livro de Benjamim Mota, "A Razão contra a Fé", para registar que um rapaz tinha sido «desflorado» numa escola católina, assassinado e escondido na sala do diretor, um «porcalhão sodomita»[3]. Na mesma edição, circulavam boatos sobre um padre de Campo Largo, no Paraná, que tinha tentado seduzir rapazes, e discutiam-se as acusações de «homossexualidade» contra o Bispo de Beja (Sebastião de Vasconcellos), por parte do padre Manuel Ançã – evidenciando o fluxo transnacional de notícias entre Portugal e Brasil.

Em Portugal, para além da dimensão anticlerical, e da associação entre a cultura militar da caserna e a homossexualidade, as preocupações culturais e literárias forneciam também um veículo para críticas à homossexualidade. A publicação de "Canções", do poeta António Botto, serviu para soar o alarme contra a «degenerescência» sexual. No jornal "A Batalha", um artigo relatava o aparecimento de um retrato de um homem na montra de uma livraria. Não havia, afirmava o autor, nada de incomum nisso, exceto quando se olhava mais de perto e se via que este homem tinha adquirido «hábitos de mulher»[4]. Havia algo de imoral e de suspeito na imagem, pois os ombros da figura estavam nus, indicando «propósitos exibicionistas». O autor do livro exposto não era outro que António Boto, e «Boto é poeta e o poeta é pederasta». Em "A Batalha", e apesar da crítica ao «desvio» de género do poeta, assinalava-se, no entanto, que a censura contra a obra era inadequada e inapropriada.

O anticlericalismo foi claramente o motivo que mais alimentou o escárnio anarquista acerca da homossexualidade.

O mesmo defenderia Cristiano Lima, dois anos depois, argumentando que a intervenção autoritária contra tais publicações – e práticas – era injusta[5]. Alguns dias depois da peça sobre Botto, a inversão sexual voltava a ocupar o centro das atenções no jornal "A Batalha". Num artigo intitulado "Contra uma inversão sexual - A 'mulher-homem' de Famalicão", publicado em 1921, detalhes chocantes eram fornecidos sobre outro exemplo de «imoralidade sexual» que envolvia o amor entre duas mulheres.

O anticlericalismo foi claramente o motivo que mais alimentou o escárnio anarquista acerca da homossexualidade, uma vez que a religião e o desvio sexual eram considerados interligados. Também impulsionando as noções anarquistas de sexualidade estava uma noção de expressão sexual «correta», uma tendência natural que seria forçosamente heterossexual. Embora os anarquistas se opusessem à repressão da homossexualidade, e na ausência de um movimento visível e reivindicativo de libertação gay, muitas vezes reafirmavam narrativas médicas, religiosas e estatais sobre a ilegitimidade do desejo homossexual. Os estudos históricos de tais ideias podem revelar as associações que estiveram em jogo num determinado momento; hoje, quando o anarquismo em muitos países está na vanguarda da libertação LGBTQ+ e em favor de uma sexualidade livremente expressada, é útil refletir sobre o passado do movimento como um guia para a ação presente e futura.

NOTAS

1 José Bacellar, "Chronica subversiva. Immoraes", *A Obra*, 10(489), 1904, pp. 2-3 (p. 2). A pesquisa levada a cabo para escrever este artigo foi facilitada por uma Bolsa Gulbenkian de Investigação em Cultura Portuguesa para Estrangeiros, entre Outubro a Dezembro de 2024. Estas linhas expandem alguns dos propósitos examinados em Richard Cleminson e Diogo Duarte, "'Um grito de alarme contra a degenerescência da espécie': Homosexuality and decadence in the anarchosyndicalist *A Batalha* in the early 1920s", *Portuguese Studies*, 38(1), 2022, pp. 45-61.

2 Ver Timothy Verhoeven, *Sexual Crime, Religion and Masculinity in fin-de-siècle France: The Flamidien Affair*, Cham, Springer International, 2018.

3 "Elles e ellas... As bellezas do celibato", *A Lanterna. Orgam da Liga Anti-Clerical*, 1(2), 1901, pp. 2-3 (p. 2).

4 "Haja homens!", *A Batalha*, 3(752), 1921, p. 1. Cf. Anna M. Klobucka, *O mundo gay de António Botto*, Lisboa, Documenta, 2018.

Dissidências e Resistências Homossexuais no Século XX Português

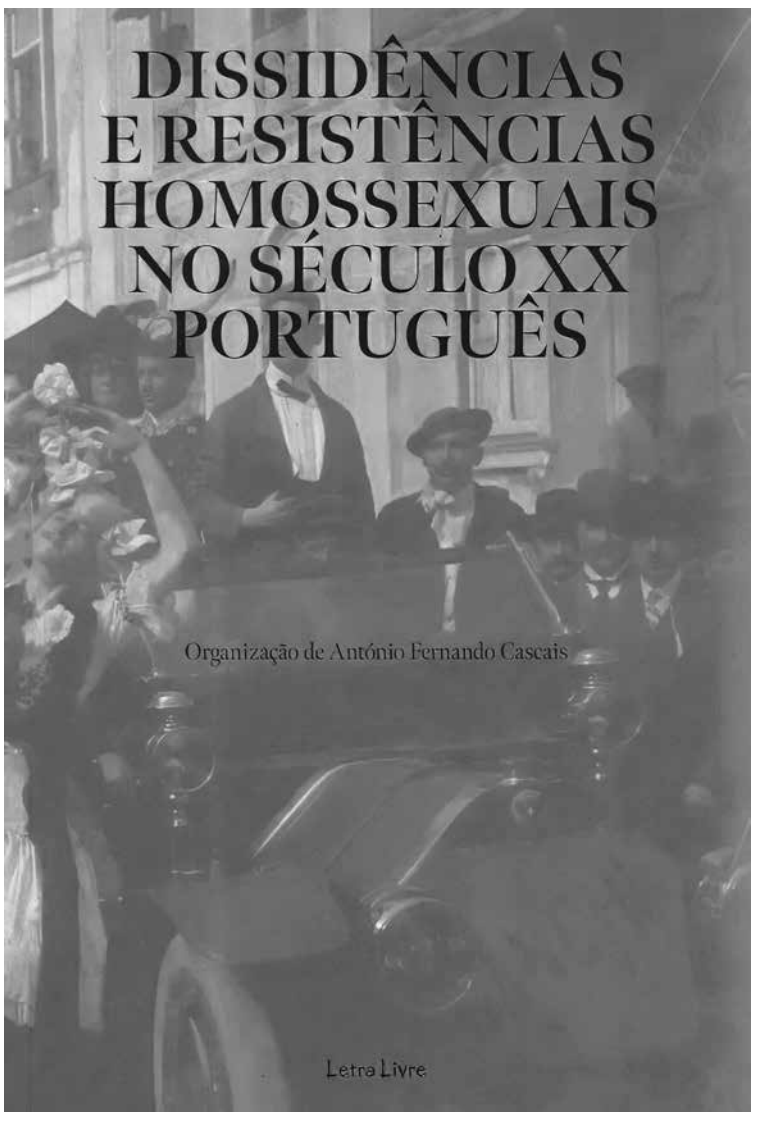
No último mês de março foi inaugurada a Sala Estúdio Valentim de Barros, numa parceria entre o Largo Residências, o Teatro Nacional D. Maria II e a Unidade Local de Saúde São José. Lisboa ganhou assim mais uma sala de teatro e três intensos dias de atividades num tributo ao bailarino, sujeito a lobotomia e internado compulsivamente no Hospital Miguel Bombarda (espaço onde agora fica a sala com o seu nome) por homossexualidade. Este acontecimento serve para pensar um dos temas do livro "Dissidências e Resistências Homossexuais no Século XX Português", organizado por António Fernando Cascais e editado em 2024 pela Letra Livre: haverá forma de reparação para as memórias dolorosas e para as vítimas históricas da perseguição oficial à homossexualidade?

JOÃO CARLOS LOUÇÃ

Terá essa reparação sentido quando o Estado, responsável pelas atrocidades cometidas, não segue já as mesmas políticas? Será que os tempos pretéritos podem ser compensados de alguma forma pelo reconhecimento do óbvio na atualidade? A Sala Estúdio Valentim de Barros é uma boa resposta às legítimas dúvidas que esta questão incorpora. Valentim será lembrado e a sua história de glamour e sofrimento também. O espaço da sua reclusão (e de tantas outras pessoas) foi transformado em espaço de criação artística e de liberdade, e será simultaneamente um museu vivo e vivido onde Valentim e a sociedade que o enclausurou são pensados e, sobretudo, recordados.

> O armário era um refúgio protetor perante a violência da repressão, que, já agora, não era exclusiva dos regimes ditatoriais.

No texto introdutório deste livro coletivo, o seu coordenador levanta algumas das questões essenciais abordadas na obra, entre elas a forma como os arquivos utilizados por quem desenvolve investigação nesta área temática foram preservados e organizados. Nos textos de Raquel Afonso, António João, Richard Cleminson, Ana Clotilde Correia e Francisco Molina Artaloytia, essa é uma questão fundamental para uma crítica às fontes disponíveis. Como faz notar Cascais, «o conteúdo dos arquivos dissimula aquilo que revela, desmente aquilo que afirma, nega aquilo que pratica, diz que não está a dizer aquilo que diz». Ou seja, os materiais dos processos judiciais que sobreviveram ao tempo refletem em primeiro lugar, a forma como o sistema (policial e judicial) quis ser lembrado. A escassez de processos, contudo, não oculta uma notória marca de classe nas vítimas da repressão do Estado (português e espanhol) face aos «crimes» de homossexualidade. A perseguição, condenação e castigo eram dirigidos quase exclusivamente às classes populares. Mesmo quando havia notícia de elementos da burguesia ou aristocracia envolvidos, estes nunca tinham penas efetivas de prisão ou de encarceramento.



Dissidências e Resistências Homossexuais no Século XX Português
Organização de António Fernando Cascais
439 pp
Letra Livre, 2024

Nas ditaduras ibéricas, a forma de entendimento da dissidência sexual por parte da moral dominante e do Estado foi sempre acompanhada de estratégias por parte de homossexuais, lésbicas e pessoas trans (na altura, com outras designações) que adquiriam idiomas de resistência, nomeadamente através da ocultação e dissimulação da sexualidade. O armário era um refúgio protetor perante a violência da repressão, que, já agora, não era exclusiva dos regimes ditatoriais. As repúblicas, antes do Estado Novo e do franquismo, também discriminaram e violentaram estas pessoas cuja sexualidade era considerada um perigo para a sociedade – perseguição que não se limitava aos atos, mas à existência em si. Bastaria conhecer o processo contra Cesariny, por ofensa à moral pública, em Paris, para confirmar esta convergência, entre democracias e regimes autoritários. Ou ainda, constatar que a criminalização da homossexualidade sobreviveu 8 anos à revolução dos cravos.

A evolução da legislação e das práticas médicas, os discursos oficiais sobre marginalidade e o potencial de contaminação social das sexualidades fora da norma são elementos comuns aos textos de Raquel Afonso (que também recolhe testemunhos de quem viveu os tempos de clandestinidade e terror nas duas ditaduras), de António João, de Richard Cleminson, de Ana Clotilde Correia e de Francisco Molina Artaloytia. Bruno Marques reflete sobre a exposição de João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira (2018), em Lisboa, onde o *cruising* é entendido como ato de cidadania sexual e o urinol, incontornável local de encontro, seu antecessor do tempo da clandestinidade. Cleminson relata um caso ocorrido em Lagos, em 1965, onde a tentativa de humilhação pública dos jovens que ofereciam serviços sexuais aos turistas a troco de dinheiro deu origem à solidariedade da população, contrariando assim a tentativa de pedagogia social do regime fascista. Este caso só é conhecido graças a um residente alemão que relata o ocorrido em revistas da polícia alemã.

> A criminalização da homossexualidade sobreviveu 8 anos à revolução dos cravos.

> A perseguição, condenação e castigo eram dirigidos quase exclusivamente às classes populares.

São muitas as pistas deixadas neste livro, para pensar como foi o século xx perante a repressão e as formas de resistência das populações *queer*, nos dois países ibéricos. Os estudos de caso e as reflexões dos seus autores permitem-nos traçar um quadro alternativo ao esquecimento e dessa forma resgatar as memórias que querem ser resgatadas (porque também há o direito individual ao esquecimento).

No seguinte século a que esta obra coletiva se refere – aquele em que estamos – a conquista de liberdades e direitos não é irreversível, a aceitação social da divergência sexual pode muito bem regredir, como está a acontecer em demasiados lugares do mundo. Mas, deste passado próximo, podemos aprender a dignidade da resistência nas suas muitas formas, a coragem da afirmação de uma cultura *queer* apesar da repressão e do risco. Como deixa claro o coordenador da obra, as gerações *queer* do século xx deixaram-nos muito mais do que a clandestinidade e a vergonha, deram-nos um inabalável compromisso com a liberdade. Afinal não inventámos nada, não começámos nada, na melhor das hipóteses, saberemos continuar a(s) luta(s) de quem nos antecedeu.

«Já não és considerado humano»

Relatório da Alarm Phone com análise regional do Mediterrâneo Ocidental e do Atlântico, entre 1 de Setembro de 2024 e 28 de Fevereiro de 2025, descreve a realidade carcerária por trás da «externalização de fronteiras».

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Partindo do princípio de que «as fronteiras, as prisões e outros locais de detenção fazem parte de um sistema racista, sexista, homofóbico, capacitista e classista de controlo da população pelos Estados», a Alarm Phone (uma organização que disponibiliza um número de telefone directo para migrantes que estejam em perigo no Mediterrâneo) quis «participar no movimento que tenta tornar visíveis os locais utilizados pelos Estados para esconder a repressão que exercem diariamente sobre quem desafia os regimes fronteiriços». Assim, no passado dia 6 de Maio, lançou um relatório que analisava a região Atlântica e do Mediterrâneo Ocidental, entre 1 de Setembro de 2024 e 28 de Fevereiro de 2025. O relatório intitulava-se «'Já não és considerado humano' - Encarceramento de pessoas que se deslocam na Rota do Mediterrâneo Ocidental e na Rota do Atlântico». [1]

Nele, a Alarm Phone pretende «abordar a violência associada a todas as formas de detenção, na prisão, sob custódia policial, nos campos humanitários e nos centros de detenção». São espaços que estão constantemente a ser construídos e alargados em todos os países da região do Mediterrâneo Ocidental e do Atlântico e que, de acordo com a organização, fazem parte dum instrumento de controlo das migrações que serve «tanto para punir as pessoas em movimento que desafiaram os regimes fronteiriços exercendo a sua liberdade de circulação, como para segregar e tornar invisíveis as que são consideradas indesejáveis nos territórios nacionais».

Para além da violência da detenção, descrita por vários autores ao longo do relatório, e do racismo manifestado nas políticas e práticas de detenção, encarceramento e deportação, existe também a «violência da ausência e da invisibilidade». Muitas vezes é difícil saber quem está preso e onde. Quase impossível é, então, haver uma ligação entre os locais de detenção e o exterior que permita que estas pessoas não se sintam totalmente abandonadas. Uma ligação vital que, muitas vezes, é o único meio de aceder ao mínimo indispensável (roupa, dinheiro para a cantina ou para telefonar à família, apoio jurídico, etc.). Para a Alarm Phone, este relatório é também uma forma de reafirmar o seu «apoio a todos os que sofrem a violência dos regimes fronteiriços e prisionais dos Estados».

A rota mais mortífera

Entre Setembro de 2024 e o final de Fevereiro de 2025, o Alarm Phone tratou 117 casos na região, envolvendo pelo menos 5 932 pessoas. Destes, 76 embarcações seguiram a rota do Atlântico, 20 embarcações atravessaram o Mar de Alborão, 40 embarcações partiram da Argélia e um pedido de socorro chegou do Estreito de Gibraltar. Durante este período, 38 embarcações foram resgatadas pela Salvamento Marítimo (entidade pública empresarial adstrita ao ministério dos transportes e mobilidade sustentável do governo espanhol), 19 embarcações chegaram sozinhas, três regressaram a terra, 11 foram interceptadas e uma embarcação foi resgatada por um navio mercante. Por outro lado, no mesmo período, 33 casos continuam por esclarecer e registaram-se pelo menos seis naufrágios, enquanto o destino de 1 665 pessoas permanece desconhecido.

A maior parte destas tragédias ocorreu na rota mais frequentada, a travessia do Atlântico, num ano (2024) recorde de chegadas (46 843 pessoas chegaram às Ilhas Canárias, o número mais elevado de sempre). Sem surpresa, 2024 é também um ano recorde de mortes. Segundo os dados da ONG Caminando Fronteras, 9 757 pessoas morreram na Rota Atlântica em 2024, tendo a maioria das mortes ocorrido entre a Mauritânia e as Ilhas Canárias, o que faz desta rota a travessia mais mortífera que se conhece.

> Para além da violência da detenção, descrita por vários autores ao longo do relatório, e do racismo manifestado nas políticas e práticas de detenção, encarceramento e deportação, existe também a «violência da ausência e da invisibilidade».

Arbitrariedade, racismo e criminalização

O relatório publicado em Maio apresenta uma análise sustentada e detalhada das realidades de encarceramento nos países do Mediterrâneo Ocidental. Começa em Marrocos, um país com sobrelotação prisional, com uma taxa de encarceramento semelhante à dos seus países vizinhos do Norte de África, mas que aumentou nos últimos anos, e com uma percentagem bastante elevada de prisioneiros (45%) que não foi julgada (o que significa que estão na prisão a aguardar julgamento). Continua na Mauritânia, onde «as pessoas que se deslocam são detidas no mar (pela guarda costeira) ou em terra, aquando de rusgas às suas casas nos bairros suburbanos (por exemplo, em Nouadhibou: Kairane, Tcharka, Numero, etc.). As operações são levadas a cabo por equipas conjuntas da polícia mauritana e da Guardia Civil espanhola». Pessoas que são retidas em «centros de detenção temporária», sobrelotados e sem o mínimo de condições.

O relatório prossegue para o Senegal, que «sob a pressão da União Europeia, (…) tomou a seu cargo a criminalização da migração, o que resulta frequentemente em violações dos direitos humanos das pessoas presas pelo "crime" de deslocação e viagem». Nesse país, estas violações incluem períodos de detenção excessivamente longos, pessoas enviadas para a prisão sem terem visto um procurador, pessoas detidas mesmo que não tenham feito nada (acusadas de planear uma viagem) e falta de transparência das acusações.

Na Argélia, as pessoas que se deslocam não vão automaticamente parar à prisão, o que acontece apenas quando são acusados de terem cometido uma infração penal, independentemente do seu estatuto administrativo no país (irregular ou regularizado segundo a lei argelina). O país não impõe sanções pesadas (sob a forma de penas de prisão) à presença de estrangeiros em migração, independentemente do tipo de migração, instalação, trânsito ou mesmo partida. No entanto, estão presentes outras formas de violência, nomeadamente as rusgas e expulsões colectivas de negros para o deserto.

O relatório passa depois para Espanha, com foco nas Ilhas Canárias. «O sistema judicial espanhol criminaliza as pessoas em movimento que chegam a Espanha. Podem ser presas logo após a sua chegada e ficar detidas durante vários anos». Em Espanha, existem três tipos de instalações onde as pessoas que se deslocam são privadas da

Foto: borderline-europe

sua liberdade: CATES, CIES e prisões. Os CATE (Centros de Acogida Temporal para Extranjeros, locais onde as pessoas que se deslocam são mantidas sob custódia policial a partir do momento em que chegam a Espanha, por um período máximo de 72 horas) e os CIE (Centros de Internamiento para Extranjeros, centros de detenção onde as pessoas são mantidas até ao seu regresso forçado, por um período máximo de 60 dias) são especialmente concebidos para estrangeiros que entraram «ilegalmente» no país ou que se encontram numa situação administrativa irregular. As pessoas em mobilidade acusadas de terem cometido um crime podem ser presas, quer em prisão preventiva, enquanto aguardam o julgamento, quer depois de este ter tido lugar e terem sido consideradas culpadas e condenadas a uma pena de prisão superior a dois anos.

O documento termina com a impressionante listagem dos naufrágios que aconteceram entre o início de Setembro de 2024 e o fim de Fevereiro deste ano. Uma lista que é antecedida pela seguinte introdução: «O ano de 2024 terminou com vários naufrágios mortais e 2025 continuou esta tendência devastadora. O luto leva-nos a continuar a lutar pela liberdade de circulação para acabar com as mortes em massa no mar. Até lá, somos solidários com todas as famílias dos desaparecidos e continuaremos a lutar ao seu lado quando exigirem respostas. Muitos naufrágios permanecem invisíveis e, quando os corpos não são encontrados e identificados, as famílias ficam presas sem saber o que aconteceu aos seus entes queridos. Não esqueceremos aqueles que perderam a vida ou desapareceram».

NOTAS:

1 https://tinyurl.com/5am546pu

Um barco contra a criminalização da solidariedade

TEÓFILO FAGUNDES
TEOFILOFAGUNDES@JORNALMAPA.PT

Em 2020, as autoridades italianas deixaram 27 pessoas presas no Mediterrâneo durante 38 dias no navio de carga dinamarquês Maersk Etienne, apesar das suas graves condições físicas e psicológicas. A organização de salvamento marítimo Mediterranea Saving Humans resgatou-as e conseguiu desembarcá-las no porto de Pozzallo. Agora, seis dos socorristas estão a ser julgados por «auxílio agravado à imigração ilegal».

No final de Maio, a Mediterranea Saving Humans informou, no seu *site*, que «a esta tentativa de criminalizar a solidariedade, respondemos com factos», anunciando que tem «um novo, grande e maravilhoso navio pronto a zarpar. Este novo navio continuará a salvar quem pede ajuda no mar. É a resposta mais forte e mais concreta que podemos dar àqueles que, no governo italiano e nas instituições europeias, trabalham incansavelmente para impedir que as vidas dos migrantes sejam salvas. Fazemos parte da Frota de Salvamento Civil. Trabalhamos em conjunto para salvar vidas, enquanto outros conspiram para as repelir, causando sofrimento e morte todos os dias».

«O novo navio nasceu de uma convicção profunda: num mar Mediterrâneo transformado numa gigantesca vala comum, contra os campos de prisioneiros financiados pela UE na Líbia, contra os acordos com ditadores e traficantes, elevamos a nossa solidariedade e o nosso empenhamento. Graças à cooperação entre a Sea-Eye e a Mediterranea, este navio é também um símbolo:

Foto: @seawatch_intl

mostra que é possível um outro Mediterrâneo, que é possível um outro mundo. Não nos vão parar com difamações, espionagem, processos judiciais. Chamaram-nos "ameaça à segurança nacional", tentam caluniar-nos, isolar-nos, intimidar-nos. Mas não o conseguirão. O poder daqueles que salvam vidas é maior do que o poder daqueles que as deixam morrer».

Pressão sobre tribunal para facilitar deportações

TEÓFILO FAGUNDES

Nove países da UE estão a dirigir-se ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, com sede em Estrasburgo, numa tentativa mais alargada de deportar migrantes indesejados. Uma carta encabeçada pela Dinamarca, que assumirá a presidência rotativa da UE a partir de Julho, adopta a retórica da extrema-direita e exige mais margem de manobra para a deportação de pessoas que tenham cometido crimes.

A carta foi publicada em 22 de Maio e, para além da Dinamarca, continha as assinaturas da Áustria, da Bélgica, da República Checa, da Estónia, da Letónia, da Lituânia, da Itália e da Polónia. Nela, o Tribunal é alvo de crítica pelo facto de impor restrições às deportações de «estrangeiros criminosos».

A Human Rights Watch (HRW) afirma que a carta é um sinal da vontade de alguns governos de deitarem fora os direitos humanos e descreve-a como um ataque injustificado e perigoso aos cidadãos da Europa, aos migrantes e à posição global da Europa.

A Picum, uma organização que luta pelos direitos dos imigrantes sem documentos, com sede em Bruxelas, não se distancia muito desta análise: «Este é um caso exemplar de "crimigração", ou seja, a associação entre migração e crime para reprimir as pessoas que procuram segurança e meios de subsistência na Europa», afirmou Silvia Carta, da Picum. «Se os dirigentes se preocupam verdadeiramente com a segurança das pessoas e com a protecção das vítimas, devem parar de desmantelar os sistemas de protecção social e começar a investir nos cuidados de saúde, em vez de fazer dos migrantes bodes expiatórios para obter ganhos políticos», acrescentou.

Esta carta marca mais uma escalada na utilização da narrativa e dos termos da extrema direita como língua oficial da UE e serve como carta de apresentação da presidência dinamarquesa, cujo primeiro ministro, Mette Frederiksen, luta por uma política de «zero refugiados» desde que chegou ao poder, em 2019, e cujo parlamento, em 2021, aprovou também uma lei que permite ao Estado deportar requerentes de asilo para o estrangeiro, para que os pedidos sejam tratados fora do seu território.

Agroecologia e uma ode à autogestão: o filme

Acaba de sair o documentário "Agroecologia em movimento", um retrato sobre o movimento português das AMAP – Associações para a Manutenção da Agricultura de Proximidade – grupos auto-organizados de produção agrícola, que erguem uma alternativa ao mundo das cadeias globais de supermercados, dos agrotóxicos e da exploração laboral.

SANDRA FAUSTINO
SANDRAFAUSTINO@JORNALMAPA.PT

"Agroecologia em movimento" é um olhar íntimo sobre o caminho paciente rumo à soberania alimentar, onde ambientalismo e ecologia se constroem a partir da dignidade de quem trabalha no campo e da solidariedade das comunidades em seu redor. Ao longo deste documentário, realizado por João Garrinhas e apoiado por 117 pessoas através de *crowdfunding*, ouvimos as vozes de quem está na horta e quer fazer agricultura, mas não consegue sobreviver no «mercado». Ouvimos também as vozes de quem quer fugir dos supermercados e das suas cadeias, que exploram mão-de-obra, envenenam os nossos solos e os nossos corpos. As AMAPs surgem, portanto, como um elo prático de ligação entre ambas as vontades: uma forma de organização social que ultrapassa intermediários e que acolhe relações diretas entre produtoras e consumidoras, que em conjunto organizam um sistema local de produção e distribuição. Por isso mesmo, no contexto das AMAP, as consumidoras são chamadas de co-produtoras. Ao assentar num acto de militância, e numa prática radical de apoio mútuo, as AMAP são um gesto maior. Em primeiro lugar, de defesa do alimento – e de todo o ecossistema que o nutre – como um bem comum e um direito fundamental, que tem sido dominado e violentado pelo actual sistema de produção e de consumo. Em segundo lugar, de criação de comunidades autónomas, que se auto-organizam para manterem vivas as suas redes locais de abastecimento alimentar. Por isso este documentário é, nas palavras de João Garrinhas, com quem conversámos, uma «ode à autogestão».

Jornal MAPA - Fizeste este documentário enquanto membro ativo de uma AMAP. Vê-lo como um forma de comunicar o movimento, de dentro para fora?

João Garrinhas - De alguma forma sim. Em 2019 estava a viver na Quinta Maravilha, em Palmela, quando começámos a nossa AMAP. Porque a câmara é um objecto que utilizo há já alguns anos e o vídeo uma forma de registo e de expressão política/social, fui filmando vários momentos sem a ambição de os expor ou de criar conteúdo para outrxs... Não só do projeto AMAP, como de outros processos que passavam pela Maravilha. A AMAP surge de uma relação próxima entre membros da quinta e do Centro de Cultura Libertária, em Cacilhas, e essa proximidade era minha também, o que me deu confiança e intimidade para filmar o processo com estas pessoas. Nesse ano (2019) estivemos em vários momentos assembleares com outras AMAP mais a sul, onde também fui captando imagens, retratando pessoas e registando alguns testemunhos. E foi nestes momentos que percebi que já tinha material para contar uma história, esta nossa história enquanto movimento em torno da agroecologia, da agricultura regenerativa e da auto-organização.

JM - O documentário foi, ele mesmo, um processo colectivo - de várias AMAP, de várias mãos e de vários apoiantes. Queres falar um pouco sobre isto?

JG - Quando filmava estes processos colectivos, o pessoal perguntava-me o que pretendia fazer com todas as filmagens que fazia. Foi aí que a ideia de documentar audiovisual ou cinematograficamente os nossos projetos foi ganhando forma. Faltava tempo e financiamento mas, com a chegada da pandemia a dimensão temporal ganhou outra forma... A situação financeira ficou ainda pior, mas decidimos lançar uma campanha de *crowdfunding* para a qual fiz um *trailer* e contei com o apoio de várias companheiras da Regenerar (rede de AMAPS) para escrever os textos. O *crowdfunding* propunha-se a pagar as despesas mais básicas associadas à fase de rodagem e assim foi, com o apoio de 117 pessoas concretizámos essa fase de rodagem. Toda a equipa trabalhou por militância ou afinidade, por fazer parte do grupo. O envolvimento surge ao nível das relações – quem filma, quem escreve

Este documentário pretende que as pessoas se organizem e tomem, de alguma forma, as suas vidas pelas suas próprias mãos.

e entrevista, quem capta som... Todas estamos relacionadas com estes projectos e com estas pessoas retratadas, então essa partilha é real e profunda, de igual para igual. Nós estamos ali a fazer um filme mas as pessoas conhecem-nos das mondas, das assembleias e das colheitas. Não somos uma equipa audiovisual urbana que chega e tem um olhar exótico sobre o tema.

JM - **Este documentário pretende também inspirar outres a filmar os seus próprios processos de trabalho, movimentos e comunidades?**

JG - Acima de tudo, este documentário pretende que as pessoas se organizem e tomem, de alguma forma, as suas vidas pelas suas próprias mãos. Que dependamos cada vez menos de modelos de produção intensivos ,que enriquecem os patrões e exploram xs trabalhadorxs e a terra; que dependamos cada vez menos de redes de energia «estatais»; que tenhamos

UM FILME DE
OUTROS ÂNGULOS PRODUÇÕES & REGENERAR.
AGROECOLOGIA EM MOVIMENTO
" UM FILME SOBRE AMAP E CSA "
UM OLHAR ÍNTIMO SOBRE O MOVIMENTO PORTUGUÊS QUE ESTÁ A REVOLUCIONAR A FORMA DE FAZER AGRICULTURA E A RELAÇÃO ENTRE QUEM PRODUZ E QUEM COMPRA, CRIANDO COMUNIDADES EM TORNO DO ALIMENTO. UMA VIAGEM A UM PORTUGAL DE FRONTEIRA.
UM FILME-MANIFESTO PELA SOBERANIA ALIMENTAR, FEITO E FINANCIADO POR QUEM PARTICIPA E APOIA O MODELO DAS ASSOCIAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA AGRICULTURA DE PROXIMIDADE, AMAP/CSA.
amap
mapa
GAIA

recursos para cuidar da nossa saúde e bem estar; de nos cuidarmos umas às outras em solidariedade e apoio mútuo. Pretende mudar o paradigma da agricultura, que seja regenerativa em vez de extrativista, ou seja, que a produção de alimentos seja em cooperação com a terra, deixando-a mais rica a cada cultura em vez de explorada e destruída. O vídeo é uma ferramenta de comunicação poderosa mas banalizada, está ao dispor de toda a gente através dos smartphones. Esta pode ser utilizada para produzir conteúdos revolucionários, para inspirar e dar voz a projetos que melhoram as nossas vidas... As AMAP surgem no Japão, nos anos 50, num contexto de crise sanitária que teve origem na indústria alimentar, numa altura em que as pessoas não podiam confiar nas empresas, e se reorganizaram. E quando isso acontece, estas redes criadas potenciam o encontro de pessoas, com o alimento na base, mas com o potencial comunitário de construção de relações de entreajuda. Esta forma de organização tem tornado possível criar também modelos de economia paralelos, porque não dependemos de uma autoridade que nos carimba enquanto ecológicos ou biológicos (*fuck them*), nós certificamos a nossa cena de forma participativa! Somos anti-autoritárixs, se queremos plantar a semente guardada pela avó do Henrique [agricultor da Quinta Maravilha] em Miranda do Douro, pois plantamo-la. Se quisermos usar estrume das ovelhas do vizinho, ninguém nos vem dizer que as ovelhas não comem comida certificada. É de nós para nós, decidimos em assembleia, somos um grupo de pessoas e não fazemos mercados biológicos nem vendemos para lojas... Quem consome coproduz, ou seja, participa de forma activa nas decisões e nos trabalhos em torno desse alimento que consome. 'Bora sair das teias destas máfias que promovem o nosso isolamento e precariedade. Este filme retrata projectos com convergências e divergências, que seguem os princípios básicos da Agroecologia e se organizam enquanto AMAP ou CSA (*community supported agriculture*), mas para mim é uma Ode à Autogestão.

Não dependemos de uma autoridade que nos carimba enquanto ecológicos ou biológicos (*fuck them*), nós certificamos a nossa cena de forma participativa!

Como funciona na prática?

Podes fazer parte de uma AMAP como produtora/agricultora, ou como co-produtora (ou seja, consumidora). Como co-produtora, pagas uma mensalidade fixa por um cabaz semanal ou quinzenal de hortícolas (por vezes pode incluir produtos transformados, ou de origem animal) produzido pelas agricultoras da tua AMAP. O cabaz que recebes não corresponde a uma lista fixa, nem a uma encomenda: o cabaz é composto por uma seleção que reflecte o ciclo da horta, os seus ritmos e épocas, dormências e explosões de abundância. Participas nas assembleias e em vários momentos de trabalho ao longo do ciclo. Como produtora/agricultora, os pagamentos fixos que recebes geram maior estabilidade financeira do que aquela que terás ao vender «no mercado». Esta fidelização permite-te organizar a produção em função das necessidades da tua AMAP, num processo que é partilhado ao invés de obscurecido. Para além disso, compões o cabaz com aquilo que realmente tens disponível na horta, evitando desperdício alimentar. Este modelo económico significa que as AMAP constituem uma aliança entre quem produz e quem compra, partilhando os riscos, responsabilidades e recompensas da soberania alimentar. Para mais informações e contactos de AMAPS, vai a https://amap.movingcause.org/

Curdistão em mudança

PLATAFORMA DE SOLIDARIEDADE COM OS POVOS DO CURDISTÃO

Abdullah Ocalan, 27 de Fevereiro de 2025. Encarcerado desde 1999 na ilha-prisão turca de Imrali, e após vários anos de completo isolamento, o líder de referência do movimento curdo, quebra o silêncio num apelo de paz intitulado "Paz e Sociedade Democrática". Com uma aparente abertura por parte do Estado turco ao diálogo, são desencadeadas as circunstâncias para o início de um novo processo de paz, procurando uma resposta final à questão curda e ao conflito armado que assola a região desde 1984, ano em que o PKK – Partido dos Trabalhadores do Curdistão – deu início à luta armada. Décadas de conflito com o Estado turco, dezenas de milhares de mortes de ambos os lados e a classificação internacional do PKK como organização terrorista.

Após o apelo surpreendente de Abdullah Ocalan – que anunciava, com condições, o fim da luta armada e a dissolução do PKK – o movimento curdo, com o seu ramo armado, as Forças de Proteção do Povo (HPG na sua sigla em curdo), declaram um cessar-fogo unilateral, ao qual o Estado turco não respondeu de forma igual. Simultaneamente, têm lugar encontros entre Ocalan e várias figuras políticas curdas e turcas, congregados na que ficou conhecida como "delegação de Imrali", e com representantes de outros partidos da oposição e do Estado turco.

> Após 52 anos de luta, o Estado turco vê-se hoje numa posição difícil e impossível de resolver com políticas militares.

Entender o PKK e o seu lugar na sociedade curda

O PKK é criado em 1978 em Bakur, região historicamente curda ocupada pelo Estado turco desde a sua formação. O partido nascia no ambiente político efervescente das décadas de 1960 e 1970, por entre a agitação da esquerda turca e a forte repressão estatal. A natureza ideológica do grupo inicial de estudantes, que formava este novo partido, liderado desde o início por Ocalan, era naturalmente e à época a de um partido de libertação nacional marxista-leninista. Em recente entrevista, Cemil Bayik, 74 anos e co-representante do KCK (União das Comunidades do Curdistão), recorda as condições bastante particulares da sociedade curda aquando da fundação do PKK: «As circunstâncias do povo curdo eram muito más. Os movimentos socialistas e democráticos na Turquia tinham sofrido golpes muito pesados. Mais uma vez, o povo curdo, por mais que se revoltasse, por mais que lutasse, enfrentava constantemente massacres, deslocações forçadas e a prisão». O surgimento do PKK assumiu «um lugar especial na história dos povos do Curdistão. Porque mudou a história de quem enfrentava a extinção. Deu a capacidade aos Curdos de escreverem a sua própria história». Fez com que este povo «voltasse dos mortos».

O último congresso do PKK?

Nos dias 5, 6 e 7 de maio, o PKK realizou o seu 12.º Congresso em dois locais separados nas montanhas curdas de Bashur (Curdistão ocupado pelo Iraque). É declarado que «a luta do PKK desmantelou as políticas de negação e aniquilação impostas ao nosso povo» permitindo «levar a questão curda a um ponto em que pode ser resolvida através de políticas democráticas». Seguindo o apelo de Ocalan anunciam que «todas as atividades realizadas sob o nome de PKK foram encerradas», assim como o «método da luta armada».

A avaliação destas palavras deve ser cautelosa e não permite, no atual contexto político, traçar conclusões. Importa recordar que o processo de paz agora proposto não é inédito. Em 1993, Ocalan tomara a primeira iniciativa na criação de um processo de paz para resolver a questão curda. O processo de paz falhou após o presidente turco Turgut Özal, o general Eşref Bitlis e toda a sua equipa terem sido mortos num misterioso acidente de aviação nesse mesmo ano. Em 1995 e 1996, novas tentativas de processos de paz falharam e o cessar-fogo unilateral declarado em 1998 fracassa com a detenção de Ocalan no Quénia no ano seguinte. A sua detenção conduz o PKK a tempos conturbados, a parar com a luta armada e a anunciar em 2002 a sua dissolução. O momento é sobretudo uma mudança de paradigma. Sucede-lhe sem outra designação, um PKK que apresenta agora um projeto ideológico, desenvolvido inicialmente por Ocalan na prisão, assente no Confederalismo Democrático, na Ecologia Social e na libertação da Mulher. Mantém-se a confrontação armada e os últimos processos de paz, de 2009 a 2015, fracassam resultando em violentos confrontos e massacres nas grandes cidades curdas.

Após 52 anos de luta, o Estado turco vê-se hoje numa posição difícil e impossível de resolver com políticas militares. Por outro lado, o PKK demonstrou ser um movimento revolucionário que se tem destacado pela sua capacidade de mudar e de se adaptar, através da autocrítica e da análise das novas circunstâncias que surgem, como a mudança de uma solução de Estado-Nação para um paradigma novo baseado no Confederalismo Democrático. A modernização da guerrilha, nas suas táticas e formas de organização foi também um fator-chave para conseguir levar o exército turco, o segundo maior exército da NATO, com todas as suas tecnologias e capacidades militares, a um impasse. O novo apelo à paz de Ocalan, secundado pelo Congresso, é também um reflexo desta característica de adaptabilidade deste movimento.

Não menos importante é o papel desempenhado pelos curdos nas derrotas, contenção e ofensivas sobre o Estado Islâmico que os colocou num distinto patamar da geopolítica, alargando definitivamente a sua abrangência. O projeto de Confederalismo Democrático posto em marcha no Nordeste da Síria e noutras partes do Curdistão implicando a pluralidade de povos, religiões e posicionamentos políticos revelou-se uma via alternativa na região. Para Cemil Bayik, «hoje em dia, o povo curdo atingiu uma fase tal que é uma força de estabilidade, uma força de mudança e transformação e uma força de democracia no Médio Oriente. Hoje, ninguém no Médio Oriente pode alcançar a estabilidade sem os curdos. Os passos dados são históricos. O movimento, que começou como um pequeno grupo, chegou agora ao mundo e tornou-se um movimento universal. Não se baseia apenas na luta pela solução da questão curda; baseia-se na luta pela solução dos problemas da humanidade, baseia-se na luta geral pela liberdade e pela democracia».

O que se segue?

Assim, quando o PKK anuncia a sua dissolução e o fim da luta armada não estamos perante um ponto final numa luta de 52 anos, mas apenas no início de uma nova fase da mesma luta para resolver a questão curda. Podemos estar a assistir a uma nova mudança de paradigma do movimento curdo ou, pelo menos, a um maior desenvolvimento do novo paradigma implementado há cerca de 20 anos? Ou, reduzindo o ângulo possível destas leituras provisórias, é apenas um processo com objetivos claros, como conseguir a libertação física de Abdullah Ocalan e de outros presos políticos?

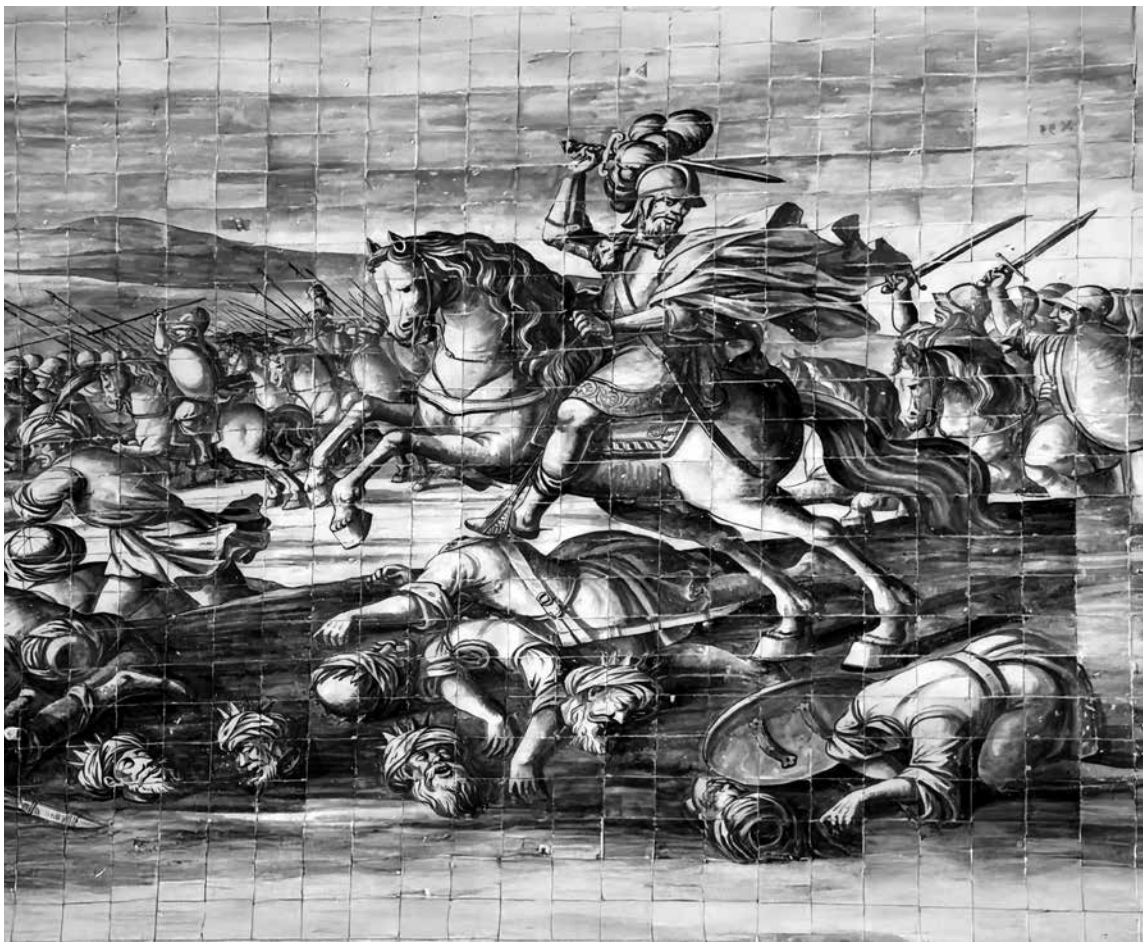
A única coisa certa é a grande complexidade de fatores externos e internos que podem a cada passo dado mudar a direção do proposto processo de paz. Nesta altura, muito está nas mãos do Estado turco para entendermos para que direção será conduzido este processo de paz. Parece haver abertura, mas naturalmente, pelos episódios do passado, não existe grande confiança no Estado turco, mesmo que, conforme refere Cemil Bayik, este mostre interesse em querer corrigir o conflito Turco-Curdo: «Alguns compreendem isto, alguns estão a discutir o assunto, mas alguns estão a bloquear o caminho para a discussão. Não permitem que toda a gente discuta livremente. Particularmente aqueles que se consideram democratas não devem bloquear a discussão. Devem ser abertos. A Turquia precisa disso.»

> O movimento, que começou como um pequeno grupo, chegou agora ao mundo e tornou-se um movimento universal.

A importância de uma solução para a questão curda é por demais evidente para os povos que vivem dentro das fronteiras do Estado turco. Mas é igualmente crucial para a região do Médio Oriente. A questão curda partilha uma história semelhante com muitos outros povos na região, seja o povo palestiniano, impossível hoje de ignorar, ou o povo baloch (no Irão, Paquistão e Afeganistão), que como outros não são notícia. Uma realidade entre povos que ninguém desejaria ver partilhada: feita de genocídio, repressão e de ocupação. Uma realidade vivida desde sempre pelo povo curdo.

Deus, Nação e Cabeças Cortadas

FILIPE NUNES
FILIPENUNES@JORNALMAPA.PT



Na Basílica Real de Castro Verde, percorrendo a majestosa nave da igreja, somos assombrados pelos imponentes painéis de azulejos. Erguida no século XVI por emulação da Batalha de Ourique, que na disputa entre possíveis cenários se reclama ter tido lugar em Castro Verde, os azulejos setecentistas ilustram a batalha eleita mito fundador da nacionalidade portuguesa: antes desta batalha, Cristo surgira a Afonso Henriques, garantindo-lhe a vitória sobre os cinco reis mouros e a consagração de Portugal como reino. A vitória é aclamada com a decapitação dos reis muçulmanos. Assim ficaram registadas as suas cabeças nos azulejos neste lugar santo, atestando que a esfera divina presidiu à fundação do reino de Portugal e, desde então, ao nacionalismo português.

Trata-se obviamente de uma falsidade. O mito da batalha ocorrida no século XII (1139) foi uma criação dos séculos XV e XVI, pois até aí nenhuma intervenção divina surge referida acerca da batalha tida nos «Campos de Ourique». Alexandre Herculano lançou no século XIX uma polémica anticlerical sobre o milagre de Ourique e longo tem sido o debate em torno do processo de criação do mito da nacionalidade, nele se destacando o trabalho da historiadora Ana Isabel Buescu. A mesma demonstrou como a lenda nasceu no séc. XV e foi consolidada no séc. XVI, vindo a ser uma peça-chave no contexto da Restauração do reino português no século seguinte. Incorporava-se a intervenção divina na génese da memória nacional. Este é, como sabemos, um dos processos mais eficazes da legitimação de um poder, assim como da missão sagrada do herói fundador, tirando partido de um confronto entre a Cristandade e o Islão.

Tão pouco é atestado por qualquer evidência documental, muito menos arqueológica, que a Batalha de Ourique tenha ocorrido em Castro Verde. Mas, para qualquer mito, a falsidade não constitui um problema, sendo repetida até à exaustão nos currículos escolares. Na página dos *Dicionários Infopédia da Porto Editora* ainda lemos que «terá sido nestas terras, mais precisamente no outeiro de S. Pedro das Cabeças, que terá culminado a batalha de Ourique, ocorrida nos Campos de Ourique, a que pertence Castro Verde, com a decapitação dos resistentes inimigos. Neste local foram encontrados vários esqueletos separados da caveira, que comprovam a degolação dos reféns, mandada executar por D. Afonso Henriques».

A falsidade é, atualmente, difícil de contrariar. A ciência histórica pouco pode contra a força do mito fundacional do nacionalismo português. As falsidades são constitutivas da ênfase nacionalista e do lastro religioso que molda a sociedade portuguesa. Marcelo Rebelo de Sousa, na sua última tomada de posse como Presidente da República em 2016, não quis deixar de evocar entre os «sentimentos que não sabemos definir, mas que nos ligam a todos os portugueses» a «crença em milagres de Ourique».

Há, porém, um fator inquietante que acompanha o milagreiro fundador da nação. Perturbador, esperar-se-ia, para quem resguardado do calor alentejano contempla o painel de azulejos dos cinco muçulmanos decapitados da Basílica de Castro Verde e formula a seguinte questão: não são as decapitações a expressão bárbara que nos chega dos jihadistas que neste século nos entraram casa adentro pela propaganda do Estado Islâmico, esse terrorismo religioso difundido sem qualquer agravo nas redes sociais e impossível de não dar conta nos media?

Assim sendo, por que razão a exaltação do nacionalismo português, a heróica gesta fabricada do rei fundador Afonso Henriques, difundiu e comunicou visualmente o gesto cruel da decapitação? Celebramos e evocamos o nacionalismo fundador de Portugal tal qual a lâmina ensanguentada do jihadista, cristãos e muçulmanos, alternando a mão que ergue a espada?

Poder ritual

Michael Vlahos, um académico americano ligado à área da segurança nacional e militar, refletia, em crónica de 2014 no *Huffington Post*[1], como, depois de uma noite familiar de pizza e cinema, o rolar de cabeças decapitadas hollywoodescas chocava nesse ano com a realidade crua e televisionada da decapitação de americanos pelo ISIS. «Ao celebrarmos assim este ato primitivo na fantasia cinematográfica, ficamos ainda mais à sua mercê na nossa realidade. A decapitação é central para a política humana porque tem um poder ritual extraordinário. Além disso, é primitiva não na sua baixeza humana, mas sim na sua capacidade bruta de afirmar autoridade. É por isso que a tomada de cabeças tem dominado a consciência ocidental até muito recentemente. A decapitação é culturalmente satisfatória, um poderoso ato de Estado e uma ferida profunda no inimigo. Este entrelaçamento de satisfação, poder e ferimento do inimigo é, eu diria, central para a nossa consciência. Todos partilhamos a compulsão ritual do decapitar».

> As falsidades são constitutivas da ênfase nacionalista e do lastro religioso que molda a sociedade portuguesa.

A nossa «civilização» associa a decapitação, resumia Vlahos, a rituais significantes: como a «enunciação da autoridade dirigente. Cortar a cabeça é, em termos simbólicos, cortar a própria autoridade dominante». Por isso o latim *de* (fora) *caput* (cabeça) está próximo de termos políticos, como «capitólio» e «capital», ou militares, como «capitão». Decapitar potencia a expressão de «ritos passionais que anunciam um novo mundo». Uma grande decapitação pode perturbar um mundo inteiro, e basta recordar a revolução francesa e a cabeça guilhotinada de Luis XVI mostrada efusivamente às dezenas de milhares reunidos em Paris às 10h20m de 21 de janeiro de 1793. Estamos perante a «prostração simbólica, a subjugação». Um aviso simbólico que é simultaneamente um troféu em que assenta a nova legitimidade.

Para Michael Vlahos «o maior problema que enfrentamos ao confrontar as decapitações do Estado Islâmico é o facto de não compreendermos e aceitarmos o significado da decapitação, o ADN do seu código, para a afirmação de uma nova legitimidade governamental. A decapitação – especialmente como um ato de teatro cívico – não é apenas um ato bárbaro: é a mais profunda e poderosa ferramenta de legitimidade política. Isto tem sido verdade ao longo da história, e precisamos de assumir o seu significado aqui, para nós».

Amalendu Misra, da Universidade de Lancaster, publicou em 2017 um ensaio sobre «uma das mais decisivas e profundas variantes da violência corporal – a decapitação», na revista portuguesa *Defesa e Nação* (do Instituto de Defesa Nacional), em edição dedicada aos grupos islamistas radicais[2]. Misra sublinha a decapitação na perspetiva da Violência Performativa, realçando, na senda de vários autores, que «mais do que apenas uma tática para transmitir uma mensagem – gera novos símbolos e dinâmicas sociais (perpetuando-se assim) e aumenta a coesão social». «Gera-se uma dinâmica identitária especifica e articulada de forma mais clara como um ato de "alterização": na presença do "outro" que é decapitado». O aspeto religioso é primordial. «A demonização dos inimigos permite àqueles que se consideram soldados de Deus matar sem qualquer impunidade moral».

A análise destes dois autores à expressão visualizada da decapitação (espoletado pelo horror jihadista), serve como uma luva à explicação do painel de azulejos da Batalha de Ourique e ao mito fundador do nacionalismo português, incorporando a representação de cinco cabeças decapitadas. O enquadramento conceptual da decapitação sob a lâmina do jihadista ou pela espada do rei-fundador Afonso Henriques é precisamente o mesmo. Sobra o horror. Ao qual nos cabe ora a repulsa ora a aceitação.

Rapidamente fechamos os olhos para melhor aproveitar o fresco da Basílica Real de Castro Verde. Mas não conseguimos afastar das nossas cabeças o horror desta narrativa visual do decapitado, e o nacionalismo, ungido de milagres divinos, revela-se na sua mais abjeta crueldade, que ao longo da história sempre encerrou.

NOTAS

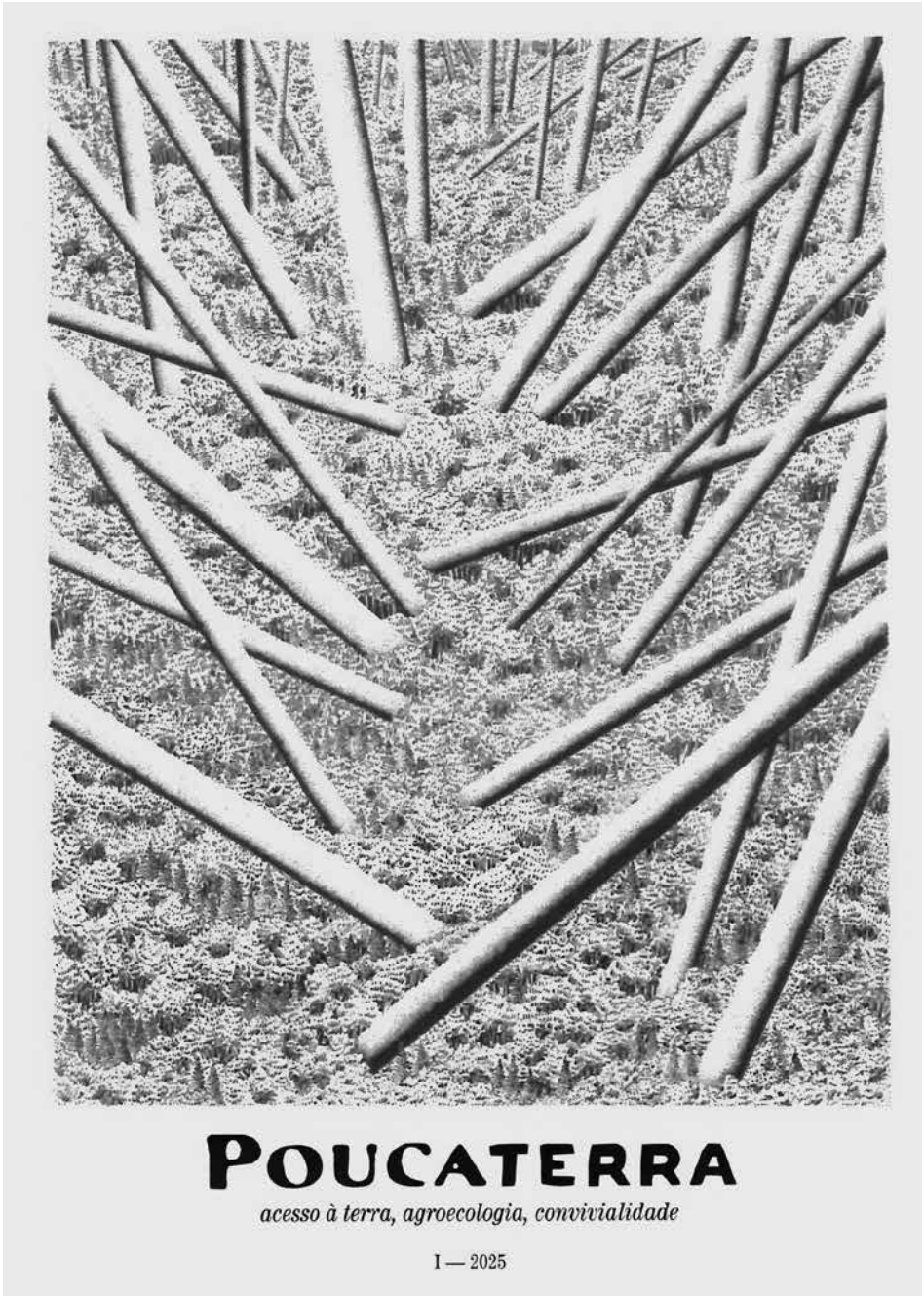
1 Vlahos, M., (2014) "About Beheading: There Is More to ISIS Decapitations than Mere Publicity." The Huffington Post, 21 March 2014

2 Misra, A., (2017) "Theorising performative violence : radical islam and beheading in perspective" Nação e Defesa, Lisboa, Nº 148 (2017), p. 28-42

Acesso à terra, agroecologia e convivialidade: três lados de um triângulo em construção

A Poucaterra é uma revista que nasce da vontade de explorar três conceitos que têm significado por si só e que, postos em relação, permitem pensar que uma transição cultural é possível, como antecâmara de uma transição agroecológica. É também um exercício de imaginação da Madalena André e do Pedro Mendonça, que não abdicam de procurar respostas que contrariem o colapso civilizacional eminente.

ANA QUEIJO
ANAQUEIJO@YAHOO.COM



Como surgiu a ideia da Poucaterra?

Madalena – A minha primeira memória que eu tenho de nós falarmos em revistas, foi quando eu fui à COP26 (Conferência das Nações Unidas sobre alterações climáticas) em Glasgow, porque queria conhecer o movimento, queria conhecer as pessoas, e surpreendeu-me muito a quantidade de coisas que havia em papel, era tudo assim muito acessível para quem estava lá enquanto ativista e para os grupos. Eu trouxe um dos jornais, que se chama Less[1], que é um jornal escocês sobre decrescimento. Perguntámo-nos se seria uma forma fixe para falarmos sobre estas coisas e foi assim que começou.

Mais tarde, quando eu estava na Alemanha, em Erasmus, já estava a pensar em começar uma revista, eventualmente com amigos, e que se chamava A Grande Recusa. Era inspirada no Marcuse, que falou muito dos estudantes do Maio de 68 e daquele movimento mais libertário. Depois não avancei com isso, mas recebi um e-mail do Pedro, a dizer que queria começar uma revista, direcionada mais para a agroecologia e sobre o acesso à terra, essencialmente.

Pedro – Nessa altura em que mandei o e-mail, eu a Madalena estávamos em trajetórias opostas, mas no mesmo plano, isto é, a Madalena a afastar-se do campo e a tentar perceber como é que a vida dela iria dar de novo ao campo; e eu a chegar ao campo pela primeira vez na minha vida, que eu sou um rato de cidade. Tirando campos de férias, nunca tive qualquer tipo de contacto com a vida rural, e deparei-me com uma série de questões sobre as quais nunca tinha pensado. Até do ponto de vista da diferença cultural, entre mim e as pessoas que vivem cá. E também com os meus filhos, na escola, houve um grande choque cultural. Eu estava a iniciar o meu longo divórcio da academia e, nessa altura, a Madalena estava a acabar o mestrado em sociologia e ainda estava a celebrar as bodas dela com a academia.

Então, as vossas próprias vivências levaram-vos a achar que era relevante passar essas ideias a outras poucas pessoas, é isso?

P – Honestamente, não é esse o meu principal motor. Eu estou, de facto, a tentar ter uma vida ligada ao acesso à terra, à convivialidade e à agroecologia. É difícil, sobretudo se se vai parar a um contexto ainda com muito pouca coisa construída nessa direção. Só o facto de imaginar essa direção é difícil, quanto mais pô-la em prática. Para mim a Poucaterra é um exercício de imaginar em conjunto com outras pessoas essa direção e é mais fácil pô-la em prática depois de a imaginar. Mas eu acho que é uma imaginação mesmo frágil. Quando as pessoas ouvem a apresentação da Poucaterra, do que ela quer explorar, a reação é entre «estão tontinhos» ou «utopia ao cubo» ou algo assim. Eu mesmo, ao pensar em como se fala no acesso à terra para malta que vive em Lisboa, não é óbvio para mim. Quando eu vivia lá, sentia necessidade de escapar desse ambiente, não sabia bem como, e sentia que, de alguma forma, um pedaço de terra me traria satisfação. Mas não chega, há uma série de outras coisas que é preciso. Mas se me dissessem, quando eu estava lá, que o que eu queria mesmo imaginar, ou lutar por, ou procurar, para mim e para as outras pessoas na mesma situação que eu, sobretudo no desemprego, em que é muito difícil, porque a nossa relação com a cidade fica muito reduzida em termos de como é que nos ligamos aos outros... Se me dissessem que «o que tu estás a precisar é de pensar no acesso à terra», eu nem sequer saberia por onde começar a conversa. Isto para dizer que eu faço isto mais por mim do que pelas pessoas.

Eu gosto é de fazer isto com pessoas. Não nos interessa muito encher isto com a nossa opinião.

M – É exatamente isso, nós temos essa curiosidade e há pessoas que já começaram este caminho, outras que estão a começar agora. Os caminhos são todos muito diferentes, é aprender com as tentativas de cada um e juntá-las num sítio. Até porque para haver uma transição agroecológica ou uma transição que nos permita evitar ou minimizar de alguma forma o colapso, também é preciso uma transição cultural. Eu acho que a Poucaterra tenta, de uma forma muito pequenina, criar um espaço para pensar essa transição cultural, para que se arranje um vocabulário para falar sobre isso, e para que se juntem os testemunhos de quem já está a tentar praticar isso.

> A agroecologia (...) tem uma base social muito importante, de querer produzir comida de forma justa, nutritiva, culturalmente apropriada em relação ao território, à terra onde cresce.

Foi por isso que vocês foram buscar a convivialidade, do Ivan Iliich?

P – O Illich foi uma revelação, mas foi já a meio, final do caminho que fizemos com a Poucaterra. A introdução do termo «convivialidade» naquele subtítulo, foi mesmo no último segundo, quase. Mas é uma presença fundamental, pelo menos para mim, para navegar nas ideias de que estamos a falar, a relação com a tecnologia, com o progresso, com a autoprodução. Mas eu li-o sempre como uma coisa à parte da Poucaterra, só veio cá parar mais recentemente. Mas estou meio obcecado com ele.

M – Pois, a escolha antes da convivialidade era artes e ofícios. As artes, para incluir mais do que só a parte intelectual e académica. E acho que os ofícios como aquela passagem de conhecimento, que tem de ser de uma geração para a outra, que tem de ser com prática, que tem que ser vivida no corpo… mas até isso era um bocado redutor, porque as interpretações de artes e ofícios são sempre muito diferentes. E acho que a convivialidade aglomerou isso e ainda acrescentou mais coisas. Nós falámos disso no editorial, de ser preciso juntarmo-nos, e cantarmos juntos, e dançarmos juntos. E termos jantares e isso tudo…

Lançamento da revista na Livraria Gato Vadio no Porto

Para mim a Poucaterra é um exercício de imaginar em conjunto com outras pessoas essa direção e é mais fácil pô-la em prática depois de a imaginar.

P – Mas mais uma vez, isso já estava descrito antes de chegarmos aqui, isto é, nós já estávamos a pensar na convivialidade antes de sabermos o nome. Mas facilitou imenso ter um nome, conseguirmos dar um nome a isto. E descobrimos, depois de publicar, que há uma Internacional Convivialista[2] e entraram em contacto connosco. É altamente, têm dois manifestos e tudo. Mas não fazíamos ideia, quando isto começou.

Vocês também dizem que é preciso mais acesso à terra, mas também é preciso que se use menos a terra, ou seja, deixá-la estar.

P – Sim. Vou recuperar o Illich. Uma das coisas que temos pensado é sobre como para nós a convivialidade é um objetivo social, possivelmente mais meritório do que a sustentabilidade.

E uma das coisas tem a ver com uma diferença que achamos fundamental. É diferente pensar o que é suficiente e o que é sustentável. Normalmente, o que é sustentável é pensar qual é o máximo que podemos tirar, sem prejudicar a possibilidade de isto se reproduzir. Enquanto que, o que é suficiente, não pensa em qual é o máximo que podemos tirar, mas em quanto estamos a precisar de facto agora, para aquilo que nos interessa, em termos das relações sociais que queremos, e por aí fora.

E a convivialidade promove esta coisa, não sei qual é que seria a tradução, mas o Illich chama-lhe *critical enoughness*, que é essa ideia de, se temos uns recursos por explorar, nós não temos necessariamente de ir a correr explorá-los. Mas isto também é meio chanfrado na maior parte dos círculos onde se fala sobre estas questões.

O que nós gostávamos com a Poucaterra, era de criar uma espécie de discurso que mostrasse a imoralidade desta relação com a terra e desta assimetria de uns terem milhares de hectares e outros não terem onde cair mortos e também da ideia de olhar para a terra apenas como um recurso a consumir, para alimentar a economia.

Temos uma grande ênfase sempre no tom com que dizemos as coisas, porque queremos dizer coisas que, dado o *status quo,* são altamente radicais, mas queremos dizê-las com a razoabilidade que elas têm de facto. Ou seja, que não pareçam pedidos extravagantes.

M – É essa a ideia, haver pouca terra e usar pouca terra, não ser antagónico. E também que há outras formas de nos relacionarmos com os recursos, com o território, com o que é local.

Gostava que me falassem um pouco do mapa da agroecologia.

M – Então, o mapa veio desta vontade de juntar testemunhos e, simultaneamente, de sabermos que nem toda a gente vai escrever para a revista. Há pessoas que estão muito focadas no trabalho prático e na vivência e achamos que, conhecendo o que existe em Portugal, talvez a comunidade da Poucaterra se alargue um bocadinho. E isso não tem que ser necessariamente só para partilhar conhecimentos; às vezes, pode ser só para saber que há um projeto aqui ao lado e vou lá pedir um copo de água. Ou seja, é não só conhecer a agroecologia e as formas diferentes como as pessoas ocupam o pequeno acesso à terra que têm, mas também promover a convivialidade entre quem se interessa pela revista.

P – Na nossa cabeça o mapa ia-se enchendo de pontinhos, queríamos ter um separador no *site* onde eles estivessem permanentes e a cada número acrescentar, ir povoando esse mapa. O que eu suspeito é que, para o número 2, vamos ter de ser nós a ir procurar sítios e metê-los no mapa, com autorização, claro, esperando que isso crie algum balanço para outras pessoas irem fazendo o mesmo e torná-los visitáveis. Agora, isso tem uma responsabilidade grande, porque estamos a pôr projetos no mapa que, de repente, podem ser visitáveis por pessoas indesejadas. E, para nós, é importante perceber como é que isto se faz de uma forma segura para os sítios que avançarem. Era fixe haver uma espécie de código de conduta, de visita, de coisas básicas, não fazer isto, não fazer aquilo… Mas se calhar isto também é a minha veia ditatorial a achar que é preciso e se calhar não é, e vai tudo na base da convivialidade. Enfim, é uma preocupação.

M – Acho que na criação da Poucaterra a ideia nunca foi que ela ficasse só nossa. Foi sempre que chegasse a mais gente e que as pessoas a tomassem como delas também. E se isso se puder materializar em pessoas reais e em projetos reais, melhor ainda. Eu acho que o mapa da agroecologia, se calhar não vai dar em nada, mas se calhar alguém fica mesmo entusiasmado com esta ideia e vê valor nisto e vê valor em partilhar a sua história e o seu espaço. E se calhar somos uns sortudos e tivemos uma boa ideia.

P – Uma metáfora em que às vezes penso sobre a Poucaterra não ser só para nós é: nós estamos só a fazer uma espécie de hotel de insetos, ou de passarinhos. Depois, se correr bem, eles vão para lá morar. Nós vamos tentar fazer o melhor hotel de insetos possível. Depois, tudo o que vier de bom e de rico serão esses insetos a trazer. E aí já não temos grande controlo sobre isso. A única coisa que podemos fazer é manter esta casinha o mais arrumada e acolhedora possível. Gostávamos que isto fosse, sobretudo, sobre quem contribui para a revista. E que, eventualmente, pudéssemos ter conversas mais alargadas entre as diversas pessoas que contribuem e diálogos dentro da revista. O que nós queremos oferecer é o nosso tempo de trabalho para permitir que isso aconteça e a nossa curiosidade sobre o tema.

Acho que o conceito que explorámos menos foi o de agroecologia. Querem explicar melhor?

M – Da mesma maneira que a sustentabilidade foi sendo cooptada e utilizada para promover coisas que não é óbvio que ela quisesse promover, a agroecologia também corre o mesmo risco. A agroecologia é um movimento principalmente de agricultores, que começou na América Latina, mas também é uma ciência cada vez mais estudada na academia, e também é uma prática agrícola. É uma forma de produzir comida, alimento. E tem uma base social muito importante, de querer produzir comida de forma justa, nutritiva, culturalmente apropriada em relação ao território, à terra onde cresce. São as coisas que nos fazem sentido, até por promover muito mais produções pequenas e estas dependem muito mais umas das outras e de uma cultura convivialista, e não de uma separação ou de uma comercialização de tudo.

P – Nós nunca vamos propor fronteiras óbvias entre o que é agroecologia e, por exemplo, o que é a permacultura. Não nos interessa essa discussão. Interessa-nos perceber qual é a forma de produzir comida mais alinhada com a possibilidade de convivialidade e, do ponto de vista económico, qual é a forma de produzir comida que possa estar mais autónoma da economia de mercado, em termos, por exemplo, da produção de fertilidade. A economia industrial depende essencialmente da economia de mercado para produzir fertilidade, de cadeias de produção extensíssimas, com nutrientes e combustíveis fósseis a vir de sítios longínquos, e por aí fora. Quando falamos em agroecologia é também o que fazer quando se tem acesso à terra para se produzir comida, o que, do ponto vista cultural está alinhado com a convivialidade na ligação que tem com os saberes tradicionais e ancestrais. Do ponto de vista da produção alimentar, é o que é compatível com os outros dois pontos do triângulo.

Revista Poucaterra
https://www.poucaterra.pt/
revista.poucaterra@gmail.com

NOTAS

1 https://enough.scot/less/
2 https://convivialisme.org/

Simona Kossak, a mãe da floresta

BORBOLETA AZUL

Uma mulher amamenta sete corças com leite de vacas. O propósito é observá-las sem que sintam medo. A mulher é Simona Kossak, e o procedimento está descrito na *Acta Theriologica*, 1981[1]. As corças estão no bosque de Białowieża, na fronteira da Polónia com a Bielorrússia, o que resta da floresta gigantesca que ocupou as planícies europeias há cinco mil anos.

Apesar de se tratar de um artigo invulgar, por razões que serão apresentadas a seguir, a vida de Simona teria provavelmente passado desapercebida fora da Polónia não fossem as fotografias do seu companheiro, Lech Wilczek. As fotografias documentam a convivência de ambos com animais selvagens, como javalis, corujas, linces, corvos, entre muitos outros. Estes animais viviam na sua casa, Dziedzinka, uma cabana de madeira no meio do bosque, sem água nem eletricidade, que habitaram por mais de 30 anos. Os animais eram órfãos ou deficientes, entregues por populares quando souberam que Simona tomava conta deles. Tal feito mereceu-lhe a alcunha de bruxa, que ela adotou: «Após viver tanto tempo no Bosque de Białowieża, a um certo momento apercebi-me que cruzei a linha e estou do lado das árvores e dos animais (...). Conheço tão bem a sua linguagem que deveria ser queimada como uma bruxa» (Simona, 2022)[2]. Ao longo da vida cruzou sistematicamente outras linhas, entre a ciência e o animismo, o ativismo, a arte e a literatura, sempre com o propósito de diminuir a distância entre os humanos e as outras espécies.

Simona formou-se em biologia e ciências florestais, mas considerava-se zoopsicóloga. O seu objetivo era estudar os mamíferos no ambiente selvagem e para os compreender absorveu a floresta toda. O livro *A Saga do Bosque de Białowieża*[3] é um tributo a todos os mortos que a constituem ao longo de milénios e ao seu potencial de gerar vida continuamente, que se encontra ameaçado pela incompreensão, por encontros violentos com humanos e por engenheiros florestais que pretendem disciplinar a floresta, transformando-a num espaço onde as criaturas selvagens já não têm lugar. Apesar de muitas pessoas advogarem o respeito por espécies selvagens, Simona estabelece com as criaturas da floresta uma relação muito particular, visceral e íntima, usando como porta de entrada a maternidade.

Ao longo da história, existem numerosos relatos de mulheres que amamentaram crias de outras espécies, assim como de crias humanas amamentadas por animais[4]. A amamentação pode momentaneamente diluir as barreiras que separam os indivíduos entendidos como autónomos e distintos. Simona Kossak entra na floresta de Białowieża como cientista que estuda mamíferos, e como mamífera: «a fundação de todos os comportamentos sociais e da sociedade está em algo simples, na mãe e na sua criança (...) dois indivíduos têm de virar as costas ao seu egoísmo pelo bem dos interesses do outro (...) quando o indivíduo egoísta vai ao resgate de outro indivíduo ou partilha o seu corpo alimentando o outro com leite (...) é o início de comportamentos altruístas, que começa sempre com a vinda de um bebé a este mundo»[5]. Enquanto mamífera, a sua história é traumática: foi rejeitada pela mãe, que se recusou a amamentá-la. Não teve filhos (humanos), mas era uma cuidadora nata; a sua história é contada por outras mulheres da sua família (Simona, 2022). Enquanto cientista, amamenta crias de corças para se incorporar no grupo social e seguir o seu comportamento sem lhes causar stress ou medo.

> É essencial para ver o mundo de uma forma encantada, repleta de sentido, entendendo os outros seres como pensantes.

A observação de mamíferos no seu habitat é extremamente difícil e são frequentemente estudados à distância, a partir de análise das fezes e outros materiais biológicos e marcas deixadas para trás. A telemetria permitiu a monitorização remota de animais e a obtenção de dados sem observação humana direta, método que requer que os animais sejam capturados para lhes colocarem aparelhos que podem ameaçar a sua vida ou causar-lhes desconforto se mal aplicados. Simona desenvolveu outro método: criou um *habitat* na floresta de forma a satisfazer as necessidades psicofísicas das corças. Montou uma cerca de 21,34 hectares numa parcela de bosque onde as corças tinham alimento e lugares de repouso todo o ano, onde podiam viver sem stress de sobrepopulação, mas impedidas de emigrar. As corças exibem fenómenos de *imprinting*, estabelecendo vínculos com a pessoa cuidadora como se fosse a mãe nos primeiros dias de vida. Para a vinculação ser bem sucedida, a pessoa tem de participar nas atividades de carácter social, isto é, comportar-se como uma mãe corça. As mães lambem as crias, em particular a região anal, para estimular a defecação e a micção, e consequentemente a sucção do leite. Se na primeira fase da vida estas práticas são unilaterais, mais tarde tomam um carácter recíproco.

Antes e após alimentar os animais, Simona massajava-lhes o rabo com um toalhete humedecido em água morna. Os habitantes locais observavam o seu comportamento, atónitos. Os roços e lambidelas na cabeça e no pescoço tornaram-se mútuos. A incorporação de Simona no grupo de corças foi completa, e estas avisavam-na de perigos como fariam a qualquer outro membro do grupo.

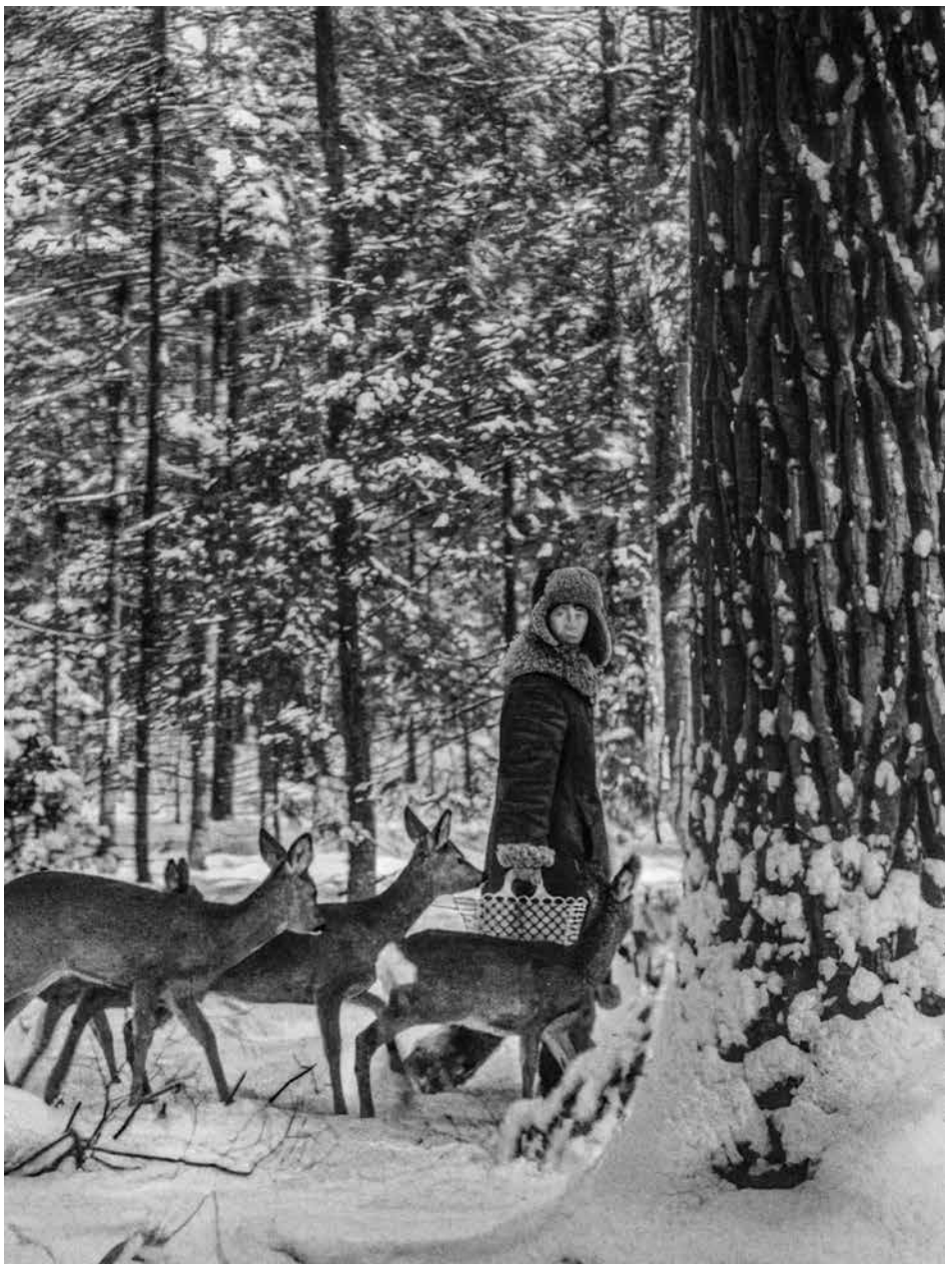
Foi desta forma que Simona pode estudar os hábitos alimentares com proximidade, observando as plantas consumidas e rejeitadas, e o seu comportamento livre da pressão antrópica. Este método também tinha as suas limitações, devido à territorialidade e agressividade dos machos que impedia as observações e perturbava o comportamento em certas alturas do ano. Mas estudar mamíferos com proximidade teve também efeitos na observadora. Simona começou, nas suas palavras, a aprender a linguagem dos animais. Adotou uma cria de lince como filha, e quando esta morreu num acidente doméstico trágico, experimentou o luto como qualquer mãe. Porém, a relação empática que

Simona estabeleceu com a floresta não se restringia aos mamíferos: ela reconhecia a alma da floresta. Diz-nos na *Saga*: «a floresta Białowieża está a morrer (...) a ameaça mortal é o orgulho do homem – a floresta gerida (...) devora lugar após lugar a natureza selvagem e livre (...) a sua alma, exilada do tronco apodrecido, chora nos seus últimos refúgios». A linguagem aparentemente poética de Simona contrastava com a sua racionalidade: cortou relações com a sua sobrinha quando esta levou o filho a um xamã na Mongólia, após ter ficado paralisado supostamente por tomar uma vacina. O que seria para Simona a alma da floresta, entendida de forma científica? Parece estar em linha com o entendimento de alma que o antropólogo Eduardo Kohn constrói a partir do seu estudo na floresta amazónica do Equador[6]: a alma é o que nos permite relacionar com outros seres enquanto seres. É essencial para ver o mundo de uma forma encantada, repleta de sentido, entendendo os outros seres como pensantes. A alma é incorporada, e a floresta gerida sem alma é o desencantamento do mundo. O único sentido passa a ser ditado pelos florestais: a produção de madeira.

Simona estabelece com as criaturas da floresta uma relação muito particular, visceral e íntima, usando como porta de entrada a maternidade.

A floresta gerida, tal como ditada pela engenharia florestal, assenta na autoridade e na disciplina. Em Białowieża, essa autoridade assumiu configurações particulares após a Segunda Guerra Mundial. A floresta ficou nas mãos da burocracia do estado, e a vontade dos florestais disciplinarem a natureza ganhou um novo fôlego. Mas a partir da vitória do Solidariedade nas revoluções de 1989, a visão produtivista foi enfrentada ferozmente pelos movimentos ambientais[7], e em Białowieża os florestais foram confrontados por biólogos e por ativistas que queriam romper com a autoridade e a disciplina, deixando a floresta entregue a si mesma. Este desejo de libertação manifestou-se na ordem social e na recusa de papéis fixos para as mulheres, na reabertura das feridas entre pessoas de diferentes etnicidades, e na vontade de outra globalização, do combate à corrupção e de democracia. Białowieża viveu bloqueios de máquinas e buldózeres, ativistas acorrentados a árvores centenárias e batalhas sócio-legais contra a exploração de madeira ilegal. Simona foi consultora da Pracownia[8], uma organização ambiental que advoga a filosofia da ecologia profunda e vê os humanos como parte da natureza ao invés de separados dela, central na proteção de lobos e da floresta Białowieża. Empregou todas as suas forças para este fim e ficou conhecida pela sua «visão inflexível» relativamente à natureza[9].

Simona comunicou constantemente a perspetiva dos animais com quem contactou diariamente: «eu atuo em nome deles; formei-me em biologia como especialista em psicologia animal, mas só os anos passados na floresta me ensinaram a sua linguagem» (Simona, 2022). Procurou de todas as formas conectar empaticamente os seres humanos com as criaturas da floresta, para adotarem o seu ponto de vista, recordando as inúmeras dádivas do bosque à humanidade, desmistificando o comportamento dos predadores e encontrando alternativas para uma coexistência respeitosa e pacífica. Simona estabeleceu ligações emocionais com animais que as outras pessoas viam como assustadores e agressivos, que eram mortos ao menor incidente com humanos sem intérpretes de comportamento. Escreveu livros para adultos e crianças onde as plantas e animais são os protagonistas, e fez programas de rádio ao longo da vida. Fumou sempre. Morreu em 2007, e está enterrada em Porytem, onde os seus avós se casaram.



NOTAS

1 Simona Kossak (1981). Hand-rearing and care of a group of roe-deer. Acta Theriologica, 26(11), 207-218. Disponível em: https://tinyurl.com/55jzvaah

2 Simona (2022). Realizado por Natalia Koryncka-Gruz. https://dafilms.com/film/15924-simona

3 Simona Kossak (2016). Saga Puszczy Białowieskiej. Marginesy.

4 https://tinyurl.com/z9w5jdyw

5 Excerto do filme "Infância", em Simona (2022).

6 Eduardo Kohn (2013). How forests think: Toward an anthropology beyond the human. Univ. of California Press.

7 Eunice Blavascunas (2023). How the communist past troubled relationships between foresters and biologists. Disponível em: https://tinyurl.com/3yducfu6

8 Tracie Wilson (2006). Science, Cynicism, and the Greater Good: Identity and Environmental Discourse in Poland. Anthropology of East Europe Review, 24(1), 66-75.

9 https://tinyurl.com/te6nbj74

O Fórum Ibérico de Cooperativas Integrais

FILIPE OLIVAL
FILIPEOLIVAL@JORNALMAPA.PT

Nos dias 16, 17 e 18 de Maio realizou-se mais um Fórum de Cooperativas Integrais, desta vez em terras hispânicas. Um dos objetivos deste evento, promovido pela cooperativa extremenha Actyva, sediada em Cáceres, era precisamente estender ao resto da ibérica península a Rede nascida em 2022, na sequência do 1º Fórum de Cooperativas Integrais[1], e tentar aproximar os projetos que, inspirados pela vaga do cooperativismo integral catalão do pós-Grande Recessão, persistem nas insubmissas terras d'*el rey*.

O modelo de «cooperativa integral» é apresentado pela primeira vez no segundo panfleto do Colectivo Crisis – *¡Podemos!*[2] – como uma ferramenta que facilitaria o «processo de independência progressiva do mercado e do Estado». Financiados pelo dinheiro que Enric Durán «expropriara» a 39 entidades financeiras, 350.000 exemplares desta publicação terão sido distribuídos, em 2009, por todo o território nacional, inspirando a multiplicação deste modelo por vários territórios[4], visando a construção de «espaço[s] de relações económicas autogeridas entre os participantes [que os proteja] tanto quanto possível da ação da banca e do Estado». Da mesma proveniência terão sido os fundos utilizados para criar, em 2010, a Cooperativa Integral Catalana (CIC).

Quinze anos depois, e com Enric Durán ainda na prisão por alegada burla relacionada com a venda de criptomoedas[5], o movimento das cooperativas integrais parece estar a ganhar um novo impulso com uma vaga vinda de Oeste. No dia 16, reúnem-se no Ateneo de Cáceres membros das cooperativas Minga (Montemor-o-Novo), Regenerar (São Luís, Odemira), Converge (Cova da Beira), Geradora (Guarda), Rizoma (Lisboa) e Uma Boa Questão (Caparica) para estabelecer alianças para lá das fronteiras nacionais. Após uma apresentação sobre o percurso da portuguesa Rede de Cooperativas Integrais, a memória do projeto da CIC é evocada pela cooperativa Poblet, que procura continuar em terras catalãs o legado desse sonho coletivo que se começara a materializar em 2010. A tarde foi dedicada sobretudo à soberania digital, com a apresentação do software de gestão Coops.pt, desenvolvido pelo Alexandre Castro, da cooperativa Minga; do sistema de contabilidade GNB, da cooperativa Estraperlo (Castilla-La Mancha); e uma introdução a *tokens* e *non-fungible tokens* (NFTS) cooperativos pelo Tiago Quintans, da cooperativa Uma Boa Questão. Fechou-se o dia com breves apresentações de todas as cooperativas presentes e um convívio na sede da CNT, com direito a hambúrgueres de produção local e cerveja preparada por um membro da cooperativa.

Das cooperativas que nascem dessa primeira vaga moldada pela crise de 2008, a experiência extremenha parece ter sido a única a vingar. Nascida em 2013, em Cáceres – e contando desde o início com o apoio do sindicato anarquista CNT –, a Actyva reúne hoje mais de 500 sócios e integra mais de 20 projetos económicos distintos, que vão desde a agroecologia ao artesanato, saúde e educação. E foi precisamente na sua escola – Alaire –, em grande medida inspirada pela experiência libertária de Paideia[6] e no movimento da Escola Moderna, que acolheram o segundo dia do Fórum, onde a autonomia no mundo digital voltou a ser um tema quente. A cooperativa Estraperlo, com sede em Albacete, apresentou o seu projeto de *software* livre – Komun –, cujas ferramentas vão desde uma nuvem para armazenar ficheiros a correio eletrónicos, documentos colaborativos, sistemas de videochamada, mapas interativos, fóruns digitais e *podcasts*. Outro foco foi as finanças éticas, com o notável exemplo da Coop57. Só entre 2021 e 2024, esta cooperativa de serviços financeiros realizou 1.342 empréstimos a entidades da economia social e solidária, ultrapassando um valor total de 100 milhões de euros. Tendo iniciado a sua atividade na Catalunha, a Coop57 está também representada na Galiza, Astúrias, Andaluzia, Madrid, País Basco e Aragão. Outro tema que obteve grande destaque foi a governança. Organizados em diferentes grupos de trabalho, as participantes refletiram sobre a estrutura (mais ou menos horizontal), métodos de tomada de decisão (votação ou consentimento, mais ou menos formalizados) e participação (todas elas sofrendo da tendência para a acumulação de demasiadas responsabilidades em poucas pessoas) nas diferentes cooperativas. Ficou-se ainda a conhecer o caso da moeda comunitária o Actyva – *cantil* – que permite fomentar a troca de bens e serviços entre membros – mas também entre outras organizações registadas na plataforma Community Exchange System – evitando o pagamento de IVA.

O dia de encerramento foi passado em Valdeflores, no terreno em que a cooperativa extremenha desenvolve a sua atividade pecuária. Aqui encontramos uma impressionante quantidade de ovelhas merinas pretas, uma raça em risco de extinção, cuja lã é lavada na Guarda, na falta de instalações adequadas nas proximidades, para depois ser vendida em novelos ou transformada em peças de vestuários pelas próprias cooperantes. Este terreno está também em risco de ser engolido pelo projeto de uma mina de lítio mesmo nos arredores de Cáceres. Entre oficinas de artesanato com lã e de pintura de murais com cal, o evento foi-se tendo por desfecho numa roda de partilha de reflexões sobre as experiências trocadas e de perspetivas para o futuro do movimento das cooperativas integrais, ora em Português, ora em Castelhano.

NOTAS

1 «Próxima Paragem: Cooperativas Integrais», Jornal MAPA 36

2 https://bit.ly/4jxmDri

3 Na primeira publicação do Colectivo Crisis, Durán conta ter roubado 492.000€, na forma de 68 empréstimos que nunca tencionara pagar, servindo-se de uma empresa fantasma e recorrendo à falsificação de vários documentos (link@).

4 Em 2014, Juan Manuel Cáceres falava de 15 cooperativas integrais em Espanha e uma em França. «Las cooperativas integrales: Modelos de transformación local», Juan Manuel Bellido Cáceres, em: https://bit.ly/4jBO8jI

5 Quase um ano depois da sua detenção, Enric Durán é colocado em liberdade condicional no dia 28 de Maio de 2025. Ver: https://bit.ly/4kASN6D

6 https://www.paideiaescuelalibre.org/

IV Encontro de Ecologia Política: Territórios e Resistências

FILIPE OLIVAL

O Encontro de Ecologia Política, que teve lugar entre 23 de Maio e 1 de Junho em Coimbra e Lisboa, organizado pela Rede Ecologia Política, reuniu investigadores, ativistas, artistas, pedagogas e outras pessoas empenhadas em pensar e agir criticamente sobre questões socioambientais, com um foco especial nas dinâmicas de poder que lhe estão subjacentes. No Centro de Estudos Sociais (CES), o extrativismo foi o tema de abertura, com o lítio e a alegada «transição energética» à cabeça, tomando como casos de estudo os projetos (e respetivas resistências) do Barroso e de Cáceres. Ao longo do primeiro dia, debateram-se investigações que percorrem o globo, no espaço – do mundo rural português à Amazónia brasileira – e no tempo – do presente à história dos movimentos pela justiça climática, precedidos pelas ocupações de praças no rescaldo da Grande Recessão. Já no pátio da República dos Inkas, mapearam-se os problemas socioambientais de quatro territórios – o Alentejo, o Barroso, Coimbra e a Amazónia –, no contexto da oficina «Análise da Soberania da Terra», onde se avaliou e se pensou como expandir o grau de soberania das comunidades locais sobre os seus meios de subsistência.

O segundo dia foi marcado por debates sobre lutas ecofeministas – sobretudo na América do Sul (mas também em Goa) –, agronegócio e veganismo, e ainda sobre arte comunitária como ferramenta para tecer ecossistemas de cuidado e bem viver. Do CES, seguiu-se para a República do Bota Abaixo, onde tinha lugar uma roda de conversa sobre a importância das repúblicas para a cidade de Coimbra e o seu papel na formação do pensamento crítico e na possibilidade de vida comunitária numa sociedade cada vez mais individualista. Ambos os dias tiveram por desfecho sessões de cinema, marcadas pelos filmes *Amazônia, a Nova Minamata?* (2022), de Jorge Bodanzky, e *Behemoth* (2015), de Zhao Liang, respetivamente.

Já em Lisboa, o Encontro foi aberto, no dia 30, pela dramaturga Patrícia Paixão, do Teatro Estúdio Fontenova, co-criadora de peças como *à flor das águas* (2022) e, mais recentemente, o western satírico *FOICE* (2025)[1]. Entre o Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS), debateram-se as implicações das barreiras hídricas (com destaque para o projeto da Barragem do Pisão) e a libertação dos cursos de água; saberes tradicionais e indígenas; quilombos e lutas antirracistas; resistência rural e soberania financeira coletiva; monoculturas agrícolas e energéticas; agroecologia, gestão marítima e comunidades de energia. O Encontro teve continuidade na cooperativa Rizoma, com uma conversa sobre informação crítica e tecnologias alternativas, onde o Jornal MAPA se juntou à revista Ebulição, à plataforma Roda Inquieta e à Oficina Democracia e Ecologia Tecnológica (ODET), responsável pela organização do primeiro Festival de Tecnologia Popular, em Setúbal[2]. O dia terminou com a exibição do documentário *La Cuenca: Ontologías del Agua* (2023), realizado pelo coletivo Left Hand Rotation, que aborda as lutas Mapuche pela recuperação da soberania hídrica.

O dia seguinte começou com a inauguração da exposição fotográfica em cianotipia *Greve Climática Estudantil*, da autoria de Catarina Leal, também colaboradora do Jornal MAPA. Seguiram-se oficinas sobre democracia económica e contra-cartografias hídricas, uma mesa redonda sobre os movimentos sociais do Litoral Alentejano, a apresentação do livro *Insurgent Ecologies*, do coletivo editorial Undisciplined Environments, e uma sessão do jogo cooperativo -A-sembleia. O jantar, composto por uma impressionante e deliciosa ementa vegetariana, foi garantido pela cantina itinerante À Mesa. O encerramento do Encontro teve lugar no dia 1 de Junho, na Nova FCT, com a escuta de gravações que surgiram do trabalho de campo feito junto de movimentos pela justiça ambiental.

NOTAS

1 "Uma FOICE em luta pela areia", Jornal MAPA #45

2 "1.º Festival de Tecnologia Popular de Setúbal: construir alternativas em coletivo", Jornal MAPA #45

Raízes do futuro

JÚLIO HENRIQUES

Foi uma surpresa – uma bela surpresa – a realização, em Lisboa, em 11 de Janeiro de 2025, do encontro promovido e organizado pela Azimuth World Foundation, intitulado Raízes do Futuro – Diálogo com Povos Indígenas e Aliados sobre Cultura, Ambiente e Direitos. Este encontro reuniu uma quinzena de autores, autoras e activistas, membros e aliados de diversas comunidades autóctones de África, América do Sul, EUA e Portugal (associação Unidos em Defesa de Covas do Barroso (UDCB)). O local escolhido foi o Pavilhão do Conhecimento, situado numa zona afastada do centro e muito «modernizada», o Parque das Nações, mas a afluência de público foi considerável. Bem organizado e absorvente, o programa decorreu das 10 da manhã até às 7 da tarde, com um pequeno intervalo para almoço. Apesar da muita informação transmitida pela organização, devemos notar que nenhum órgão da dita «comunicação social» se dignou estar presente – teria sido um luxo…

A Azimuth Foundation segue uma orientação de defesa dos povos indígenas semelhante à da Survival International (fundada em Londres em 1969), com a qual não parecia ter ainda ligações. Foi criada em 2019 por Mariana Marques, bióloga de conservação portuguesa que, nesse ano, passou a residir nos EUA, e por Terry Rockstad, da Rockstad Foundation, organização filantrópica norte-americana. Tem a sua sede no Dakota do Norte, num território ancestral dos Tséstho'e (Cheyenne) e Ochéthi Šakówiŋ. A Fundação tem vindo a apoiar projectos de comunidades indígenas, designadamente no Sudão do Sul, Colômbia, Ruanda, Equador, Quénia, Papua Nova Guiné, EUA, Alasca, Congo, Uganda. Os seus fundadores estabeleceram um caminho para esta organização baseado em três pontos de referência: Saúde, Água e Natureza. Na intersecção destes pilares, procuram distanciar-se da visão atomística que isola as questões sociais, humanitárias e ecológicas e avançar para uma abordagem holística que há muito tempo é inerente à matriz cultural de muitos povos indígenas.

Os vídeos que publica (a série de *podcasts* "Connecting the Dots"), designadamente as sólidas entrevistas de Mariana Marques com activistas indígenas de diversas comunidades e países, constituem excelentes fontes informativas e formativas.

O encontro de Lisboa contou, na organização, com a participação de dois outros activistas portugueses, Carla Santos e Francisco Soares. E a apresentação por escrito desta iniciativa foi explícita: «Vivemos um momento de múltiplas crises inter-relacionadas – ambientais, sociais, epistemológicas. Os sistemas dominantes de conhecimento, educação e desenvolvimento revelam-se inadequados perante os desafios que enfrentamos como humanidade. Neste contexto, as vozes dos povos indígenas e das comunidades tradicionais são fundamentais não apenas pela sua resistência secular, mas pela sabedoria das suas visões do mundo e práticas de vida. Estas comunidades, que preservaram a biodiversidade dos seus territórios durante milénios através de relações harmoniosas com a natureza, oferecem-nos perspectivas vitais sobre outras formas possíveis de conhecer, educar, criar e habitar. Para ser verdadeiramente transformadora, qualquer transição – energética, social ou educacional – precisa de reconhecer e aprender com estas outras maneiras de ver e estar no mundo.»

Após a abertura das sessões, por Mariana Marques, presidente da Azimuth, e uma bênção tradicional por Christine Kandie, porta-voz do povo Endorois, do Quénia, mergulhou-se da melhor forma nas matérias com a projecção, seguida de conversa com a autora, do documentário *Águas do Pastaza*, de Inês T. Alves. Este centra-se numa comunidade de crianças Achua, que vive em harmonia com os ritmos da natureza nas profundezas da floresta amazónica, entre o Equador e o Peru, uma extraordinária lição de vida para crianças e adultos.

Rui Diogo, investigador português que trabalha nos EUA, na Howard University, autor de ampla bibliografia, abordou numa palestra por vídeo «a urgente necessidade de transformar a relação entre academia e conhecimento tradicional», a partir da sua experiência na intersecção entre biologia e antropologia.

> As vozes dos povos indígenas e das comunidades tradicionais são fundamentais não apenas pela sua resistência secular, mas pela sabedoria das suas visões do mundo e práticas de vida.

Os cineastas Renée Nader Messora e João Salaviza, que trabalham há mais de uma década com o povo indígena brasileiro Krahô, no norte do estado do Tocantins, expuseram as condições ecológicas e sociais do Cerrado, o segundo bioma mais importante do Brasil, para situar a sua empenhada aliança com esta comunidade, muito visível nas duas longas-metragens com ela realizadas, *Chuva é Cantoria na Aldeia dos Mortos* (2018) e *A Flor do Buriti* (2023), ambas premiadas no Festival de Cannes (na Flauta de Luz, nº 8, 2021, pode ler-se uma instrutiva entrevista com eles, sobre o profundo sentido do seu cinema).

À tarde, três poderosas intervenções de mulheres, activistas e autoras, centraram-se em urgentes questões africanas. Jacque Macharia, Coordenadora Regional para África do Indigenous People's Assistance Facility no Samburu Women Trust, do Quénia, partilhou a sua reflexão sobre o modo como as comunidades pastoris africanas estão a ser afectadas pelas propostas globais de luta contra a tripla crise planetária, defendendo a urgência de uma transição justa que respeite os direitos e conhecimentos das comunidades que há séculos preservam os seus territórios.

Aby Sène-Harper, professora de conservação e desenvolvimento na Universidade de Clemson (Carolina do Sul), analisou o papel fundamental dos sistemas agrários e de propriedade indígena na conservação global e as lutas territoriais que as comunidades travam contra mistificadores modelos conservacionistas neoliberais, expondo como estes sistemas agrários contribuem para a preservação da biodiversidade.

Christine Kandie, defensora incansável dos direitos dos povos indígenas, das mulheres e das pessoas com deficiência, partilhou a experiência do povo Endorois. Após ter sido expulso das suas terras ancestrais para nelas ser criada uma reserva turística, enfrenta os agravados impactos das alterações climáticas, revelando a oradora como estas injustiças afectam em especial mulheres e pessoas com deficiência, e o papel crucial das mulheres indígenas na preservação do território e da cultura.

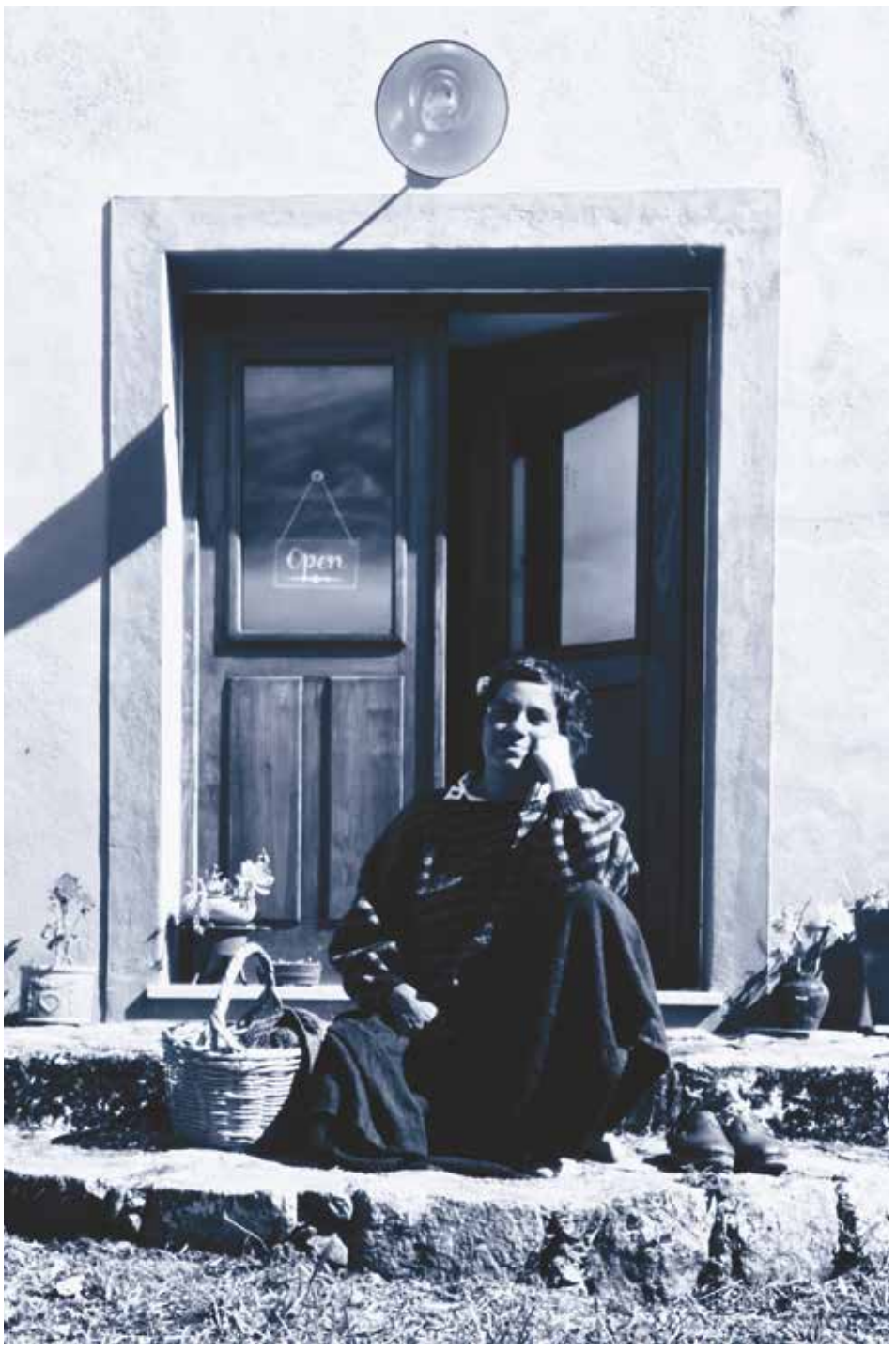
A associação UDCB teve uma bela participação plural, com as incisivas intervenções dos agricultores Nelson Gomes, presidente da UDCB, e Aida Fernandes, presidente do Conselho Directivo dos Baldios, da professora Catarina Scarrot e da investigadora Mariana Riquito, que tem documentado criticamente a chamada «transição energética».

O contador de histórias e fotojornalista Kilii Yuyan, de origem siberiana, fez uma apresentação magistral do que são os guardiães da vida. Centrando-se na Sabedoria da Conservação Indígena, narrou com arte e alegria histórias de diversos povos ancestrais do mundo, ao mesmo tempo que projectava impressionantes fotografias relativas a essas histórias, lembrando que os povos indígenas são responsáveis pela gestão de quase 40% dos territórios biodiversos do mundo.

Participaram ainda, na parte final do encontro, dois activistas indígenas brasileiros, Ellen Pirá Wassu, poetisa doutoranda na Universidade do Minho, e Edson Krenak, sobre o conceito de Florestania, intimamente relacionado com a literatura indígena.

Da floresta ao artesanato da lã

Um encontro com Marisa Arosa González em Vale de Ródão



Marisa no estudio

JÚLIO HENRIQUES E JOËLLE GHAZARIAN

A atracção de Marisa Arosa pelo trabalho da lã já tinha algum lastro, mas quando ela, o marido Ricardo Ceia, e os dois filhos, Rafael e Malva, se fixaram, há uns anos, numa pequena aldeia que faz parte da freguesia de Marvão – Vale de Ródão –, isso tornou-se mais declarado e decidido.

Vale de Ródão, no Parque Natural da Serra de São Mamede, é o nome (de origem céltica) da discreta aldeia, de povoamento disperso, que nos declives ocidentais de Marvão se distribui pelo vale homónimo virado para as bandas de Castelo de Vide. A sua frondosa e verde paisagem alberga pastagens que são percorridas, ao longo do ano, por rebanhos de ovelhas, os quais, na sua simples liberdade, conferem a todo o vale uma aura de calma harmonia.

Foi ao aperceber-se da importância desta pastorícia e da abundante lã dela resultante, por vezes desperdiçada, que Marisa desejou tornar-se fiadeira, criando um nome de fabrico, Abenaia, palavra local, de provável origem árabe ou judaica, que designa um terreno próximo. Marisa apresenta esta marca com sucintas palavras: «A lã Abenaia […] provém da tosquia primaveril de ovelhas merino que percorrem diariamente bosquetes e olivais em pastoreio livre. Para garantir a sustentabilidade da criação de ovelhas e assegurar bons-tratos aos animais, é oferecido um preço mais justo directamente aos produtores. Os velos são escolhidos no momento da tosquia e desbordados pela artesã. A lavagem, a cardação e a fiação são realizadas por processos mecânicos numa fiação da Serra da Estrela ou exclusivamente manuais com a finalidade de obter artigos distintos. As meadas de lã fiada são tingidas num aperfeiçoado procedimento artesanal, isento de substâncias poluentes. Neste processo são combinados pigmentos vegetais extraídos da flora local na época adequada, com água de uma nascente própria […]. As tinturas são realizadas sobretudo durante o Inverno, num fogão a lenha de alto rendimento onde são queimados sobrantes agrícolas e florestais para aquecimento do ateliê e secagem da lã».

No caso de Marisa, cidadã de origem galega, a sua mudança implicou uma forma de inesperada dissidência. Engenheira florestal, formada pela Universidade de Santiago de Compostela, o seu percurso investigativo sobre ecologia terrestre levou-a a estudar profundamente o montado em Portugal, sobre cuja regeneração fez o seu doutoramento[1]. Realizou uma parte importante desse seu trabalho de campo na Herdade do Freixo do Meio, perto de Montemor-o-Novo, e, para o efeito, foi morar numa aldeia próxima, levando muito a sério a investigação *in loco*. E embora tenha realizado vários outros trabalhos investigativos de âmbito florestal, inclusive nos Açores, o apelo do artesanato da lã acabou por vir ao de cima.

Explica-o com simplicidade, invocando os filhos, um rapaz de 11 anos e uma menina de 8, o desejo de fazer alguma coisa que lhe permitisse estar com a família, um meio de vida que tivesse sentido naquele novo lugar e que em si mesmo aliasse o útil ao necessário.

> Os pastores nossos vizinhos conhecem bem os tosquiadores, que são de cá. São pessoas que cuidam muito dos animais e fazem questão de contar com bons tosquiadores.

Como foi que te decidiste pelo trabalho da lã?

Foi quando viemos morar para Vale de Ródão. Comecei a ver que os nossos vizinhos não conseguiam escoar a lã que produziam. Quando andávamos à procura de casa já sonhava com um ateliê, uma oficina, e foi nesta casa que isso aconteceu. Só que, posteriormente, ficámos a saber que, por lei, a fiação não pode ser feita numa habitação, ao contrário do que sempre foi praticado na economia familiar. Tinha de ser feita num espaço dito «de indústria», com tectos mais altos. Vimo-nos obrigados a remodelar esta parte da casa para cumprir as normas.

Portanto, faço dois tipos de fio, fiado à mão, só por encomenda, e feito na fiação. Consegui que uma empresa da Guarda processe a lã que compro aos vizinhos, merino branco e merino preto. O dono desta fiação, excelente pessoa, foi sempre simpático e isso facilitou-me o trabalho, no sentido em que posso oferecer uma alternativa ao fio fiado à mão a preços mais baixos. Os fios são tingidos com tinturas naturais, obtidas principalmente com plantas do nosso entorno. Utilizo um fogão a lenha, que serve também para aquecer a casa. Isto faz-se devagar, o processo de extrair as cores é demorado, e assim é que gosto.

Tens de ir à Guarda com frequência?

Não, vou lá poucas vezes. Só lá vamos levar a lã tosquiada uma vez por ano e aproveitamos as idas do Ricardo ao trabalho de campo, ele trabalha como biólogo e têm zonas de estudo no norte do país, na zona de Viseu. Conciliamos sempre as deslocações.

É surpreendente passares do trabalho de investigação florestal para o artesanato da lã…

Sim, tive uma bolsa para trabalhar nos Açores, no Projecto Priolo, um projecto Life iniciado em 2004 para a conservação de uma ave em perigo de extinção, isto na parte nordeste da ilha de São Miguel, o meu trabalho era fazer levantamentos de vegetação. Esta área está excessivamente dominada por plantas exóticas invasoras e a superfície de floresta de Laurissilva, habitat natural do Priolo, era cada vez menor, comprometendo os recursos de alimento. O trabalho proteccionista, que ainda continua a decorrer, tem tido resultados positivos, a superfície de Laurissilva aumentou e a população do Priolo também. Ainda nos Açores conheci um professor de Coimbra, Jaime Ramos, de quem gostei muito, fiz a tese de mestrado com ele e com um professor espanhol, depois comecei a trabalhar como técnica na Universidade de Coimbra e fiz o doutoramento com a professora Helena Freitas, uma senhora com grande capacidade de trabalho e de muita sabedoria.

O trabalho de investigação era o que eu queria fazer, dediquei-me particularmente ao montado porque é um sistema muitíssimo interessante que se deve defender, e porque o trabalho com as espécies nativas me interessa.

Por outro lado, o mundo da investigação actualmente é complicado, porque temos de andar a saltitar de bolsas em bolsas e também porque se trata de muito trabalho de gabinete. Mas não entrei em conflito com a investigação, motivou-me muito poder estar com as crianças, acompanhá-las, a infância passa depressa, e não apetece tanto investir esforços em qualquer coisa de pouco tangível.

Segundo percebemos, o teu interesse prático pelo artesanato da lã surgiu aqui…

Nunca tinha pensado que iria trabalhar com animais, mas motiva-me muito fazer coisas novas e diferentes. Quando nasceu a minha filha, que tem agora 8 anos, fomos outra vez para os Açores, onde conheci um lugar curioso, A Casa de Trabalho, no Nordeste. Atraiu-me, gostava de lá ir, eram muitas mulheres, conversavam facilmente… Esta casa já existe há muito tempo. Ali, as mulheres de famílias com menos recursos podem aprender todo o artesanato que se pratica nas ilhas, dos bordados ao tear. E como vi que também se aprendia lá o processo da lã, um dia fui perguntar se podia aprender com elas… Foi assim que comecei a pôr as mãos na massa.

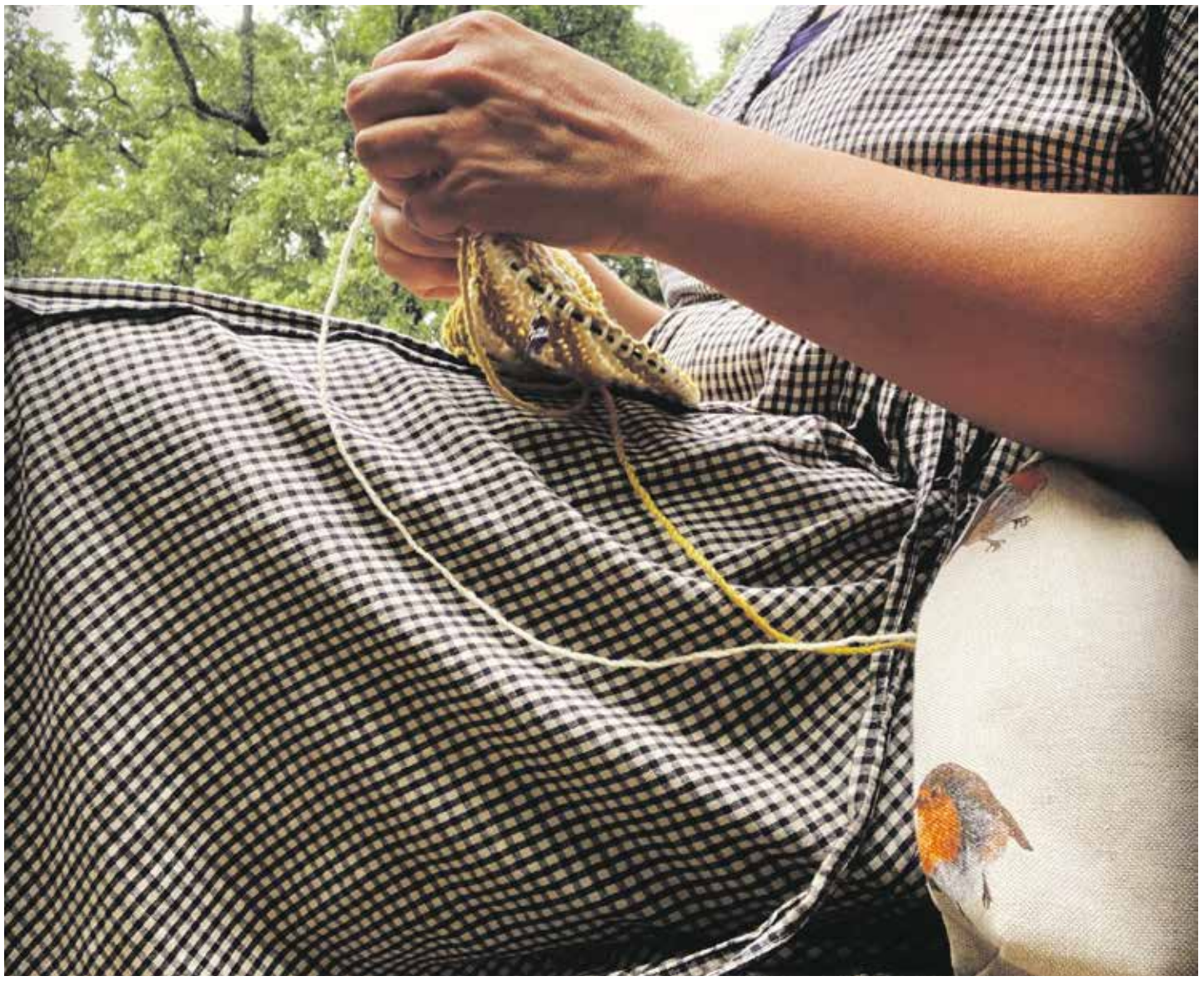
As fases do trabalho da lã são muitas?

São, são muitas, desde a lavagem até o fio estar pronto, passando por lavar, carpear, cardar, fiar, dobar, tingir…

Como difundes e vendes os teus produtos?

A difusão e venda é quase unicamente através da plataforma Instagram. Tenho também uma loja na Etsy, uma plataforma para vendas de artesanato. No Instagram mostro simplesmente o que faço, os fios, os fios tingidos e como as cores variam em cada estação e como ficam as coisas tricotadas. Tenho modelos, mas não vendo roupa feita, vendo apenas a lã.

Isto faz-se devagar, o processo de extrair as cores é demorado, e assim é que gosto.



E não dispões de nenhuma loja física?

Sim, vendo nalgumas, a nível local. Na Nave Mãe, em Portalegre, loja de produtos a granel criada há dois anos, na Toca do Chocolate, em Castelo de Vide, uma lojinha que vende bombons e chocolate quente, na loja de artesanato O Poial da Artesã, em Marvão, no Porto no Ovelha Negra. No estrangeiro, numa em Allariz, na Galiza, noutra em Londres e noutra ainda numa pequena vila nos Países Baixos.

Os tosquiadores são de cá? Perguntamos porque há zonas do país, em Trás-os-Montes, por exemplo, onde há falta deles, alguns tosquiadores vêm mesmo, sazonalmente, da América do Sul…

Os pastores nossos vizinhos conhecem bem os tosquiadores, que são de cá. São pessoas que cuidam muito dos animais e fazem questão de contar com bons tosquiadores. É verdade que um deles é neozelandês, o Marty, mas vive cá, é excelente, muito calmo, adora as ovelhas, deixa sempre o velo completo, que é fundamental para aumentar a qualidade da lã. Aqui na zona há um tosquiador, o Sr. Jeremias, de quem também gosto muito; é um homem muito gentil, de 50 anos, e o filho, de 19, acompanha-o já desde os seus 15 anos, aprendeu o ofício, fez a escola agrícola em Alter do Chão, é um jovem com grandes conhecimentos em todas as tarefas do campo.

Quando estiveste no Freixo do Meio viveste em Foros de Vale de Figueira, não foi?

Quando comecei o doutoramento, disse no Centro de Investigação onde trabalhava que ia mudar-me para lá, estava habituada a fazer trabalho de campo, fazia todo o sentido, e como o meu trabalho tinha muitíssima componente de campo, não se justificava andar a viajar de Coimbra para lá.

Voltando à lã. A tua atracção surgiu mais ou menos de repente, ou vem de trás?

Também vem de trás. Foi a minha avó materna que me ensinou a tricotar.

De uma forma mais geral, é preciso dizer que a lã é um produto nada valorizado, e eu vejo que é tão bom… É uma fibra excelente não só para vestuário, incluindo a feitura de feltro, mas também para isolamento das casas, para enchimento de mobiliário, para confecionar almofadas ou bonequinhos para crianças, na agricultura. Tem muitos usos, e é muito mais sustentável comparada com produtos similares. Vale a pena conhecermos melhor o assunto, este material decompõe-se lentamente, mas é um grande absorvente de água; o Ricardo tem-no utilizado no plantio de árvores. Além de que a sua utilização vai contra o desperdício, e nós vivemos em sociedades de enorme desperdício. Também não nos devemos esquecer do valor das ovelhas para o bem-estar do ecossistema.

O dia ainda ia muito luminoso em Vale de Ródão. O Ricardo andava a cortar lenha, aproveitando uns velhos barrotes de castanho recuperados de uma casa em reconstrução. Disseram-nos também adeus o balido de algumas ovelhas e o tilintar das suas campainhas. Até à próxima!

NOTAS

1 Maria Luisa Arosa González, *The Decline of Cork Oak Woodlands: Biotic and Abiotic Interactions in Portuguese Montados*, Universidade de Coimbra, 2016, disponível em http://hdl.handle.net/10316/29554.

A nossa defesa é o decrescimento

As actuais políticas de armamento pressupõem um desenvolvimento industrial em marchas forçadas. Num tal contexto de «união sagrada», o decrescimento é encarado como uma traição. E se ele fosse mesmo a única saída para pacificar as relações internacionais, num mundo em que os conflitos se intensificam devido às disputas entre as potências? Uma demonstração de Anselm Jappe.

ANSELM JAPPE[1]

Ilustração: António Luís Catarino

Os contornos da nova «economia de guerra» que nos anunciam na Europa e noutras paragens são ainda muito vagos. Acreditarão deveras os nossos governantes na possibilidade duma guerra na Europa? Ou trata-se essencialmente de um pretexto para a realização de outros objectivos? Reactivar a economia contando com os lucros enormes da indústria militar? Reduzir os benefícios sociais, obrigar toda a gente, e sobretudo os pobres, a trabalhar cada vez mais em condições degradadas? Aumentar a repressão, fazer calar toda a contestação em nome da «união sagrada»? Acabar com todas as considerações ecológicas ou tecno-críticas, as quais não fariam senão «entravar» a economia, que constitui a base dos esforços de defesa? Trata-se ou não de pretextos, é o que vai acontecer. Quem se recusar a adaptar-se a esta nova dimensão expõe-se a ser acusado de «traidor», «madraço» ou «egoísta quando a pátria está em perigo». A «reindustrialização» com que desde há uns anos nos enchem os ouvidos pressupõe uma ditadura da economia.

É o decrescimento que poderá constituir uma resposta à pressuposta alternativa entre rearmamento e capitulação face a quem pretenda subjugar-nos

Neste contexto, o decrescimento será cada vez mais designado como o inimigo público número um. Desde há muitos anos, ele já é o pesadelo preferido de todos os defensores da sociedade capitalista-industrial. Basta ele ser evocado para se pôr logo um ponto final em qualquer debate, sem precisarem de outros argumentos: designar um adversário como «defensor do decrescimento» é equivalente à acusação de «comunista», nos Estados Unidos da década de 1950, de qualquer opositor político. Obviamente, sem crescimento económico não há rearmamento. Propor o decrescimento seria, pois, uma sabotagem feita a partir de dentro, um presente dado ao inimigo.

O preço da liberdade

No entanto, é o decrescimento que poderá constituir uma resposta à pressuposta alternativa entre rearmamento e capitulação face a quem pretenda subjugar-nos. Uma sociedade desindustrializada terá a possibilidade, pelo menos parcialmente, de ficar fora de um mundo em guerra. Quanto mais industrializado é um país, mais ele depende do mercado mundial: precisa de recursos situados noutras paragens, de componentes para a sua produção, de mão-de-obra barata ou, pelo contrário, muito especializada, e de mercados de destino para os seus produtos. É habitual apresentar-se a existência de uma indústria muito desenvolvida como garantia de independência e de «soberania». Na realidade, porém, é o contrário. Quanto mais desenvolvida for a indústria de um país, mais ela é vulnerável, incapaz de sobreviver sem a concorrência do mundo inteiro.

Por conseguinte, só uma drástica redução do consumo e da produção pode garantir uma verdadeira independência. O país cuja produção depende fortemente do estrangeiro encontra-se inevitavelmente ligado aos conflitos geopolíticos que decorrem da economia mundial. E se ele não puder ou não quiser fazer uso da força, tem de implorar, de se submeter a chantagens, ou de aceitar o inaceitável. Até mesmo países poderosos se calavam, após uns quantos protestos verbais, perante violações dos direitos humanos ocorridas num país «parceiro», logo que este ameaçasse anular encomendas, deixar de comprar armas ou de vender noutro lado os seus recursos (esta frase é aqui redigida no passado, porque agora os governos «democráticos» já nem sequer aparentam inquietar-se com tais violações, demasiado preocupados com a possibilidade de as suas economias sofrerem o mais pequeno dano. A impunidade da Total na Rússia, em França, no Uganda e noutros países é um dos exemplos mais evidentes).

É claro que essa retirada do mercado mundial teria um preço. Fim de *smartphones* ou de centrais nucleares, fim de baterias de lítio ou de casas sobreaquecidas. Será esse preço muito elevado? É o que dirão os que afirmam prontamente… que a liberdade tem um preço, que por ela é preciso fazer sacrifícios, que é preciso merecê-la e que afinal a cobardia custa caro. Mas, como sabemos, neste discurso os «sacrifícios» são sempre os pobres que devem fazê-los, «apertando o cinto», e agora é também a natureza que deve ser «sacrificada». Em contrapartida, renunciar a comodidades que há trinta anos nem sequer existiam, como a quinquilharia electrónica, é apresentado no discurso dominante como um sacrifício muito excessivo. Ora, pelo contrário, é exactamente em prol destas comodidades que se entra em guerra.

No início da guerra na Ucrânia havia talvez a possibilidade de acabar com ela sem recorrer às armas: impondo um bloqueio económico total à Rússia, começando com a suspensão de toda a importação de petróleo e de gás[2]. Mas nada disso foi feito, o gás russo continuou a chegar através da Ucrânia, e a Total a fazer os seus negócios. Como dizia Marine Le Pen, o poder de compra dos franceses não pode sofrer por causa desta guerra. Do mesmo modo, perante o risco de um aumento dos preços da energia, o apoio da opinião pública alemã à Ucrânia diminuiu rapidamente numa parte da população.

Desescalada

Não se trata de negar, como faz um certo pacifismo ingénuo, que há países que podem ter intenções agressivas. Todos os grandes países as têm. O agravamento da concorrência capitalista mundial é inegável e todos os Estados contribuem para isso: não há, de um lado, agressores sem vergonha, e, do outro, vítimas inocentes ou defensores heróicos. O pensamento crítico tem efectivamente muitas dificuldades para reagir a esta nova situação, em que a multipolaridade de alianças variáveis substituiu a antiga Guerra Fria, que era muito facilmente legível.

Que as pessoas se contentassem com aquilo de que se dispõe num país, numa região como a Europa, seria um primeiro passo para não se ter de participar em guerras. As guerras comerciais, as guerras dos direitos aduaneiros, atingem unicamente quem importa e exporta muito. Nisto, como sempre, vale a divisa de La Boétie: «Mostrai-vos decididos a deixar de servir, e ficareis livres». Hoje, deixar de servir significa sobretudo consumir apenas o necessário.

Fim de smartphones ou de centrais nucleares, fim de baterias de lítio ou de casas sobreaquecidas. Será esse preço muito elevado?

Todavia, esta solução, mesmo no caso já bastante improvável em que um país a adopte, não resolve efectivamente todos os problemas. Que fazer com vizinhos ainda não conquistados pelo decrescimento, mas sim pela vontade de poderio? Que fazer se regimes ainda mais autoritários, com populações que acreditam ainda e sempre nos amanhãs que cantam da mercadoria, tiram vantagem das inevitáveis turbulências ocorridas nas zonas «libertadas» para nelas intervirem militarmente? Um regime armado até aos dentes, e que não hesita em usar as suas armas, irá sempre um passo em frente – ainda mais na época das guerras levadas a cabo á distância, com mísseis e *drones*, às quais não se possa opor nenhuma «defesa popular».

A defesa continua a ser um assunto pouco pensado pela crítica radical. Mas não é porque os governos e os grandes média procuram apresentá-la como a prioridade do momento que devemos ficar cegos, por reacção, perante este desagradável problema.

NOTAS

1 Filósofo e activista alemão residente em França. Os seus livros são publicados em Portugal pela Antígona. Trad. de Júlio Henriques.

2 Cf. Anselm Jappe, «Stop au gaz russe», artigo publicado na página palim-psao.fr, 27-3-2022.

vozesdedentro.noblogs.org
vozesdedentro@riseup.net
PR: Vozes De Dentro
Instagram: @vozes_dedentro

Testemunho do Linhó de um participante do Corpoemcadeia[1]

Partilhado através da correspondência, trocada durante a suspensão das atividades.

(…) adorava estar longe da poluição humana (…) tento ver televisão o menos possível, dói ver no que o mundo se está a transformar (…) continuo a acordar às 7:00, cachecol no abdómen e alongamentos (…) continuar a praticar o que nós aprendemos no projeto, alongar as costas, alongar os braços, as pernas e saber respeitar o limite do nosso corpo é como a escola, temos os deveres de casa para continuarmos a aprender. Confesso que esta determinação me faz tão bem, ao meu humor, ao meu sono (…) em cada treino levo um pouco de vocês comigo (…) ouço rádio sempre e crio com tudo isso o meu mundo para me abstrair desta greve que não tem sido fácil, não só para mim, pois no fundo do meu coração tenho pena da desgraça de todos os reclusos do Linhó que estão a ser violentamente maltratados (…) não conseguimos comprar coisas no bar por causa da fila provocada pela greve (…) é o pequeno quadrado onde nós fazemos as compras, um dia na semana no bar para quase 100 reclusos inativos (…) Houve brigas na fila, reclusos a passarem mal, reclusos esmagados contra a parede, reclusos a serem atirados ao chão pelos outros(…) o responsável do armazém não fez o carregamento, fazendo faltar alimentos pelos quais nós pagámos e acabámos por não ter nada diferente para comer no Natal e no Ano Novo. E nesta luta violenta na fila do bar, os senhores guardas e o Chefe X estavam a achar divertido e riam-se com tudo o que se estava a passar. Mesmo com dinheiro, nem papel higiénico, nem água conseguimos comprar(…) mas tudo se complicou pela falta de água. A água não estava a sair, quem fez xixi ou cocó já não podia descarregar e ficámos o dia todo sem resposta(…) os reclusos dormiram com o cheiro da urina e das fezes na cela (…) No dia 17/12, quando amanheceu, às 10:00 começaram a abrir-nos para ir buscar um balde de água, água que não era aconselhável beber, buscávamos água onde tem um cheiro nauseabundo a cocó de rato e xixi de rato. Nesse dia, a água não deu para todos. No dia 17/12(…) fomos ao pátio e deveríamos retornar às 16:30, nós, pacificamente e sem motim – ninguém fez motim –, só não entrámos porque não havia água. Então prometeram-nos 1,5 l de água como se fosse resolver o nosso problema de ter água para beber, lavar os dentes, tomar banho e deitar na sanita. Muitos começaram a fazer xixi numa garrafa e a deitar no pátio e, no desespero, houve um recluso que fez cocó num saco plástico e atirou pela janela (um recluso foi tirado da ala B e foi de castigo para a C por fazer isso). O guarda viu nas câmaras e, enquanto levavam o recluso, outro recluso foi até ao pátio, buscou o saco com cocó e mandaram-no junto com os pertences do recluso. No dia 18/12 não tivemos o 1,5 l de água que nos prometeram e o reservatório, com filas enormes, era o que nos servia até não haver mais água. No dia 19/12, novamente nos recusámos a entrar e, por isso, 1,5 l de água foi entregue e veio um trator onde buscamos apenas um balde de água. Foi uma semana terrível e, em uma semana, só tivemos 3 litros de água viável para beber. Foi o pior Natal e Ano Novo de sempre(…) Foi um fim de ano em que fomos humilhados em todos os sentidos! Onde fica o amor ao próximo? Onde ficam os direitos humanos do homem? Temos que nos alimentar com o pouco que nos dão, pois as refeições que vêm da cozinha não respeitam a quantidade de comida que tem que chegar até nós(…)Não só somos humilhados e maltratados, como a violência física contra nós cresceu. Eu vi reclusos a serem gravemente torturados pelos guardas no fim do corredor onde não há câmaras (…). Os reclusos são agredidos por diversos guardas e eu vi-os com dores físicas e mentais depois destes actos. E quando uma avó liga preocupada com o neto (…), a sua educadora, que é para ajudar o recluso, diz que é mentira, enquanto o recluso está cheio de hematomas pelo corpo. Este tratamento violento está a crescer no Linhó. Nesta greve, o recluso Y discutiu com um guarda pela manhã e, logo depois, desaparece e, quando aparece, está com os olhos roxos pelas agressões físicas que sofreu (…) As coisas no Linhó pioram a cada dia e estamos a ser psicologicamente torturados com tudo isso (…) Até agora, eu não entendi o motivo desta greve, pois os mais prejudicados o ano todo somos nós e, com a falta de água, tudo foi ainda mais prejudicial para nós. Não tivemos nenhum órgão governamental ou alguém da Assembleia da República a zelar por nós que estamos cá. E não pedimos muito, a nossa vida em reclusão já é uma desgraça e parece, nos últimos tempos, que este E.P. se transformou num verdadeiro inferno em todos os sentidos. Cá dentro não existem direitos e muito menos democracia, pois se buscamos melhorias, o tratamento violento que recebemos acaba por calar a nossa voz(…) Eu nunca vi tanta humilhação em todos estes anos em reclusão, nunca vi guardas lutar por uma greve alcoolizados. E em cada palavra foi dita a verdade(…) os criminosos não somos apenas nós (…).

NOTAS
1 corpoemcadeia.com

Raiva. Beleza. Comunidade. Esperança.

Testemunho que nos chega de Los Angeles, palco dos protestos contra as operações federais de controlo da imigração lançadas por Trump no mês de junho.

Raiva. Os meus vizinhos estão a ser raptados, os meus amigos vivem em medo. A ICE (Immigration and Customs Enforcement) está a fazer rusgas em locais de trabalho, igrejas e escolas. Nós vamos para as ruas e estamos a ser alvejados por munições "não-letais" como balas de borracha, o tipo de munições que nos dão lesões cerebrais graves, cegam-nos e matam. Mesmo com as suas ferramentas, armas, helicópteros e mais de 2000 Guardas Nacionais na cidade, eles são quase que incapazes de controlar uma área de 2.5 km quadrados. Para aqueles companheiros que vivem longe, a nossa cidade cobre mais de 1200 km quadrados. Milhões de dólares estão a ser gastos nesta operação. Lê isto e lembra-te o quão frágil estes estados são. Lê isto e ganha esperança.

Estou a rir-me na cara do nosso opressor quando penso no quanto vamos fazê-los gastar e quantos mais recursos eles vão ter de trazer para a nossa cidade. Cada obstáculo que lhes criamos durante esta revolta não só nos protege a nós e aos nossos vizinhos, mas também a todas as cidades sob o domínio dos Estados Unidos. Já fizemos isto antes, o *Stop Cop City* em Atlanta comprometeu os planos de construção de instalações de treino da polícia em todo o país.

Agora eles vão perceber que se fizerem sequestros em massa, nós vamos responder. Agora somos nós que vamos infligir medo. Hoje podemos ver que muitas outras cidades no país não vão tolerar isto. Nós estamos no precipício de uma revolta nacional.

Apesar do terror estatal, há uma beleza neste momento. Em 2020 tivemos muitos companheiros e vizinhos nas ruas a oporem-se à violência cruel da polícia. Revoltas em massa. Fizemos muitas afinidades durante esse tempo. Muitos que nunca se tinham manifestado opuseram-se à violência arbitrária. Construímos pontes durante essa altura, construímos confiança e comunidade.

No início deste ano vivemos incêndios que destruíram milhares de casas. O ar, água e terra foram envenenados. Nós é que nos protegemos. Redes em massa de apoio mútuo e de cuidado comunal foram criadas. Fabricámos filtros de ar. Demos comida, água e abrigo aos nossos vizinhos.

As relações e confiança que construímos durante as revoltas de 2020 e nos recentes fogos, assim como a continua organização que fizemos antes e durante, foram agora ativadas para responder à ameaça que enfrentamos hoje. Este ano é diferente que em 2020, nós usámos estes anos para nos formarmos. Estamos melhor organizados. Há mais coordenação e melhor comunicação. É mais fácil aceder a ferramentas e materiais que precisamos do que sucedia no passado. Há companheiros a trabalhar sem parar para criar esta realidade.

A nossa cidade está a florescer. Muitos vizinhos nunca imaginaram que a sua vida pudesse assumir uma forma tão bela. A maioria de nós vive e continua a encontrar cores e padrões que nunca imaginou que as nossas flores pudessem mostrar, este momento faz-me sentir o mesmo. Lembrem-se que vocês e as vossas comunidades estão vivas, estão sempre a crescer mesmo que não estejam a florescer. Olhem para a nossa primavera e tenham esperança.

Um camarada vosso de Los Angeles

Desaprender a não combater

"Autodefesa: uma filosofia da violência", de Elsa Dorlin, editado pela Antígona em 2024, parte de uma tese instigante: a de que o poder dominante não se contenta em possuir os meios para exercer violência, mas atua ativamente para erradicar a própria capacidade de reação dos dominados. Não basta reprimir ou punir; é necessário impedir que o oprimido conceba a possibilidade de resistência. Esse processo ocorre de múltiplas formas ao longo da história, analisadas no livro, desde a proibição do porte de armas para determinados grupos – pessoas escravizadas, mulheres, camponeses – até à internalização da obediência como uma norma de conduta.

GUILHERME SERÔDIO
LOVEANDRAGE@PROTONMAIL.COM

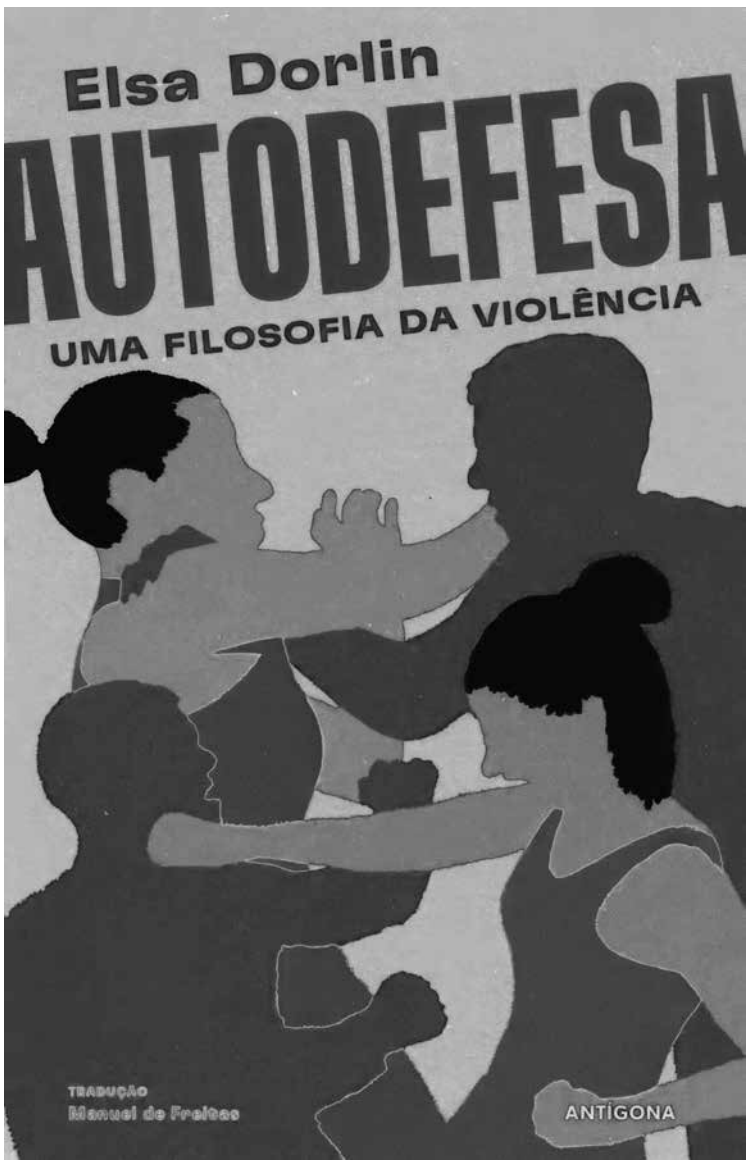
Aqui, o medo e a dor são instrumentos estratégicos, usados para transformar a autodefesa em algo impensável ou, pior, num crime maior do que a própria agressão (permanentemente) sofrida. Quando um subalterno se defende, ele é o agressor; quando o poder reprime, trata-se apenas de restabelecer a ordem. Essa inversão moral e jurídica é um dos mecanismos mais sofisticados do domínio social, e o livro expõe como essa construção se perpetuou através dos tempos, adaptando-se a novas conjunturas políticas e sociais.

Mas se a dominação procura sempre fazer-se total, a história da humanidade ensina que há sempre uma falha, um ponto de fuga, uma tensão latente, alojada no coração do oprimido, que ameaça libertar-se e fazer implodir a estrutura que a sustenta. A liberdade, mesmo encurralada, encontra frestas, e a autodefesa ressurge como uma pulsão vital que recusa a submissão absoluta. É nesse contexto que Dorlin traça um percurso desde o direito das mulheres ao porte de armas até às estratégias da guerrilha urbana, revelando como, em diferentes momentos, o recurso à violência foi o único meio possível para propor novos modelos de justiça. A autora confronta o leitor com uma questão fundamental: porque aceitamos a violência do Estado como legítima e classificamos qualquer reação proporcional a ela como uma ameaça? Porque nos escandalizamos mais com a queima de um carro durante um protesto do que com décadas de exploração e morte promovidas pelas grandes corporações? Porque é que movimentos sociais que defendem a vida e o território são criminalizados enquanto os agentes da destruição são premiados com subsídios, cargos e honrarias?

Dorlin demonstra habilmente que a suposta neutralidade do Estado moderno é falsa, pois ele próprio é uma máquina de violência seletiva. A construção da noção de pátria, por exemplo, foi uma das formas usadas para transformar a autodefesa legítima num dever baseado na honra e voltado exclusivamente para a proteção da nação (e seus dirigentes) - e não do indivíduo. O direito ao armamento concedido aos homens após a Revolução Francesa não visava garantir a sua integridade pessoal, mas sim criar um exército disposto a sacrificar-se em nome da pátria – mesmo se lançado contra outros exércitos, também eles «patrióticos», constituídos por membros da mesma classe, traindo-se mutuamente sem atacar as raízes da sua opressão e belicismo. Para Dorlin, a guerra entre nações capitalistas é, em última instância, uma guerra entre elites económicas pela manutenção do acesso aos recursos que lhes permitem manter privilégios. A classe trabalhadora, recrutada para o esforço de guerra, torna-se cúmplice da sua própria opressão, direcionando o seu ódio para operários de outros países.

> Quando um subalterno se defende, ele é o agressor; quando o poder reprime, trata-se apenas de restabelecer a ordem.

Assim, o militarismo dos regimes capitalistas não surge apenas como uma resposta à ameaça externa, mas como uma extensão da violência estrutural, e interna, de exploração económica. O livro convida os movimentos revolucionários a considerar que enquanto a violência permanecer confinada aos territórios de guerra ou às periferias, ela será tolerada. Mas quando ela ameaçar os centros de decisão, tornar-se-á intolerável, criminosa, terrorista.



Autodefesa. Uma Filosofia da Violência
Elsa Dorlin
280 pp
Antígona, 2024

Nesse sentido, o livro estabelece um diálogo direto entre lutas feministas, antirracistas e anticapitalistas. Fá-lo demonstrando como a não-violência, em muitos casos, não é uma escolha estratégica, mas sim uma imposição ideológica, interiorizada, que visa desarmar qualquer ameaça real à ordem estabelecida. As sufragistas inglesas compreenderam-no quando decidiram abandonar o caminho legalista e partir para a ação direta, abandonando a via da «exigência ao Estado» e reconhecendo que era o próprio Estado o principal instrumento da sua opressão. Para elas, a luta pela igualdade nunca poderia ser conquistada apenas pelo apelo a um sistema projetado precisamente para mantê-las numa posição subalterna.

Este raciocínio, sugere Dorlin, ressurge nos debates atuais sobre as estratégias de luta dos movimentos sociais: até que ponto a recusa em utilizar a violência não se tornou, paradoxalmente, uma forma de perpetuar a dominação? Até que ponto a insistência na não-violência não se transformou numa espécie de aceitação tácita da derrota, uma interiorização da ideia de que «perder faz parte», e de que qualquer reação mais contundente seria uma afronta às normas do jogo democrático, mesmo quando esse jogo está estruturalmente viciado?

Dorlin argumenta que a violência exercida pelos de cima continua a ser legal, mas ilegítima, enquanto a violência dos de baixo é sempre ilegal, mas legítima. E que esse paradoxo percorre toda a história da luta de classes e continua a manifestar-se nos conflitos contemporâneos. Se nos anos 1970 e 1980 grupos como os *Black Panthers* nos Estados Unidos reivindicavam a autodefesa armada como um direito inalienável, hoje vemos uma tendência crescente de despolitização das lutas, onde a busca por segurança e estabilidade muitas vezes resulta na diluição dos movimentos, na sua conversão em ONGs burocráticas ou na sua cooptação por estruturas institucionais que os esvaziam de qualquer potencial insurgente. O caso, relatado no livro, das patrulhas comunitárias criadas por movimentos LGBTQ+ nos Estados Unidos procura ilustrar essa contradição: inicialmente concebidas como formas de proteção (armada) contra a violência homofóbica, muitas delas acabaram por ser absorvidas pelo discurso (de especuladores imobiliários) da «segurança urbana». A lição que se extrai desse processo é que a luta por justiça não pode ser reduzida a uma questão de ordem e proteção; ela deve necessariamente questionar as bases estruturais que produzem a violência em primeiro lugar.

> A não-violência, em muitos casos, não é uma escolha estratégica, mas sim uma imposição ideológica.

No pano de fundo da reflexão de Dorlin paira uma questão inescapável: é possível derrotar um sistema que se sustenta na violência sem recorrer à violência? E se a resposta for negativa, como articular uma prática política que não caia na armadilha da mera reprodução da brutalidade, mas que consiga subverter os mecanismos do poder de forma radical e eficaz? Dorlin não oferece respostas fáceis, mas aponta um caminho: *desaprender a não combater*. A renúncia automática ao confronto físico não pode ser um dogma; deve ser uma escolha estratégica, ponderada à luz das condições concretas de cada luta. Para a autora, se queremos resistir à violência sistémica que devasta comunidades, destrói ecossistemas e desumaniza corpos, precisamos estar dispostos a considerar todos os meios disponíveis.

E para isso, antes de mais nada, precisamos reaprender a lutar.

Luta e dor na poesia

JOËLLE GHAZARIAN

«No início, não havia cadáveres
mas já existia morte»

A autora e activista palestiniana Shahd Wadi estreia-se em poesia com um livro escrito em português. Foi em 2006 quando, por amor, decidiu viver neste país –, que passou a ter grande intimidade com esta língua.

Investigadora, tradutora, *performer*[1], a sua voz ergue-se há muito tempo contra a destruição da Palestina empreendida pelo Estado sionista com a activa participação de um grande número de Estados, a começar por muitos dos mais poderosos e que se chamam democracias.

Chuva de Jasmim é um conjunto coerente de poemas que, nas suas intensas e íntimas interrogações, se entrelaçam e ramificam. Perante este livro, é impossível não termos em mente a dolorosa associação, que dele surde, entre expressão poética e realidade política. Mas a sua expressividade e o seu entendimento situam-se no terreno que é próprio da lírica, de uma lírica existencial, de carácter universalista, que reclama concretudes temporais e espaciais.

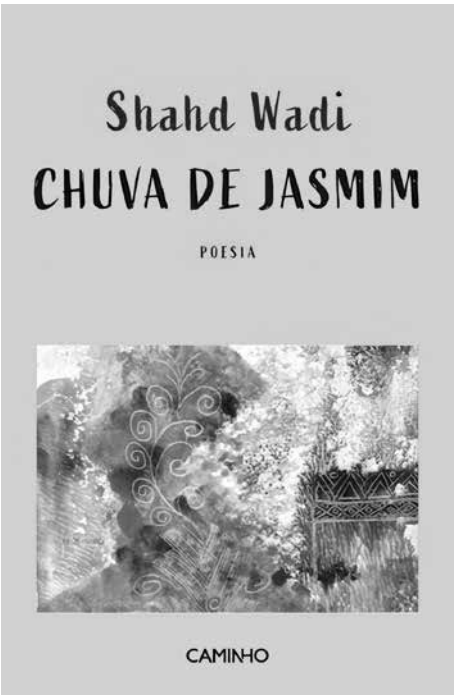
Por isso mesmo, os seus temas, que decorrem de chagas brutais, podem ser identificados, abarcando a sociedade portuguesa, o mundo do trabalho, os refugiados, a Palestina massacrada, e a medonha indiferença moderna graças à qual esta iniquidade se tornou possível. Perpassando em tudo isto a busca espiritual a que só a poesia tem acesso e em que se cruzem linguagens.

Shahd Wadi exprime-se em várias línguas. O seu multilinguismo constitui um acto de identidade, porque em cada um deles ela vai «*existir*». A sua experiência da poesia parece ser a desta nova língua em que mergulhou, mesmo que o verso que faz corpo com as sensações, as imagens, os sentimentos, surja por vezes «*descentrado*», graças à subtil metamorfose de vocábulos, tempos verbais e sintaxe, o que leva o processo de leitura a reagir. E graças também à fúria que de forma fulgurante anima alguns poemas.

> Perante este livro, é impossível não termos em mente a dolorosa associação, que dele surde, entre expressão poética e realidade política.

«Não somos um já foi, nem seremos». No tocante à Palestina, a nossa acuidade pode ser fugitiva, porque, por mais que a empatia emerja, dificilmente poderemos sentir as coisas como elas são na sua mundividência aniquiladora, na sua extremada brutalidade. Para quem não é palestiniano, com excepção dos que estão no terreno e vivem a tragédia como sua, a palavra escrita nunca é lida em liberdade e sem ambiguidades. Até mesmo Shahd, de equívoco insuspeitável, nos diz: «Palavra dita escrita nunca é em liberdade».

A expressão poética, designadamente por escrito, faz parte da resistência ao emudecimento, à aniquilação. Os e as poetas palestinianos são um impressionante exemplo disso. Shahd Wadi, que não baixa os braços perante as iniquidades, é convidada para ser ouvida. A exemplo do seu povo palestiniano, ela não se encara como vítima, existe com a voz do seu corpo e age para derrubar as normas que estabelecem e impõem a desgraça. «O nosso país é a carne da nossa carne, é os ossos dos nossos ossos», dizia Mahmoud Darwish numa carta a Fadwa Tuqan. Sim, há países que habitamos e outros que nos habitam. E este país que habita Shahd é o bem mais precioso – sendo o exílio um desvio. Que palestiniano, poeta ou não, poderá encarar um caminho afastado da vida política, da medonha realidade que sobre eles paira e também a nós nos atormenta?



Shahd Wadi
Chuva de Jasmim
Caminho, Alfragide, 2025

Tudo avança muito depressa na Palestina, fantasma que há décadas dilacera o mundo. Aos olhos das sociedades domesticadas, a inquebrantável resistência dos palestinianos marginalizou-os, por serem um espelho acusador. Mas é preciso perceber a sério, como tão fortemente tem declarado o ex-militar e pacifista israelense Miko Peled, que o massacre perpetrado pelo Hamas no dia 7 de Outubro de 2023 foi um acto terrível, como outros actos de guerra, que não pode ser separado da guerra colonial de ocupação, agora genocida, que desde há muito Israel leva a cabo contra o povo palestiniano.

Quando a autora diz, no poema "*Ainda*", «Tornarei o passado num pedaço de papel que se molha e se afoga / Depois deste mergulho viverei sem passado, sem futuro, em presente», ela assinala que o povo palestiniano, com «a incurável doença da esperança», está em vias de a perder. Mas a sua vital identidade, assente na verdade pura e simples, é mais forte que a dos seus inimigos.

NOTAS

1 Doutorada em Estudos Feministas pela Universidade de Coimbra, Shahd Wabi é autora do livro *Corpos na trouxa: Histórias-artísticas-de-vida de mulheres palestinianas no exílio* (Almedina, 2017), da tese de mestrado *"Feminismos de corpos ocupados: As mulheres palestinianas entre duas resistências"* (2010) e de outros trabalhos entretanto publicados no Brasil e nos EUA.

Contra a tecnificação da vida

JÚLIO HENRIQUES

A compreensão da alienação fomentada pela tecnificação da vida tem sido longa e lenta. Muito lenta: a revolta de Samuel Butler contra «a supremacia das máquinas», com o seu correlativo apelo à «*destruição*» das ditas, data de 1863.

Mas nas duas últimas décadas muitas das desastrosas nocividades das novas tecnologias industriais foram-se tornando demasiado visíveis para continuar a ser completamente ignoradas, mesmo por «usuários» devotos ou menos atentos.

O escritor mexicano Juan Villoro é um exemplo – um bom exemplo – de reacções recentes ao meio ambiente digital que o desenvolvimento do capitalismo impõe de forma cada vez mais acelerada *e «indiscutível»*. Neste livro, conjunto eloquente de crónicas da vida contemporânea e de proposições reflexivas, o autor começa por assinalar que a espécie humana está a perder faculdades que são assumidas pelas máquinas.

E interroga-se: «O que é o humano hoje em dia? A pergunta, que antes interpelava filósofos e teólogos, é-nos colocada diariamente pelos computadores. Para entrarmos num *site* virtual temos de nos identificar como pessoas; pertencemos à primeira geração que pode ser substituída por máquinas. Consequentemente, as páginas *web* solicitam-nos que assinalemos o quadrado contíguo às palavras "Não sou um robô".»

Uma das grandes inspirações de Villoro para este livro foi a obra pouco conhecida (*Marx's Theory of Alienation*, de 1970) de um autor húngaro, István Mészáros, que se demarcou da ortodoxia economicista e em 1956 se exilou em Itália e Inglaterra, na sequência da ocupação da Hungria pela URSS. Para Mészáros, o conceito de alienação «representava o espírito decisivo do marxismo». Explicitando ele, tal como o salientarão também, entre outros, os situacionistas: «A actividade é actividade alienada quando adopta a forma de um cisma ou oposição entre «meios» e «fim», entre «vida pública» e «vida privada», entre «ser» e «ter», entre «fazer» e «pensar».»

Este ponto de partida é essencial em *Não sou um robô*: «A realidade virtual permitiu uma evasão quase total do mundo dos factos. Nessa medida, obriga a ressignificar o tema da alienação. O ser humano, separado de si mesmo, recebe hoje os nomes normalizadores de «cliente», «seguidor», «usuário».»

Villoro sublinha que Mészáros «pôs no centro da discussão (…) a personalidade integral. Se as condições de trabalho e a representação da realidade não são controladas pelos actores sociais, a despersonalização é garantida. Essa opressão, que as «guerrilhas interiores» da contracultura e da arte tentaram combater, reforçou-se com a realidade virtual. Concebida inicialmente como um território de liberdade e de imaginação, a comunidade 2.0 transformou-se num espaço onde o sujeito se submete a desígnios alheios, julgando que expressa a sua individualidade, e onde o autoritarismo tecnológico é visto como um benefício».

> A espécie humana está a perder faculdades que são assumidas pelas máquinas.

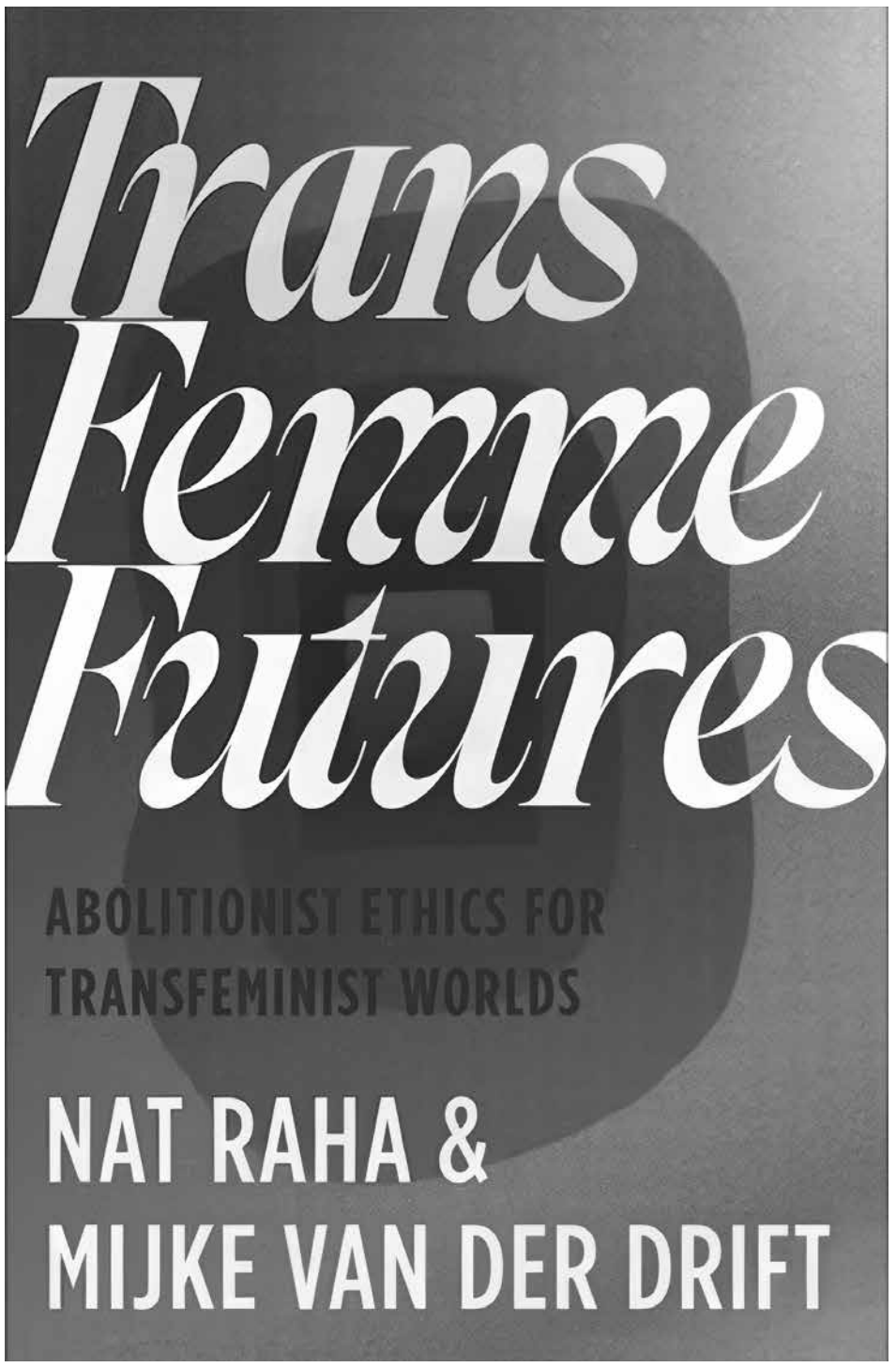
Romancista aclamado e grande crítico literário, além de professor com frequência convidado por universidades dos EUA, Villoro assume nesta obra «digressiva» uma defesa da arte literária e do livro em papel como instrumento de comunicação.

No seu confronto com o mundo da domesticação electrónica, é levado a abordar, de uma forma que diríamos fraternal, em tom desafectado e também bastante humorístico, uma multiplicidade de temas, figuras, acontecimentos históricos, ocorrências do dia-a-dia, tudo casos directamente ligados à hegemonia electrónica, através dos quais procura identificar as forças que nos conduziram aos paradoxos extremos – e amiúde sinistros – com os quais passámos «*obrigatoriamente*» a ter de viver no mundo hiperindustrial.

Curiosamente, o único grande pensador crítico da tecnificação em que parece basear-se é Ivan Illich. Não por acaso, a leitura é a destacada «personagem» deste livro.

Juan Villoro
Não Sou um Robô
A leitura e a sociedade digital
Tradução de Helena Pitta
Livros Zigurate, Lisboa, 2025, 280 pp.

Trans Femme Futures



Trans Femme Futures
Abolitionist Ethics for
Transfeminist Worlds
Nat Raha and Mijke van der Drift
PlutoPress, 2024

JOÃO
PELA BIBLIOTEKA - @A_BIBLIOTEKA

Queridas frutinhas do pomar, Hoje venho falar-vos do último livro que me passou pelos olhos, *Trans Femme Futures*.

Nat Raha, poeta, activista e investigadora, e Mijke Van Der Drift, artista e investigadora, — co-editoras da *zine Radical Transfeminism* — juntaram forças numa colecção de textos que oferece a quem os lê um conjunto de propostas éticas e práticas abolicionistas para a construção colectiva de mundos e futuros transfeministas.

Desde cedo as autoras apresentam ao que vêm: um livro que não é bem um manual de instruções mas que se baseia profundamente numa dimensão teórica (densa, por vezes), para que esta vá por sua vez informar a luta e a imaginação por uma vida melhor, cheia de possibilidades, conjunta e plural.

Não quer isto dizer que estejam a propor um projecto idealista, na esperança de que um dia um futuro melhor possa chegar — as autoras apostam, sim, numa afirmação da agência e numa mudança diária nas nossas sensibilidades, conexões e relações, tendo o transfeminismo como base e prática abolicionista e libertadora.

Uma proposta política e poética de amor radical, diria.

Em boa verdade, precisamos de ferramentas para reflectir e re-imaginar como podemos construir e fazer as nossas vidas sem recorrer a sistemas e instituições patriarcais, capitalistas, racistas e coloniais que não nos servem.

Trans Femme Futures foca-se assim na experiência (vivida) trans, *queer*, feminista e abolicionista, para a criação de mundos que estas formas de viver entretecem colectivamente.

Explorando a noção de *Femme*, baseada na solidariedade, apoio, cuidado e transformação, as autoras aventuram-se a detalhar a importância destas diferentes práticas como forças transformadoras para a nossa vida colectiva. Nesse caminho focam também a forma como estas práticas podem ser incorporadas no corpo e na mente (*body-mind*), sendo elas em si força e garra no caminho para desmantelar as diferentes formas de coacção e opressão enfrentadas por pessoas trans, não-binárias, *queer*, pessoas racializadas, imigrantes e marginalizadas.

Num mundo em que as opressões e as dificuldades que sentimos nos afectam de formas distintas, as autoras discutem diferentes problemáticas em torno da saúde trans, da necessidade de nos organizarmos colectivamente ao invés de nos basearmos nas instituições, e na clara importância do apoio-mútuo como alternativa às vivências competitivas e punitivistas.

> O devir transfeminista não está totalmente definido mas também não é abstracto: é, sim, activo, político e prático — carregado de agência, entreajuda, cumplicidade, cuidado e apoio-mútuo.

A Ética e a Prática são-lhes assim particularmente caras: deslocando os diálogos e entendimentos transfeministas e anti-racistas das diferentes formas de opressão para além da(s) identidade(s), as autoras colocam a tónica na importância do «o que fazemos», «como fazemos» e «porque fazemos», no caminho para o recriar das nossas vidas em conjunto.

Contrariando a ideia de que uma boa vida é definida pelo consenso normativo neo-liberal (riqueza, poder, individualidade, etc.), as autoras trabalham e discorrem sobre a ética transfeminista e abolicionista para abordar os pontos em comum que as diferentes formas de florescer, trabalhar e cuidar mutuamente podem possibilitar, no caminho para futuros que nos tragam alegria e libertação.

Claro que estes caminhos não são imunes a fricções, divergências e até feridas, mas a forma como lidamos com esses pontos fulcrais das relações interpessoais e colectivas pode ser efectivamente transformadora e contribuir para os caminhos e movimentos que fazemos em direcção a uma justiça transformativa e a uma libertação colectiva.

Uma ética transfeminista como criação colectiva de novas formas de vida. Uma ética transfeminista como o modo como o futuro se manifesta.

O devir transfeminista não está totalmente definido mas também não é abstracto: é, sim, activo, político e prático — carregado de agência, entreajuda, cumplicidade, cuidado e apoio-mútuo.

A vida trans confronta exactamente as pretensões e estagnações da vida normativa, mostra como o mundo, o corpo e a mente podem ser efectivamente mudados e transformados hoje, continuamente. Como referem as autoras — de uma forma poética mas também prática e política — a forma-trans de olhar e de procurar outras formas de vida é cheia de possibilidades: esta liberdade é em si um dos aspectos mais estimulantes e entusiasmantes da euforia de género, uma liberdade que pode também ser experimentada e sentida por amigues, aliades e futuras pessoas trans — qualquer pessoa é livre de mudar a forma de ser e as relações que tem.

Sabemos contudo que estas transformações não se manifestam ou acontecem imediatamente nem de um dia para o outro. Aliás, a transformação requer tempo e alguma lentidão. Estas práticas e transformações têm que ser incorporadas de forma individual e colectiva, mas são em si o que *«pode-vir-a-ser»*.

Uma (pessoa) também não tem que, nem deve ter que lutar sozinha. O transfeminismo pode, sim, ser entendido como um modo e uma forma de agir no mundo, que em si se baseia na experiência da transformação viva na luta contra as opressões que atravessam os nossos corpos. Para tal, são necessárias práticas de socialização, colectividade e organização que sejam transversais à diferença (e que dissolvam a separabilidade), para as transformações e revoluções que engendrarmos em conjunto.

Precisamos de um «nós» que não se funde apenas na semelhança, mas sim um «nós» baseado nas actividades e formas de união e organização que partilhamos.

Muitas mãos
Muitos futuros
Muitos mundos
Juntes <3
Com carinho,
joão

Uma cópia do livro "Trans Femme Futures Abolitionist Ethics for Transfeminist Worlds" de Nat Raha and Mijke van der Drift está disponível para empréstimo na Biblioteka, aberta às terças-feiras entre as 16h e às 19h, na Sirigaita, Rua dos Anjos 12/f.

P.S. — deixo aqui a possibilidade de contribuírem para a Casa T, um projecto e colectivo cultural que apoia e dá casa a pessoas LGBTQI+ racializadas e imigrantes.

Podem fazer uma doação através de https://gofund.me/41945445

gofundme

Scan to donate to Casa 's fundraiser
"Casa T - Mutual Aid"

El Congreso del Unido

Algo está mal.
Será o tratamento
do lixo
em nascentes de água
limpa?
Será fazer dinheiro
com o desaparecimento de *niños*
com a empalação de homens
e violação de mulheres?
Não,
tudo isso é legal.
Mas,
algo está mal.

Será depositar a esperança
em humanoides sem umbigo?
E dormir ao lado
de um instrumento de manipulação
silenciosamente movido a lítio?
Não,
isso é progresso.
Ainda assim,
algo está mal.

Será viver em realidades
que são ficções,
e ler ficções
achando que são realidade?
Será a mentira ser já,
Algo está mal.

na rua?
Não,
isso é democracia.

Então,
Será andar a pagar,
com as nossas horas,
estruturas invisíveis
que nos protegem
de ameaças fantasiadas?
Ou será não ter como
pagar a vida
sem ter de lucrar
com a morte?
Não,
isso é liberdade individual.
Mas algo está mal.

Deve ser o contágio do medo.
Medo à vida, medo à morte,
medo a mim e ao próximo,
ao nada e ao tudo.
Mas…
se isso é segurança.

Não sei,
se algo está mal,
ou se sou só eu.

menos pecado
que gritar verdades

CATARINA MATEUS
CATARINALOMATEUS@GMAIL.COM

DÊEM-NOS

Dêem-nos qualquer coisa para destruir

Uma corola, um ângulo de silêncio,

Um companheiro de fé, um magistrado,

Uma cabine telefónica,

Um jornalista, um renegado,

Um adepto da outra equipa,

Um lampião, uma tampa de esgoto, um banco de jardim.

Dêem-nos qualquer coisa para desfigurar

Um reboco, a Gioconda,

Um pára-lamas, uma pedra tumular.

Dêem-nos qualquer coisa para violar,

Uma rapariga tímida, um canteiro, nós mesmos.

Não nos desprezem: somos arautos e profetas.

Dêem-nos qualquer coisa que arda, ofenda, ampute, afunde,

[conspurque,

Que nos faça sentir que existimos.

Dêem-nos um cacetete ou uma Nagant[1],

Dêem-nos uma seringa ou uma Suzuki.

Tende piedade de nós.

30 de Abril, 1984

Do livro de **Primo Levi**, *A Uma Hora Incerta*
Edição bilingue, tradução e posfácio de Rui Miguel Ribeiro,
Edições do Saguão, Lisboa, 2024

Primo Levi (Turim, 1919-1987), químico e escritor, judeu irreligioso. Resistente antifascista em Itália, foi preso em 1944 e transferido para o campo da morte de Auschwitz. Será depois incansável testemunha ocular do holocausto nazi. Ao impulso da poesia, cedia «a intervalos». No início dos anos 80, declarou «sentir dor por cada gota de sangue derramada, seja israelense ou palestiniana», criticando repetidamente a perseguição de Israel lançada contra o povo palestiniano. A exemplo dos restantes trabalhos da Saguão, este livro é uma edição cuidada, sendo o posfácio um verdadeiro estudo sobre a vida e a obra do autor italiano.

1 Arma de fogo

Carmo 81

Para além de ser o único ponto de venda do jornal Mapa em Viseu, o Carmo 81 é um espaço que foge à regra na cidade. Não é um bar, não é (só) uma sala de concertos, é um espaço de criação e encontro, onde a experimentação ocupa um lugar central. Foi no quintal que conversámos com o Nuno Leocádio, um dos fundadores do espaço.

ANA QUEIJO
ANAQUEIJO@YAHOO.COM

O que é que é o Carmo 81 e como é que apareceu este sítio?

Nuno Leocádio: O Carmo 81 é a sede de uma cooperativa cultural. Em 2015, um grupo de amigos de diferentes áreas, como produção cultural, cinéfilos, fotógrafos e também duas colegas ligadas à educação, que hoje em dia são professoras primárias, juntaram-se e queriam constituir uma cooperativa, por dois motivos.

Primeiro, a questão da empregabilidade, numa altura em que estávamos ali no governo de Passos Coelho e tudo era, ainda é, bastante precário. O outro motivo era o acesso à cultura; se quiséssemos ver alguns concertos, a oferta cultural estava demasiado litoralizada.

Ou seja, ainda existe uma grande discrepância na fruição da cultura entre o interior e o litoral. Isso não é uma opinião minha, basta ver o atlas da cultura e a oferta que existe. A distribuição denota que tem havido um grande esforço para haver esta descentralização, mas não, nomeadamente, no nosso meio.

Um dos nossos colegas queria um espaço onde apresentar as sessões do Shortcutz Viseu e então juntámo-nos todos à procura de locais e encontrámos este espaço que estava completamente abandonado. Era uma antiga oficina de motores de rega e estava devoluto e em muito mau estado.

Recuperámos o espaço, na medida do possível, com financiamento próprio – fizemos uma vaquinha, cada um meteu o que pôde.

E assim surgiu o Carmo, na altura, não propriamente para ser uma sala de espectáculos dirigida a concertos. Sabíamos que seria local de ensaio para bandas de amigos, para apresentar livros, cinema. Era uma cooperativa cultural que queria fazer o trabalho próximo do associativismo e do que as associações culturais fazem. E disso tínhamos a certeza. Entretanto, o meu gosto pela música e o interesse dos meus colegas também, fez com que começássemos a programar alguns concertos.

Mas o vosso foco aqui é muito a música? Ou é a música e outras coisas?

N: É a música e outras coisas. Acaba por ser a música a que o público atribui mais relevância e é a que está mais representada. Mas, mesmo assim, nós não fazemos mais do que dois concertos por mês. Deixamos sempre espaço para criações, para ensaios das nossas criações e para ensaios de outros artistas. Nós não somos agência nem *management*. Nunca o fizemos. Ainda não sabemos bem responder porque não. Mas já colaborámos com vários artistas locais, dando-lhes espaço de ensaio, fazendo uma espécie de mentoria.

Sempre que está a surgir uma banda nova de Viseu, com quem nos identificamos, procuramos colaborar da melhor forma. Pedir ao nosso técnico de som que os ajude a compor um *raider* técnico, de luz, ensinar-lhes tudo isso. No fundo não somos *management* nem agência, mas procuramos colaborar com o que sabemos. E com o que fomos aprendendo também ao longo destes anos.

E para onde é que vai o Carmo 81, para onde está a caminhar?

N: Nós sabemos que até aqui foi a programação e o público que nos têm sustentado, mas também sabemos que sempre tivemos uma preocupação grande em não ser apenas uma sala de espectáculos, de programação, de nunca sermos vistos como um bar, embora muita gente confunda o espaço com um bar. E as criações sempre foram o que mais nos realizaram. Embora eu me arrepie muito com todos os artistas que cá trazemos... É com as criações que nos completamos e surgiram coisas incríveis. Houve um ano, antes de haver Karma, em que quisemos fazer algo dedicado a solistas,

> A cultura não serve só para dar, a cultura não tem de ter serventia, mas acima de tudo, o direito à tristeza, à melancolia, o direito a não teres que estar sempre a sorrir, sempre feliz, tem que existir

a artistas a solo. Então, convidámos o Afonso Cruz para fazer um texto sobre o ser mais solitário que ele conseguisse conceber. E então ele fez um livro sobre a Audax Viator, que é a bactéria mais isolada, mais pequena, mais escondida, mais ínfima do mundo. E ele fez um texto incrível sobre essa bactéria chamada Audax Viator: Depois convidámos o Jaime Raposo para ilustrar esse texto e foi uma publicação, foi um livro que concebemos. Ao fim do livro feito, mostrámo-lo a um amigo, que é músico e é cozinheiro, o Rui Sousa. Fizemos uma peça de teatro musicada ao vivo sobre esse livro, sobre essa bactéria. Ou seja, de uma criação, já temos outra, uma peça de teatro musicada ao vivo com um órgão de tubos. Nós não temos aqui um órgão de tubos, tivemos de o procurar e fazer uma parceria com a Igreja da Misericórdia, que tem um órgão de tubos incrível. Ensaiámos lá, eles deixaram, até foram bastante simpáticos, porque quem ficou connosco foi o zelador da igreja, o sacristão, o sr Jorge, que nos acompanhou durante as duas semanas de ensaio dessa criação do Audax Viator. E ao fim de duas semanas ali a ensaiar, ele diz-nos que canta uns fados. E lá perdeu a vergonha e começou a cantar o "Boa noite solidão", do Fernando Maurício, uma música incrível que ele canta muito melhor que o original, que nos arrepiou a todos. E o Rui Sousa, o Dada-Garbeck, que estava a musicar com o órgão de tubos, disse-me que tínhamos que fazer uma banda com aquele homem, que na altura tinha, 61, 62 anos, com alguns problemas de saúde. E então juntámos o sr. Jorge com uma malta mais nova, num confronto de gerações e criámos a banda Sr. Jorge, que é um fado com esta roupagem mais experimental, menos convencional. E para nós tem sido uma experiência muito linda trabalhar com ele, porque ele fica super desconfortável com os sintetizadores e está habituado a receber o aplauso no fim de cada música do fado, mas neste neste projecto não, porque ainda está ali a distorcer qualquer coisa… E nós nunca nos preocupámos em vender a ideia de um velhinho que tem alguns problemas de saúde e que é sacristão e assim… mais, as letras são sobre decadência, sobre a velhice, sobre coisas que certamente não vais querer ouvir quando estás a ouvir rádio. Mas nós vamos insistir por aí, porque nós achamos que a cultura não serve só para dar, a cultura não tem de ter serventia, mas acima de tudo, o direito à tristeza, à melancolia, o direito a não teres que estar sempre a sorrir, sempre feliz, tem que existir e acho que aquele projecto serve muito para isso.

É nas criações que vemos o futuro do Carmo, não é que a programação vá deixar de existir, são mesmo as criações… sempre tivemos muita preocupação em fazer *workshops* para malta mais nova, para nós também conhecermos o público mais novo e estarmos em contacto com eles e sempre nos preocupámos muito em não sermos apenas um salão de festas. [Acrescento que] o Carmo não é um espaço partidarizado, mas é um espaço politizado. Isso pode não agradar a pessoas mais conservadoras, mas nós nunca vamos prescindir disso, porque temos os nossos valores e acreditamos em determinadas coisas que são básicas e que nem tinham que estar em debate, ainda. Mesmo numa cidade tão conservadora como Viseu, eu percebo que estas lutas ainda tenham que existir, e nós colaboramos com elas. Somos um espaço não partidarizado, mas somos um espaço politizado e continuaremos a ser, sem dúvida alguma.

E o que é que se vende ali na loja onde também está o jornal Mapa?

N: Vendemos o Mapa, vendemos livros e publicações que apresentamos cá, algumas fanzines de todo o lado, não só portuguesas mas também de fora, discos das bandas de Viseu mas também de bandas que já passaram pelo Carmo. E, durante muito tempo, tivemos livros de especialidade, artes, artes plásticas, fotografia, cinema. Neste momento, é mais fanzines, discos, vinis, livros que cá são apresentados e publicações como o Mapa.

Carmo'81
Rua do Carmo, nº 81,
3500-096 Viseu

MAPA: Jornal de Informação Crítica
Número 46
Julho-Setembro 2025

Propriedade:
Associação Mapa Crítico
NIPC: 510789013
NIB: 0035 0774 00143959530 98

mapa
Jornal de Informação Crítica

Morada da redacção/editor
Rua principal de Algeruz, CCI 3320
2950-077 Palmela
Correspondência: enviar para morada da redação
Registo ERC: 126329
Diretora: Ana Guerra
m.lima@jornalmapa.pt
Editora: Sandra Faustino
Subdiretor: Pedro Mota
Director adjunto: António Cunha

CC BY

Estatutos editoriais do Jornal MAPA:
https://goo.gl/ZgkQxM

Colaboram no jornal MAPA com Artigos, Investigações, Ilustrações, Fotografias, Design, Paginação, Revisão e Site:
M. Lima*, Filipe Nunes*, Teófilo Fagundes*, Delfim Cadenas*, José Smith Vargas*, Guilherme Luz*, Cláudia Duque*, Ali Baba*, Inês Rodrigues*, Sandra Faustino*, João Vinagre*, Filipe Olival*, Francisco Colaço Pedro*, Catarina Leal*, Ana Farias*, Garras*, Ana Queijo, Os Ingovernáveis, Vozes de Dentro, Outros Ângulos, Joëlle Ghazarian, Júlio Henriques, Borboleta Azul, Catarina Mateus, João / Biblioteka, Guilherme Serôdio, António Luís Catarino, Anselm Jappe, Plataforma de Solidariedade com os Povos do Curdistão, João Carlos Louçã, Richard Cleminson, Eça Sofia, M. Araújo, M. Ricardo de Sousa, Horácio Boavida, Frederico Lobo, Mó, Ricardo Cabral Fernandes, Sara Moreira, Rita Queiroga, Inês Costa Pereira, Cristina Amaro da Costa, Irmão Lúcia, Sofia Pereira, Diana Dionísio, Rolando Rosa, Luís Junqueira, Susana Baeta, Ricardo Ventura

* Colaboradores permanentes / Pensamento, discussão e desenvolvimento do projecto editorial (colectivo editorial)

Periodicidade: trimestral
PVP: 2 euros
Tiragem: 3000 exemplares
Contacto: geral@jornalmapa.pt
Distribuição: distribuicao@jornalmapa.pt
Assinaturas: assinaturas@jornalmapa.pt
Site: www.jornalmapa.pt
Facebook: facebook.com/jornal.mapa
Instagram: @jornalmapa
Telegram: @jornal_mapa
Bandcamp: musicajornalomapa.bandcamp.com

Depósito legal: 357026/13
Tipografia: Funchalense-Empresa gráfica S.A.
Rua Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro

Os artigos não assinados são da responsabilidade do colectivo editorial do jornal MAPA. Os restantes, assinados em nome individual ou colectivo, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

mapa : Jornal de Informação Crítica

ONDE POSSO ENCONTRAR O MAPA?
CONSULTA A LISTA DE DISTRIBUIÇÃO ACTUALIZADA EM:
WWW.JORNALMAPA.PT/DISTRIBUICAO/

NÚMERO 46
JULHO-SETEMBRO 2025
3000 EXEMPLARES

Reconquistar a voz e a visibilidade de quem é silenciado

Sónia Prudêncio, conhecida habitualmente por Toya Prudêncio, é uma ativista feminista cigana portuguesa, presidente da associação Unir Povos e reconhecida pelo seu trabalho pela desconstrução de estereótipos associados à comunidade cigana.

JOÃO VINAGRE

O que tem a dizer uma feminista cigana sobre o resultado das eleições legislativas?

Como feminista cigana, testemunho com grande consternação o crescimento do Chega como segunda força política. Este resultado representa uma regressão nos valores de inclusão, igualdade e proteção das minorias que tanto batalhei para assegurar. Um sinal devastador de regressão em valores fundamentais como igualdade, respeito e proteção dos direitos das mulheres e minorias. É doloroso ver narrativas populistas e racistas ganhando eco, minando o progresso que conquistámos em direitos humanos e equilíbrio social.

Apesar de estarem em Portugal há mais de 500 anos a cidadania portuguesa só foi atribuída pela constituição de 1822. Ser-se cigano/a foi considerado crime até ao código Penal de 1852. Com a sua nacionalização e cidadania tudo deveria ter ficado mais fácil. É essa a realidade?

Não tanto quanto prometido. A cidadania burocrática veio, mas a cidadania real – acesso a direitos, respeito institucional, oportunidades iguais – ainda está por completar. Vivemos ainda com falta de representatividade, exclusão escolar e laboral, e as segregações residenciais que não desapareceram. A nacionalização foi apenas a entrada no "quadro legal", mas não desmantelou o racismo estrutural, nem eliminou políticas que perpetuam a invisibilidade dos ciganos. O Estado transformou-os em cidadãos de papel, mas falhou em garantir cidadania de facto. Sem investimentos reais em integração cultural e estrutural, na escola, na habitação, na saúde e no emprego, a cidadania formal continua vazia de substância e as desigualdades herdadas permanecem intactas.

A saúde tem sido uma bandeira de todos os partidos. A comunidade cigana portuguesa há muito que se queixa da forma como funciona o Serviço Nacional de Saúde.

Apesar das promessas, os ciganos ainda enfrentam barreiras no SNS, medo institucional, burocracia e a falta de mediação cultural são frequentes. Só medidas concretas, como mediadores culturais em centros de saúde, formação a profissionais de saúde e sensibilização sobre tradições culturais, combinadas com acesso facilitado à saúde preventiva, poderiam gerar o impacto necessário. As comunidades ciganas em Portugal enfrentam desafios graves em termos de saúde: vivem em média 15 anos menos do que o restante da população, com elevada prevalência de doenças como asma, bronquite, colesterol alto, hipertensão, diabetes e obesidade. Esses indicadores revelam uma combinação de fatores de risco: condições habitacionais deterioradas, práticas de saúde pouco preventivas e resistência institucional. Apesar de todos os partidos mencionarem o acesso à saúde como prioridade, as comunidades ciganas continuam preteridas. Enfrentam barreiras culturais, medos institucionais e falta de mediação cultural; sofrem frequentemente discriminação, microagressões ou receio na presença de profissionais de saúde.

O tempo de antena da extrema-direita é hoje hegemónico. No seu contrário como podemos ser ouvidos de igual modo?

Para garantir justiça comunicacional, precisamos de criar/valorizar canais onde as pessoas alvo de discurso discriminatório possam responder em igualdade. Reforçar o papel dos media comunitários, dos media independentes, e das plataformas de jornalismo cidadão, onde ativistas, académicos e dirigentes das comunidades possam expressar suas vozes, propostas e reflexões. Não apenas reagindo, mas orientando o debate público.

Assistimos ao aumento do discurso de ódio, à legitimação da discriminação e ao esvaziamento dos valores de Abril…

Com o avanço do Chega e o seu discurso de contestação à democracia, observa-se um esforço para sequestrar e desvirtuar o significado da Revolução dos Cravos, transformando-a num símbolo de "excesso democrático" que precisa de ser "corrigido". Esse discurso põe em causa a própria essência de Abril – liberdade, justiça social, direitos humanos e dignidade – reduzindo-a a um legado que o país já não consegue sustentar ou valorizar. A pergunta que temos de fazer a nós próprios não é apenas sobre os nossos atos, mas sobre o tipo de país que estamos a construir. Ao alimentar ou tolerar discursos que desvalorizam Abril, estamos a abrir caminho a uma democracia enfraquecida e menos inclusiva e isso tem consequências reais: mais legitimidade para discursos de ódio, menos coesão social e uma constante erosão dos direitos por que tanto se lutou há 51 anos. A pergunta urgente é: como estou a contribuir para reconquistar a voz e a visibilidade de quem foi silenciado? Se estamos genuinamente a construir uma sociedade inclusiva, responderei com ações concretas, nas escolas, na saúde, nos bairros, nas conversas quotidianas. Esta é a minha voz: firme na defesa dos direitos humanos, ciente das barreiras ainda existentes, mas esperançosa na construção coletiva de um Portugal mais justo e diverso.

MAPA BORRADO

O CONTROLO DO FOGO
AAAAAAAAAAAAAA
PÔRRA, QUE CALOR...
BEM... FAZER UMA!
JÁ COMEÇOU A ÉPOCA D'INCÊNDIOS PARA VOCÊS, SAPADORES FLORESTAIS?
NAAA... POR ENQUANTO SÓ SILVICULTURA
HM.. TIPO, FAZER PODAS?
AHAH.. NÃO! É MAIS ANDAR DE ROÇADEIRA A TIRAR O COMBUSTÍVEL DA MATA.
LIMPAR, LIMPAR TUDO DAS NOSSAS FLORESTAS PORTUGUESAS DE PINHEIRO E EUCALIPTO
ACABA-SE COM O HÚMUS E A MATÉRIA ORGÂNICA QUE FAZ UMA FLORESTA VIVA.
NO FUNDO É UM SERVIÇO DE RECOLHA DE BIOMASSA.. EM NOME DA LUTA CONTRA OS INCÊNDIOS
PORQUE SE FOSSE PARA COMBATER INCÊNDIOS...
..ERA PREFERÍVEL PASSAR O ANO A FAZER FOGO CONTROLADO
ALGUÉM FOMA?
VARGAS'25